

Universidade de Évora
Mestrado em Relações Internacionais e Estudos Europeus

**GLOBALIZAÇÃO CONTRA COSMOPOLITISMO?
A Propósito das Teses de Ulrich Beck**

Orientador: Professor Doutor Silvério da Rocha e Cunha

Aluna: Lígia Paula Simões Marchana Martinho

2008

Universidade de Évora
Mestrado em Relações Internacionais e Estudos Europeus

GLOBALIZAÇÃO CONTRA COSMOPOLITISMO?
A Propósito das Teses de Ulrich Beck

Orientador: Professor Doutor Silvério da Rocha e Cunha

Aluna: Lígia Paula Simões Marchana Martinho



169 202

2008

GLOBALIZAÇÃO CONTRA COSMOPOLITISMO?

A Propósito das Teses de Ulrich Beck

RESUMO:

A presente dissertação pretende analisar o pensamento do sociólogo alemão contemporâneo Ulrich Beck. Relacionar o pensamento do autor com a questão da globalização no âmbito do contexto das relações internacionais. Partindo de uma perspectiva crítica, analisar a teoria da sociedade do risco num contexto global, caracterizando-a e expondo os riscos a ela associados. Desenvolvendo o conceito de modernização reflexiva, Beck analisa os novos problemas da sociedade. Problemas esses, desencadeados pela hegemonia do poder económico, muitas vezes controlados pelo poder político e constantemente afrontados pelos riscos globais e democráticos. Pretende-se analisar o fenómeno da globalização. A definição de globalização e as suas principais características. Os erros associados ao globalismo e as respostas apontadas pelo autor, ao fenómeno da globalização. Partindo de uma teoria crítica da sociedade, Beck propõe a Europa como a principal resposta à globalização adoptando um modelo de Europa cosmopolita.

PALAVRAS-CHAVE: Ulrich Beck, sociedade do risco, globalização, modernização reflexiva, cosmopolitismo.

GLOBALIZATION AGAINST COSMOPOLITANISM?

About Ulrich Beck's Thesis

ABSTRACT:

The theoretical foundation of this study is based on the analysis of the thought of the German contemporary sociologist Ulrich Beck. Relate the author's thought with the question of globalization as seen within the context of International Relations. Following a critical perspective, this study aims to analyse theory of the risk society on a global context, characterizing it and exposing the associated risks. By developing the concept of reflexive modernization, Beck analyses the new problems of society. Problems triggered off by the hegemony of the economic power, many times controlled by the political power and threatened by the global and democratic risks. This study intended to analyse the globalization phenomenon. The definition of globalization and its main characteristics. The mistakes associated to globalisation and the answers given to the globalization phenomenon. Ulrich Beck suggests Europe as the main answer to globalization, adopting a model of a cosmopolitan Europe.

KEY-WORDS: Ulrich Beck, risk society, globalization, reflexive modernization, cosmopolitanism.

AGRADECIMENTOS

A presente dissertação, apesar de considerada pessoal, não teria sido possível sem a ajuda de alguns.

Devo, assim, um especial agradecimento ao Senhor Professor Doutor Silvério Rocha e Cunha, orientador científico desta dissertação, pela confiança que em mim depositou, estímulo e incentivo transmitidos desde o início. Pelos seus generosos comentários, rigor e sábias correções. Pela simpatia, compreensão e amizade. Por acreditar.

A todos os meus Professores, e em especial ao Senhor Professor Doutor Francisco Martins Ramos pela dedicação e ânimo. Pela sua amizade.

Aos meus Pais, pelo incentivo, pelo apoio físico e moral, pelo carinho e orgulho, por tudo.

Ao meu marido, Amador Martinho, pelo apoio moral, compreensão, carinho, amor, por suportar a distância por vezes necessária e a ausência em certos momentos.

Ao meu filho Eduardo, pela compreensão pelas histórias que não lhe li e pelas brincadeiras em que não participei. Pelo seu sorriso sempre presente.

A todos os que de forma directa e indirecta permitiram a realização desta dissertação e que para ela contribuíram com o seu apoio.

INTRODUÇÃO

A análise, estudo e compreensão da sociedade sempre prendeu autores e leitores. É certo que o estudo da sociedade nem sempre foi *sociológico*; até à segunda metade do século XIX deparamo-nos com escritos que relatam o pensamento social, e não sociológico, ou seja, simples relatos da sociedade, sem o recurso à análise através da utilização de métodos científicos. Já Heródoto, historiador grego, escreveu um fiel relato social sobre a invasão e o crescimento do império persa — *As Histórias de Heródoto*. Platão descreve na sua obra a *República* uma realidade utópica, na qual é imaginada uma república fictícia onde são descritos os vários assuntos da organização social.

Analisando a sociedade no seu cariz económico, Karl Marx, apresenta-nos a sociedade do século XIX como a sociedade da luta de classes. Revela uma sociedade agastada por aquilo que designa de opressão do proletariado e defende a luta de classes e a união dos trabalhadores como o tão desejado equilíbrio social.

Max Weber apresenta uma sociedade impulsionada por questões religiosas, contrapondo a ética protestante ao catolicismo e atribuindo àquele o papel de motor da economia capitalista do século XIX, inícios do século XX.

Estes e muitos outros exemplos retratam as diversas modificações sociais desde tempos remotos, até aos dias de hoje.

Partindo destas, entre tantas outras concepções, é inegável a afirmação de que a sociedade e as relações sociais, os conceitos, a análise e a compreensão da sociedade se modificaram. Então, com que sociedade nos deparamos hoje em dia? O que mudou realmente nesta sociedade? E em que dimensões surgiram e surgem essas mudanças?

Em 1986 o mundo abateu sobre si mesmo com o desastre nuclear de Chernóbil (na antiga U.R.S.S., actualmente na Ucrânia). Desde então o mundo tomou consciência de que tinha sido aberta a *Caixa de Pandora* da modernização. E a tão querida e fecunda tecnologia expôs medos, perigos e riscos, rodando nesta roda-viva que é o mundo sem controlo, que até então eram totalmente impensáveis.

Sociólogo alemão contemporâneo, Ulrich Beck tem-se destacado no panorama da sociologia, economia e política europeias, com nitidez e perseverança de ideias.

Ulrich Beck nasceu a 15 de Maio de 1944, em Stolp, Alemanha (actualmente, Slupsk, Polónia).

Estudou sociologia, filosofia, psicologia e ciências políticas, em Munique (Alemanha). Doutorou-se em 1972. Em 1979 iniciou a sua actividade como docente em Munique —Universidade de Bamberg e Universidade Ludwig-Maximilian; nesta última como Professor catedrático de sociologia (1992). Entre 1995 e 1998 leccionou também na Universidade de Gales em Cardiff. Presentemente lecciona também na London School of Economics. É desde 1980, colaborador da revista sociológica *Soziale Welt*. Pela Universidade de Jwäskylä (Finlândia) recebeu o título Doutor “*honoris causa*”. Pertenceu em 1990/1991 à Comissão para o Futuro dos governos alemães da Baviera e da Saxónia. Tendo, igualmente nessa data, pertencido ao Instituto de Estudos Avançados de Berlim—Wissenschaftskolleg.

Presentemente continua a leccionar na London School of Economics e na Universidade de Munique.

A partir de uma posição extremamente crítica, inspirada na filosofia de pensadores como Jürgen Habermas¹ e Anthony Giddens, defende uma posição forte e

¹ Um dos mais importantes filósofos alemães do século XX nasceu em Gummersbach, a 18 de Junho de 1929. Licenciou-se em Filosofia, História e Literatura, interessou-se pela Psicologia e Economia (Universidades de Gotingen- com Nicolai Harttman, de Zurique e de Bona). Em 1954 doutorou-se em Filosofia na Universidade de Bona. Estudou com Adorno e foi assistente no Instituto de Investigação Social de Frankfurt am Main (1956-1959). Em 1961 foi docente na Universidade de Marburg e, em seguida, foi nomeado professor extraordinário de filosofia da Universidade de Heidelberg (1961-1964), onde ensinava Hans Geor Gadamer. Foi nomeado depois professor titular de Filosofia e Sociologia da Universidade de Frankfurt am Main (1964-1971). Desde 1971 é co-director do Instituto Max Plank para a Investigação das Condições de Vida do Mundo Técnico-Científico, em Starnberg. Habermas foi durante os anos 60 um dos principais teóricos e crítico do movimento estudantil. É considerado um dos últimos representantes da escola de Frankfurt. Ao longo da sua vastíssima obra, tem procurado criar uma teoria crítica social baseada numa teoria da sociedade. Assumindo-se como um dos defensores da modernidade, procura igualmente criar uma teoria da razão que inclua teoria e prática, ou seja, uma teoria que seja ao mesmo tempo justificativa e explicativa. A noção de interesse é nuclear no seu pensamento. Habermas parte do pressuposto que todo o conhecimento é induzido ou dirigido por interesses. Mas não reduz o conhecimento à esfera da produção, onde seria convertido em ideologia. Nem reduz os conflitos de interesses à luta de classes. A sua noção de interesse é muito ampla. Os interesses surgem de problemas que a humanidade enfrenta e a que tem que dar resposta. Os interesses são estruturados por processos de aprendizagem e compreensão mútua. É neste contexto que Habermas afirma o princípio da racionalidade dos interesses. Distingue três grandes tipos de interesses, segundo uma hierarquia algo peculiar: a) técnicos; b) comunicativos; c) emancipatórios. Os interesses técnicos surgem do desejo de domínio e controlo da natureza. Tratam-se de interesses técnicos na medida em que a tecnologia se apoia ou está ligada à ciência. Todo o conhecimento científico se enquadra nesta esfera de interesses. Os interesses comunicativos levam os membros de uma sociedade a entenderem-se (e às vezes a não entenderem-se) com outros membros da mesma comunidade, o que origina entendimentos e desentendimentos entre as várias comunidades. Nesta esfera de interesses estão as chamadas ciências do espírito (ciências humanísticas, culturais, etc.). Os interesses emancipatórios ou libertadores estão ligados à auto-reflexão que permite estabelecer modos de comunicação entre os homens tomando razoáveis as suas interpretações. Estes interesses estão ligados à reflexão, às ciências críticas (teorias sociais), e pelo menos em parte, ao pensamento filosófico. Esta auto-reflexão pode converter-se numa ciência, como ocorre com a psicanálise e a crítica das ideologias, mas uma ciência que é capaz transformar as outras ciências. O interesse emancipatório resulta de ser um interesse justificador, explicativo enquanto justificador. A auto-reflexão individual é inseparável da educação social, e ambas são aspectos de emancipação social e humana. As decisões (práticas) são encaradas como actos racionais, onde não é possível separar a teoria da prática. Todo o seu pensamento aponta, assim, para uma

racional, afastando-se das actuais bases sociais. Beck defende um espaço social *reflexivo* e crítico face aos problemas da sociedade actual. Defende uma sociologia reflexiva que descreva e analise os problemas desta *nova* sociedade. Encontra nestes novos problemas da nova sociedade a complexidade de relações nunca antes analisadas, encontra desregulação absoluta, a prevalência do poder e a hegemonia económica, e uma fonte que jorra cada vez mais perigos, riscos e incertezas para a sociedade.

Assim, esta sociedade pós-moderna acarreta uma carga imensa de riscos e perigos —*risikogesellschaft*— na sua própria identidade e a contradição que se prende com o perigo da sobrevivência da própria espécie humana. Ulrich Beck expõe toda a sua teoria centrada no conceito de “*Sociedade do Risco*”. Este conceito foi criado por Beck em 1986...mas tão actual nos dias de hoje! Esta sociedade do risco caracteriza-se pelos constantes perigos e riscos sociais, políticos, económicos, ambientais, terroristas...todos eles globais, na medida em que afectam o mundo à escala mundial; e democráticos, porque para eles não há excepção, afectam a todos.

A sociedade de hoje em dia enfrenta um dos maiores perigos de sempre: a incerteza. As teses defendidas por Beck partem do princípio do reconhecimento da perigosidade e incerteza que a sociedade enfrenta hoje em dia. Refere Beck que os meios de comunicação assumem, neste cenário de risco, um papel determinante de extensão do poder e domínios políticos, com vista ao controlo social.

O pensamento de Ulrich Beck assenta em conceitos como *risco*, *perigo*, *individualização*, *modernização*, *reflexividade*, *cosmopolitismo*, e claro está, *globalização*. Perante estes conceitos, que dominam a sociedade actual, Beck constrói toda uma “doutrina do risco”. E perante o cenário da globalização, uma “doutrina do risco global”, do qual fazem parte os riscos ecológicos, os riscos económico-financeiros e os riscos decorrentes do terrorismo. Ao nível político assistimos, hoje em dia, a um discurso de retórica hipócrita e enganador, baseado em premissas de segurança, controlo e confiança fictícia perante crises e desastres ecológicos, crises financeiras e ameaças terroristas —estas últimas abordadas com um discurso de esperança bíblica, *olho por olho, dente por dente*; ameaça combatida com outra ameaça à qual se atribui a designação de *guerra preventiva*.

Outra das particularidades do pensamento de Ulrich Beck assenta na análise do conceito de *modernização* e a distinção entre os períodos e a forma como essa modernização se tem manifestado. Beck distingue entre *primeira modernidade* e *segunda modernidade*. O conceito de *primeira modernidade* decorre durante toda a modernização e

auto-reflexão da espécie humana, cuja história natural nos vai dando conta dos níveis de racionalidade que a mesma atinge. - In <http://afilosofia.no.sapo.pt/habermas1.htm>.

industrialização da sociedade, e a *segunda modernidade*, período no qual a sociedade se torna numa verdadeira sociedade do risco, através de um processo *reflexivo*, no qual assistimos à auto-confrontação dos êxitos da ciência e da tecnologia com as suas próprias consequências. A esta *segunda modernidade* devemos acrescentar o período da globalização, o período da incerteza, dos riscos e dos perigos, das desigualdades sociais. Beck assume um pensamento marcado e distanciado dos padrões sociológicos clássicos. Defende o fim da *primeira modernidade*, e uma sociologia “nova” para esta *segunda modernidade*; uma modernidade que questiona os novos problemas produzidos pela própria acção humana —as *incertezas que o próprio homem fabricou*. Defende uma nova sociologia que tenha presente os conceitos de *Sociedade do Risco*, cosmopolitismo, multiplicidade, diversidade, que abandone a centralização espacial e temporal, uma sociologia que reconheça a globalização como fenómeno social e intransponível, uma sociologia transnacional.

Na *primeira modernidade* a família assumia um papel de célula principal no âmbito social. A família era a matriz económica, cultural e laboral, e a estrutura de sociabilização primária. No período da *segunda modernidade* a família apresenta-se distante do conceito anterior. Numa sociedade fortemente dominada pela estrutura económica e financeira das políticas neoliberais, a família é impelida para a individualização. Neste processo de individualização, acentuam-se as incertezas do indivíduo na sociedade do risco. O indivíduo tem de enfrentar situações de trabalho precário num mundo laboral cada vez mais flexibilizado, instabilidade familiar, ausência de valores éticos e morais; e assiste, impávido, à proliferação da defesa acérrima de políticas neoliberais que promovem a ascensão económica relegando para segundo plano questões sociais. A sociedade depara-se com um vazio institucional, que se manifesta na crise dos sindicatos, dos partidos, dos mecanismos de representação e gestão pública, das próprias ideias, princípios e valores. A ascensão neoliberal proclamou bem-estar e prosperidade que sabia de antemão não conseguir garantir, muitas vezes camuflados pela sedução dos feitos e êxitos das tecnologias e da ciência, difundidos pelos meios de comunicação. As teses de Beck defendem que, esta *tábua de salvação*, paradoxalmente, conduz, hoje em dia, a uma crise de representação. Na mesma base que Giddens apresenta a sua *terceira via*, Beck apresenta um ideal político de novas formas de adaptação à nova realidade social. Para Beck, é assim necessária, a criação de normas que contrariem o excessivo protagonismo económico, através da criação de pactos sociais, acordos internacionais, a ascensão da sociedade civil e dos movimentos a ela associados, a resposta ao globalismo, o respeito pela diferença, o cosmopolitismo. Respostas que, de algum modo, se centrem em apaziguar os riscos e perigos crescentes. Numa sociedade cada vez

mais definida pelos processos de globalização, Beck distingue, compara e relaciona o local e o global, apelando à cooperação internacional, como forma de desenvolvimento e estabilidade do local para uma melhor actuação ao nível do global. Como alternativa ao velho e agastado conceito de Estado-Nação, apresenta uma proposta arrojada: a criação de um Estado Cosmopolita. Este Estado Cosmopolita assume-se como autónomo, forte, aberto à cooperação e coesão internacionais. Um Estado que prima pelo respeito pela diferença, social e cultural e que defenda a diversidade. Marcado pelo processo de globalização, defende uma nova teoria para esta Europa envelhecida e cansada. Defende a ascensão de uma Europa Cosmopolita, defensora da diversidade, que tão bem a caracteriza. Segundo Beck, é nesta diversidade europeia que devem assentar as políticas da Europa, a todos os níveis. A ideia de linearidade deve ser abandonada. Com a crescente ascensão de novos e imponentes actores para além dos Estados, a cooperação transnacional deverá tornar-se fulcral no âmbito das relações internacionais. Beck defende o cosmopolitismo como opção perante a ideia de alternativa *ou isto ou aquilo*. Defende um cosmopolitismo baseado na diversidade, no reconhecimento e aceitação dessa mesma diversidade; defende, não a ideia de *ou isto ou aquilo*, mas sim a máxima, *não só isto, mas também aquilo*.

Ulrich Beck desenvolveu o conceito de *sociedade do risco* tendo por base um conjunto de factores. A sociedade começa a questionar os perigos que enfrenta e chega à conclusão que esses perigos e riscos são resultado do seu próprio desenvolvimento. Durante o século XX assistimos a várias guerras, duas delas mundiais, catástrofes como Auschwitz, Nagasaki, Chernóbil. Torna-se necessário parar e pensar. Para Beck o ponto de viragem surgiu com o desastre nuclear de Chernóbil; refere que *pode deixar-se de fora a miséria, mas não os perigos da era atómica*². Vive-se actualmente baixo o signo do medo; os riscos atravessam fronteiras, não respeitam barreiras nem classes sociais. O acidente de Chernóbil não foi pretendido, programado, nem desejado. Foi um acontecimento de excepção, humano e imprevisto. Libertou perigos que ainda hoje se desconhecem; contudo, grupos de estudiosos e *experts* na matéria continuam a proclamar segurança e certezas.

Durante o século XIX assistimos à oposição entre natureza e sociedade, com a dupla finalidade de dominar e ignorar a primeira. Nos finais do século XX, e já neste século XXI, deparamo-nos com uma natureza amputada e esgotada. Os perigos e riscos encontram-se na água, nos alimentos, no ar que respiramos, nos produtos que consumimos, no mercado de trabalho e nas famílias que construímos. E para eles não existe nenhum escudo protector.

² BECK, U. (1998) *Sociedad del Riesgo- hacia una nueva modernidad*, Ediciones Paidós Ibérica, pág. 11.

Segundo Beck, a natureza que se sociabilizou ao longo do século XIX, converteu-se actualmente na *sociabilização das destruições da natureza*, a sua transformação em ameaças sociais, económicas, políticas e culturais, numa sociedade que se diz *modernizada*.

O autor, ao deparar-se com esta realidade, criou em 1986 o termo *sociedade do risco*. A partir dele criou várias teses abarcando de forma transdisciplinar e multidimensional a sociedade actual. A busca desenfreada pelo progresso e desenvolvimento técnico e científico, a par do implemento de políticas neoliberais, ofusca a proliferação dos riscos. E, mais ainda, quando este cenário se defronta com o fenómeno da globalização. Riscos e perigos tornaram-se globais. Exige-se que a sociedade se adapte e reconheça esta nova realidade; que se unam esforços para a minimização dos impactos negativos da globalização e a canalização de esforços no sentido do aproveitamento de oportunidades.

Com a presente dissertação, pretende-se dar a conhecer um autor multifacetado e transdisciplinar. Através da análise da sua vasta obra depreende-se que o pensamento central se fixa numa sociedade de riscos e perigos, numa sociedade de incertezas. As teses do autor apesar de remontarem ao século XX, encontram-se hoje, mais actuais que nunca.

No primeiro capítulo, intitulado *Sociedade do Risco —Características, Consequências e Perspectivas—* pretende dar-se a conhecer, expor e compreender o conceito de *Sociedade do Risco*, as implicações a ele associadas, e as oportunidades que dele se podem retirar. Beck caracteriza a *sociedade do risco* pelo domínio do risco ecológico, social, político, económico e cultural. Estes riscos classificam-se como globais, e democráticos. Assistimos a um vazio político e institucional e os movimentos sociais devem ser encarados como a nova legitimação e aposta. Incerteza é a palavra-chave.

No capítulo seguinte, intitulado *Globalização no pensamento de Ulrich Beck — Definição, Dimensões, Erros e Respostas—* é desenvolvida a teoria de Ulrich Beck sobre este fenómeno tão díspar apelidado de globalização. Arrisca-se uma definição, expõem-se as dimensões que abrange e a forma como as atinge. Segundo Beck, no âmbito do estudo sobre a globalização, é essencial distinguir este conceito de outros dois, a ele associados: *globalidade* e *globalismo*. Este último, associado à hegemonia económica, acarreta para a sociedade mitos e falácias associadas à constante prossecução de políticas neoliberais. Segundo Beck, é no próprio processo de globalização que se podem encontrar soluções e apresentar respostas à própria globalização.

No terceiro capítulo —*A Europa Cosmopolita —A Resposta?*— pretende-se a análise de uma das respostas à globalização, proposta por Beck. Essa resposta centra-se na *Europa*. Numa Europa associada às ideias de diversidade e *cosmopolitismo*. Pretende dar-se a conhecer esta proposta como uma possível solução. Para o autor, apenas uma Europa cosmopolita poderá ser a resposta face aos aspectos negativos da globalização e um meio de canalizar as mais diversas soluções. Uma Europa da alteridade, da diversidade...uma Europa da máxima *não só isto, mas também aquilo*.

Mas será que globalização acarreta necessariamente uma visão cosmopolita? Ou pelo contrário, será que globalização e cosmopolitismo se assumem como conceitos paradoxais? E será que a Europa se encontra preparada para assumir esse traço cosmopolita? O título da presente dissertação —*Globalização contra Cosmopolitismo? A propósito das teses de Ulrich Beck*— procura dar conta desta complexa realidade.

Ulrich Beck apresenta-se a si mesmo como um *pessimista optimista* ou — se se preferir— um *optimista pessimista*. Um pensamento cada vez mais actual, numa obra que se pode considerar *visionária*. Defende propostas arrojadas que o podem definir como utópico. Contudo, perfeitamente actuais, aplicáveis e realizáveis.

Certo é que, o primeiro dos passos é, sem dúvida, por si só, o maior de todos os desafios propostos por este autor...*pensar de novo esta nova sociedade*.

I

SOCIEDADE DO RISCO

Características, Consequências e Perspectivas

“Não há nada certo para além da incerteza”

Ulrich Beck

PONTO PRÉVIO

Como já referido, no panorama da sociologia europeia actual destaca-se com nitidez a obra de Ulrich Beck. O sociólogo contemporâneo alemão apresenta uma nova forma de pensar a sociedade que se tem vindo a consolidar nas últimas décadas.

Ulrich Beck é hoje considerado um dos teóricos mais conceituados no âmbito da sociologia, especialmente após a publicação da sua obra *Sociedade do Risco—para uma nova modernidade* (1986), uma obra que apresenta um ambicioso programa de reorientação sociológica.

A sociedade contemporânea tem sido marcada por mudanças sociais profundas, relacionadas com um conjunto de factores que vão desde mudanças tecnológicas extremamente rápidas, ao crescimento das ideologias conservadoras, passando por alterações nos processos produtivos, económicos e financeiros à escala global. No plano político, cresce o neoliberalismo e a tradicional dicotomia entre partidos de esquerda e partidos de direita torna-se insuficiente para enfrentar os problemas desta *segunda modernidade*; bem como a tradicional dicotomia Leste-Oeste, que determinou a política global no pós-guerra, há muito que caiu por terra, arrastada pelo colapso do campo do socialismo real representado pela URSS e países socialistas da Europa oriental.

Beck defende uma sociologia *reflexiva*, para a análise da actual sociedade — também ela *reflexiva*— na qual os problemas já não são os mesmos que eram analisados nas sociedades precedentes, características da modernidade simples, ou *primeira modernidade*. Nesta nova sociedade, Beck defende que, a hegemonia económica controla o poder político e as relações internacionais, num mundo sumamente globalizado e individualizado. Mundo esse ameaçado por riscos e perigos constantes, aos quais as políticas neoliberais se apresentam como insuficientes.

A maioria dos desafios que hoje em dia enfrentam os seres humanos, no seio da sua vida social, já não provém da natureza, mas sim das próprias consequências das acções humanas. A ideia de crescimento, descorando a qualidade de vida das pessoas, ganhou uma legitimidade considerável. Vários perigos para a vida humana já não residem na natureza inóspita e selvagem. A sua origem está em produtos humanos cujos efeitos secundários são altamente prejudiciais. Os gases nocivos utilizados durante a Primeira Guerra Mundial tinham como finalidade a destruição, e foram usados como armas. Contudo, “armas” como os pesticidas são compostos elaborados pelo homem, para melhorar as condições de vida das populações, especialmente incidindo na

agropecuária. Não só não representavam um perigo para as populações como estavam concebidos para terminar com ameaças tradicionais de pragas.

Esta é uma das grandes novidades desta época: o homem tem de enfrentar consequências letais resultantes da sua própria actuação, que não são produto de guerras ou do uso de armas. Os problemas de Hiroshima, de certa forma, foram sendo minimizados através da paz. Os de Chernóbil implicam uma exigência de segurança, que até aos dias de hoje não se logrou alcançar. O próprio Beck refere que *não é o fracasso das ciências mas sim o seu próprio êxito que as destronou*.

A detecção dos riscos e o alerta face a eles, pode eventualmente entrar em conflito com interesses de índole económica, militar ou religiosa. A existência de indivíduos, capazes de reconhecer e perceber os riscos e elaborar critérios de segurança compatíveis com uma cultura democrática, converte-se numa prioridade. E não é apenas na educação do sistema escolar mas também a necessidade de meios de comunicação, capazes de gerar debates e sessões de esclarecimento, de forma a chamar a atenção sobre as potenciais situações de risco.

O desenvolvimento da ciência e da técnica não conseguem, hoje em dia, dar resposta às exigências da constante proliferação e descontrolo dos riscos que contribuem decisivamente para a criação de consequências graves para a saúde humana e para o meio ambiente, desconhecidas a longo prazo e que, quando descobertas, tendem a ser irreversíveis. O desenvolvimento económico e a procura desenfreada pelo lucro sacrificaram, durante muitos anos, o bem-estar político e social. Os Estados Unidos da América, por exemplo, não ratificaram o Protocolo de Quioto por defenderem que o aquecimento global e as alterações climáticas são um problema que não lhes diz respeito de forma directa. Contudo, quando se fala na introdução no mercado de alimentos geneticamente modificados, cujas consequências para a saúde pública se desconhecem ainda hoje, afirmam as indústrias e empresas americanas que os mesmos não comportam qualquer tipo de perigo para os seres humanos. Avançam com uma teoria de segurança que na prática não conseguem garantir. Neste momento, o único problema “realmente” global para os americanos prende-se com questões de terrorismo. Mas, será apenas esse a considerar?

A concepção de Beck sobre esta sociedade actual, como “*Sociedade do Risco*” veio revolucionar a forma de entender, analisar e pensar a sociedade.

Mas, o que significa, na concepção de Ulrich Beck, o conceito de “*Sociedade do Risco*”?

1. A SOCIEDADE DO RISCO

O desenvolvimento da ciência e da tecnologia, para além de grandes feitos e êxitos, e contributos para o crescente bem-estar social, deram também origem à falta de controlo sobre si mesmos, e sobre todos os perigos que ameaçam a sociedade. Após Chernóbil vive-se uma nova era —refere o autor: “*Todo esto ya no existe desde Chernobil. Há llegado el final de los outros, el final de nuestras posibilidades de distanciamiento, tan sofisticadas; un final que se há vuelto palpable con lá contaminación atómica. (...) Ahí reside la novedosa fuerza cultural y política de esta era*”³. O acidente nuclear deve ser considerado como a viragem de paradigma, a partir do qual podemos falar em *sociedade do risco*. Onde antes existia confiança, bem-estar e segurança, hoje em dia existe desconfiança, medo, angústia, pelos perigos, pelos riscos. Que sequelas deixou Chernóbil, já não é a pergunta que se coloca hoje em dia, mas sim, passados tantos anos, continua a ser, que sequelas estarão ainda para vir?!

A ciência e a técnica já não controlam os riscos para a saúde pública e meio ambiente, e as consequências, quando descobertas, tendem a ser irreversíveis. Entre esses riscos, Beck inclui os riscos ecológicos, químicos, nucleares e genéticos, económicos e financeiros e mais recentemente as ameaças terroristas, produzidos industrialmente, mas com enormes benefícios económicos e que, por isso mesmo são individualizados juridicamente, legitimados cientificamente e minimizados politicamente. Todos estes riscos geram assim, uma nova forma de capitalismo, uma nova forma de economia, de ordem global, uma nova forma de sociedade e uma nova forma de vida pessoal. Na primeira modernidade predominava a ideia de crescimento cego, onde o futuro passava necessariamente pelo desenvolvimento da ciência e tecnologia; nesta segunda modernidade, nesta sociedade do risco, o futuro adquire o valor de crítica das acções anteriores.

Quando em 1962 foi editada a obra *Primavera Silenciosa* de Rachel Carson, na qual se alerta para os perigos do DDT⁴, até ao momento desconhecidos, tomou-se

³ BECK, U. (1998) *Sociedad del Riesgo – hacia una nueva modernidade*, Ediciones Paidós Ibérica, pág. 11.

⁴ O DDT (sigla de Dicloro-Difenil-Tricloroetano) é o primeiro pesticida moderno, tendo sido largamente utilizado após a Segunda Guerra Mundial para o combate dos mosquitos causadores da malária e do tifo. O DDT foi sintetizado em 1874, mas foi apenas em 1939 que um químico suíço, Paul Muller, descobriu as suas propriedades insecticidas. O DDT é sintetizado pela reacção entre o cloral e o clorobenzeno, usando o ácido sulfúrico como catalizador. O estado químico do DDT, em condições de temperatura (0° a 40°C), é sólido. O DDT é insolúvel em água, mas solúvel em compostos orgânicos como a gordura e o óleo e tem um odor suave. Trata-se de um insecticida barato e altamente eficiente. O DDT foi banido na década de 1970 de vários países. O DDT acumula-se na cadeia alimentar, pois os animais são contaminados por ele e depois são ingeridos pelos seus predadores que o absorvem. Como os predadores se alimentam de várias presas, absorvem muito DDT. Como resultado, o DDT pode causar uma mortalidade maior para os predadores naturais de uma determinada praga, do que para a própria praga. Isto pode causar um

consciência que algo estava a mudar. Este composto químico, descoberto no século passado, foi utilizado como pesticida no desenvolvimento da agricultura, a partir dos anos 40 do século XX. O DDT foi considerado como um milagre da ciência, e era considerado um orgulho cultural —o seu criador, o químico suíço Paul Hermann Müller recebeu o Prémio Nobel de Fisiologia e Medicina de 1948 pela criação do pesticida.

A obra de Rachel Carson pôs a descoberto as consequências devastadoras do DDT, não só para a flora e fauna, mas também para os seres humanos. Assim, os efeitos não se consubstanciavam apenas naqueles que manuseavam a substância, mas sim, também naqueles que inclusive, a poderiam desconhecer; podia, assim, atingir povoações inteiras. Após a publicação da obra *Primavera Silenciosa* tiveram início várias acções proclamando a proibição do uso do DDT, exercendo-se, inclusive, pressão junto de organismos locais, nacionais (especialmente nos Estados Unidos da América) e internacionais, de forma a estender a proibição ao nível global.

Assim, foi possível constatar a existência de vários perigos para a vida humana, até então completamente desconhecidos e inclusive *acarinhados*, que já não provêm de uma natureza selvagem e inóspita, mas sim, fabricados pelo próprio homem. A diferença entre este composto químico e os gases venenosos utilizados na Primeira Guerra Mundial, cuja finalidade destrutiva era explícita, uma vez que se tratavam de armas, reside no facto do DDT ser um composto utilizado para melhorar as culturas e desenvolver a agricultura, aumentar a produção e consequentemente o bem-estar. A sua utilização não implicava qualquer perigo. Assim, enfrentar consequências letais produzidas pela acção do homem é uma das grandes novidades desta *segunda modernidade*. As vítimas de Hiroshima e Chernóbil são de natureza completamente diferente. No primeiro caso são consequências de actos premeditados com finalidade destrutiva, que reflecte a essência da guerra. Por outro lado, as consequências de Chernóbil são resultado do tratamento inadequado de tecnologia de altíssimo risco. As consequências de Hiroshima conseguem minimizar-se a través da procura pela paz constante, mas Chernóbil pressupõe o conceito de segurança. São as *incertezas fabricadas* da sociedade do risco.

aumento descontrolado da população da praga devido à ausência de predadores. O DDT pode estar presente em níveis aceitáveis num lago, mas vai acumulando-se ao longo de uma cadeia de predadores até chegar ao peixe de consumo humano, que pode apresentar uma concentração de DDT muito tóxica. Na prática, o DDT decompõe-se bem antes de se tornar concentrado, na cadeia alimentar. Um dos inimigos da proibição do DDT, por conta da suposta causa de desenvolvimento de cancro, tomou publicamente num programas de televisão, uma colher de chá, cheia com DDT. Ele morreu com 84 anos, de ataque cardíaco. Sobre a eficiência do DDT em combater mosquitos, não restam dúvidas. Graças ao DDT, a malária foi banida da Flórida, Itália, Espanha. No mundo como um todo, centenas de milhões de pessoas tiveram as suas vidas salvas, graças ao DDT. Em toda a parte onde o DDT foi introduzido, a expectativa de vida cresceu. O DDT tem seu uso controlado pela Convenção de Estocolmo sobre os Poluentes Orgânicos Persistentes, in <http://pt.wikipedia.org/wiki/DDT>.

Da análise da sua teoria sobre a sociedade, facilmente se compreende que Beck defende uma “nova” sociedade, que se estende da *primeira* para a *segunda modernidade*, e se desenvolve tomando-se uma sociedade do risco. Para Beck, a sociedade do risco, compreende a época do industrialismo, na qual os homens têm de fazer frente ao desafio lançado pela capacidade da tecnologia em destruir toda e qualquer forma de vida sobre a terra, e a sua dependência face a determinadas decisões.

Sociedade do Risco significa que vivemos num mundo totalmente fora de controlo. E como o próprio Beck refere, *não há nada certo além da incerteza*⁵. O conceito de risco, segundo o autor, é um conceito da modernidade, que pretende transformar consequências incalculáveis e imprevisíveis, em algo certo e previsível. Contudo, na teoria da *sociedade do risco*, proposta por Ulrich Beck, as decisões tomadas dizem respeito a consequências e riscos globais, que a todos afectam, de forma directa ou indirecta. E esta situação choca claramente com os padrões políticos e institucionais de segurança e estabilidade que se pretendem preconizar. *Institucionalizou-se a promessa* —se me permite usar a expressão— na sociedade em que vivemos, e tal é reflexo desta *sociedade do risco*. Na sua obra *A Sociedade de Risco –Para uma nova modernidade (1986)*, Beck argumenta que *a força motriz na sociedade de classes pode ser resumida numa frase: Tenho fome! O movimento posto em marcha pela sociedade de risco também pode ser expresso pelo indicativo: Tenho medo!* As grandes características desta sociedade do risco são, a caracterização e tomada de consciência face à realidade de riscos e perigos e as consequências a eles afectas; a mudança de paradigma da *primeira modernidade* para a *segunda modernidade* através de um processo de *modernização reflexiva*; a individualização da sociedade e as arriscadas relações laborais, como consequências desta *sociedade do risco*; e a necessidade crescente da adopção de um novo tipo de política capaz de fazer frente aos desafios propostos pela *sociedade do risco*, e que Beck denomina de *subpolítica*.

1.1. OS RISCOS⁶

“Vivemos hoje num mundo assustador e perigoso”⁷.

⁵ Cfr. <http://www.unisinos.br/ihu>. Ver Entrevista de Ulrich Beck à IHU On-line, acedido em 15/02/2008.

⁶ Neste ponto cfr. BECK, U. (1998) *Sociedad del Riesgo – hacia una nueva modernidad*, Primera Parte – Sobre el Volcán civilizatorio: Los Contornos de la Sociedad del Riesgo, Ediciones Paidós Ibérica, pág.s 25-99.

⁷ GIDDENS, A. (2005) *As Consequências da Modernidade*, 4ª ed., Celta Editora, pág. 7.

Como podem ser evitados, minimizados, canalizados, riscos e perigos, produzidos de forma sistemática com o avanço da modernização, e limitá-los e reparti-los apenas por onde possam ser controlados, sem que para tal tenha de ser afectada a evolução da tecnologia, sem ultrapassar os limites do “legitimamente suportável” ao nível económico, social, ecológico? Este é o paradoxo da sociedade do risco: a sustentabilidade da própria sociedade do risco.

A antiga sociedade de classes da “repartição da riqueza” é substituída pela sociedade da “repartição dos riscos”. Os riscos actuam, já não só ao nível do indivíduo, mas também ao nível das massas. São democráticos e globais. Ultrapassam fronteiras, são indiferentes a delimitações geográficas, a classes sociais, a raças. São fortemente influenciados pelo processo de globalização e evoluem com ele.

Certo é que os riscos não são uma invenção da era moderna. Desde sempre que o homem enfrenta riscos e perigos. A grande diferença é que esses riscos e perigos derivavam, especialmente, de forças da natureza, incontrolláveis pelo homem, e que muitas vezes eram associadas a desígnios divinos. Eram riscos pessoais, e não ameaças globais, como é hoje, por exemplo, a diminuição da camada de ozono, ou a poluição dos mares, a destruição das florestas, as ameaças de desastres atómicos e os riscos de atentados terroristas. E o risco era muitas vezes visto como sinónimo de coragem e destreza. Pelo contrário, os riscos que caracterizam esta sociedade derivam da actuação humana. O homem enfrenta hoje em dia, riscos consequentes do desenvolvimento e progresso científico e tecnológico. São as *incertezas que o próprio homem fabricou*. São os riscos da modernização.

Os riscos estão intrinsecamente ligados aos conceitos de insegurança, probabilidade e incerteza. *O risco refere-se a perigos calculados em função de possibilidades futuras*⁸.

O risco, em si mesmo, encerra uma dinâmica estimuladora que serve de motor à sociedade com sofreguidão de desenvolvimento e evolução. É a capacidade de correr riscos que faz evoluir uma sociedade. Assim, o conceito de risco não tem de ser visto, necessariamente, como um factor negativo.

Anthony Giddens⁹ defende a existência de dois tipos de riscos: o *exterior* e o *provocado*. Refere este autor que, o risco exterior é aquele que se manifesta e chega até nós através da tradição ou da natureza. É-nos imposto e por nós aceite sem protesto. O risco provocado é aquele que deriva do desenvolvimento da ciência e da tecnologia, da acção

⁸ GIDDENS, A. (2005) *O Mundo na Era da Globalização*, Editorial Presença, 5ª Edição, pág. 33.

⁹ GIDDENS, A. (2005) *O Mundo na Era da Globalização*, Editorial Presença, 5ª Edição, págs. 31 segs.

humana. É o risco que, segundo Beck, caracteriza a sociedade do risco, nesta segunda modernidade.

Beck, “(...) define os riscos como inseguranças determináveis e calculáveis (...). Os perigos são (...) incidentes involuntários.”¹⁰. “(...) «risco» significa insegurança calculável e quantificável, enquanto que «perigo»(...) significa, ao contrário, insegurança incalculável (fruto de decisões da civilização)”¹¹.

Riscos e perigos desta segunda modernidade são fruto de um processo de modernização. Por outro lado, por força do processo de modernização reflexiva, a sociedade toma consciência da existência desses riscos. A sociedade inicia um processo de confrontação entre os êxitos da ciência e tecnologia e as consequências que daí decorrem para o homem. É necessário estar perante eles e enfrentá-los, para se concluir estar na presença de um determinado perigo. Para o autor, basta *tomar consciência* da possível existência de um *risco* —daí que o defina como *calculável e quantificável*, e associado às ideias de probabilidade e de incerteza. Uma vez que, a situação de risco nem se colocava se o resultado estivesse garantido. O risco refere-se, pois, a perigos calculados em função de possibilidades futuras.

Os riscos comportam em si mesmos, várias características que os evidenciam e distinguem.

Um dos efeitos do processo de modernização e da sociedade do risco é, segundo Beck, o “efeito boomerang”¹² dos riscos. Os riscos, mais tarde ou mais cedo, acabam por afectar aqueles que os produzem ou que deles beneficiam. Nem os ricos e poderosos escapam! Os efeitos secundários acabam por afectar o centro da sua produção. Beck toma como exemplo, a questão da agricultura, na qual o aumento da utilização dos produtos químicos é superior ao aumento da produção e acarreta enormes danos para a natureza, visíveis e dolorosos: numerosas espécies de flora e fauna encontram-se em vias de extinção; a agricultura intensiva industrial está a fazer crescer dramaticamente o conteúdo de chumbo no leite materno e nas crianças; diminuiu a fertilidade dos campos e cresce o perigo de erosão dos solos. E, mais tarde ou mais cedo, debaixo do tecto dos riscos da modernidade produz-se a unidade entre culpado e vítima.

Outra particularidade dos riscos, apontada por Ulrich Beck, é a sua invisibilidade. A população em geral não possui mecanismos de percepção dos verdadeiros riscos,

¹⁰ BECK, U. (1998) *Políticas Ecológicas en la edad del Riesgo*, El Roure Editorial, pág. 3.

¹¹ BECK, U. (2000) *Un nuevo mundo feliz – la precariedad del trabajo en la era de la globalización*, Ediciones Paidós Ibérica, pág. 11.

¹² BECK, U. (1998) *Sociedad del Riesgo – hacia una nueva modernidad*, Ediciones Paidós Ibérica, pág. 43 e segs.

estando dependente do conhecimento científico e tecnológico. Vive-se assim, num constante clima de desconfiança e insegurança. Que garantias podemos ter, hoje em dia, de não voltarmos a viver Chernóbil? Segundo Beck, não apenas os acidentes, mas também a consciência de que possam acontecer, conduz ao desmoronamento da fachada da segurança.

Os riscos afectam toda a sociedade, e todas as classes sociais. Aí reside a sua democratização. A repartição das substâncias nocivas afecta as mais básicas necessidades humanas...água, ar, alimentos...e gera, assim, situações sociais de perigo. Contudo, uns são sempre mais afectados do que outros...ou melhor, uns são afectados de forma mais directa que outros.

Os riscos são reais e irreais, materiais e imateriais. Muitos riscos já são hoje reais, como as águas contaminadas, destruição de florestas, novas doenças, aquecimento global, terrorismo global. Por outro lado, estes riscos que hoje são reais projectam consequências e ameaças futuras: os riscos irreais. A consciência do risco não reside no presente, mas sim no futuro, e nas suas consequências futuras.

Na sociedade do risco, o passado perde força para o presente, que por sua vez se projecta para o futuro, tendo em conta as ameaças desses riscos.

Associada às características dos riscos, temos a questão da sua repartição, numa perspectiva social. A forma de repartição dos riscos é diferente da forma de repartição da riqueza.

Os riscos estendem-se de forma específica para cada classe social.

A repartição dos riscos segue o esquema da repartição da riqueza, mas de forma inversa: uma vez que, a riqueza se acumula “em cima”, os riscos acumulam-se “em baixo”. Desta forma, os riscos tendem a fortalecer a separação de classes e não a suprimir diferenças, o que provoca um crescente afastamento...ricos mais ricos e pobres mais pobres. As famílias de baixos rendimentos têm falta de provisões, falta de segurança e abundância de riscos que não conseguem evitar. Sem formação e possibilidades económicas, são presa fácil para o desemprego massivo. As famílias com rendimentos mais elevados, são ricos em capital, em educação, em poder, o que lhes permite “comprar” a segurança, a liberdade, a protecção (alguma) em relação aos riscos (ainda que por breves momentos). E o fosso entre classes acentua-se.

Contudo, há situações inevitáveis e que afectam todos de igual forma, como a água que consumimos, o ar que respiramos, a destruição dos bosques, doenças.

E perante este cenário, apenas nos restaria...não comer...não respirar...não beber...em suma, não viver.

Pessoalmente, faz-me confusão. E chego mesmo a ter receio da falta de informação e da informação manipulada que entra todos os dias nas nossas casas. Será que os organismos geneticamente modificados não são prejudiciais para a saúde? Será saudável o peixe que se compra *fresco*? E a poluição dos mares? Vivemos, como refere Beck, *entre dois mundos*: o da informação sobre os riscos quantificáveis e o da insegurança não quantificada (ou melhor —se me permite— da *ignorância provocada*).

Beck refere ainda, que as situações de risco, não são situações de classes; afectam toda a sociedade de igual forma. Não afectam apenas os ricos, nem apenas os pobres. É sim, mais correcto referir que à “classe” dos que já estão afectados, se contrapõe a “classe” daqueles que ainda não estão afectados.

Objectivamente, os riscos actuam no seu raio de acção e entre os afectados pelos riscos recai um efeito igualitário. Aí reside a sua força política, e neste sentido, as situações de perigo não podem ser vistas, nem pensadas como situações de classes, nem os seus conflitos como conflitos de classes.

O conceito de *sociedade do risco* evoluiu, devido à característica da globalidade dos riscos e impulsionada pelo processo de globalização, para *Sociedade do Risco Mundial*¹³. Contudo, este termo não deve ser confundido com a existência de uma homogeneização do mundo, uma vez que, todas as regiões e culturas não são igualmente afectadas por um conjunto uniforme de riscos não quantificados e incontroláveis, quer ao nível ambiental, económico e de redes terroristas. Pelo contrário, os riscos globais são, por si só, desigualmente distribuídos. Esses riscos globais influenciam e desenvolvem-se em diferentes contextos concretos, mediados por diferentes padrões culturais, sociais e políticos.

Desta forma, devido ao processo de globalização, esta sociedade do risco é fortemente influenciada e, como anteriormente referido, os riscos de hoje já não são apenas característicos da sociedade do risco, mas sim de uma sociedade do risco que se caracteriza como global.

Hoje em dia, os riscos desenvolvem-se à escala global, são mundiais e afectam todos os cantos da Terra, e a sua repartição segue também, esta lógica, independentemente dos lugares onde são produzidos. Como refere Beck, se os riscos

¹³ Sobre a *Sociedade do Risco Mundial*, cfr. BECK, U. (2006) *La Sociedad del Riesgo Global*, 2ª ed., Editora Siglo XXI; e BECK, U. (2008) *La Sociedad del Riesgo Mundial – En busca de la seguridad perdida*, Ediciones Paidós Ibérica.

fundam a sociedade do risco, os riscos globais fundam a sociedade do risco global¹⁴. Na sociedade do risco global, as decisões acarretam outros problemas e perigos globais que contradizem radicalmente a informação e o diálogo institucional sobre o controlo, sobre a ideia fictícia de uma segurança que não existe e da promessa de controlar as catástrofes, patentes na opinião pública (como aconteceu com Chernóbil e agora com o 11 de Setembro). É aqui que reside a explosividade política da sociedade do risco global: a opinião pública mediática centra-se na política, na burocracia, na economia, e não onde realmente se deveria centrar. A sociedade do risco não deve ser vista nem descrita tendo em conta os números de mortos e feridos, através de fórmulas científicas. Nesta sociedade do risco global, como refere o autor, “explodem” as necessidades de responsabilidade, as pretensões de racionalidade, e de contacto com a sociedade actual.

Numa época em que a fé na religião, nas classes e nos governos se desvanece, a globalidade reconhecida dos perigos transforma-se numa fonte de compromissos que abre novas oportunidades de actuação geopolítica.

O autor reconhece e distingue três tipos de riscos globais: por um lado, refere os riscos ecológicos condicionados pela riqueza, pelo poderio económico e político e pelos perigos técnico-industriais, dos quais são exemplo, a diminuição da camada de ozono, as manipulações genéticas, e o efeito de estufa. Por outro lado, deparamo-nos com riscos económicos, decorrentes da evolução da economia mundial e das políticas fortemente baseadas em princípios neoliberais, com a oscilação dos mercados económicos de todo o mundo. Por fim, Beck refere ainda um outro tipo de riscos decorrentes da utilização das armas de destruição massiva (armas nucleares, químicas ou biológicas) e os riscos decorrentes de eventuais situações de guerra entre potências estatais, decorrentes do terrorismo fundamentalista.

Esta questão dos riscos decorrentes do terrorismo fundamentalista merece que, pela sua urgência, actualidade e importância, nos debrucemos um pouco mais sobre ela. Ulrich Beck desenvolveu esta temática num texto intitulado “*Sobre el Terrorismo y la Guerra*” (2002)¹⁵ apresentado numa conferência na Duma Estatal de Moscovo, em Novembro de 2001.

Refere o autor que os ataques terroristas do 11 de Setembro de 2001 representaram o fracasso do diálogo, frente a questões de terrorismo, guerra, crimes, inimigos, violência, vitória. A NATO declarou o ataque como um ataque “contra todos”.

¹⁴ BECK, U. (1998) *Qué es la Globalización? – Falacias del globalismo, respuestas a la globalización*, Ediciones Paidós Ibérica.

¹⁵ BECK, U. (2003) *Sobre el Terrorismo y la Guerra*, Ediciones Paidós Ibérica.

Contudo, há que aceitar que não se tratou de um ataque declarado do exterior, nem de um ataque de um Estado soberano contra outro. Os ataques não foram directamente dirigidos ao exército dos Estados Unidos da América, numa manifestação contra o poderio da potência americana e das políticas neoliberais, uma vez que, no fim quem saiu a perder foram os civis inocentes. E ao ataque respondeu-se com outro ataque: e, com tudo isto, se criam, como refere Beck, *novos Bin Laden*. Assim, perante este cenário, no qual o diálogo falhou e a utilização de conceitos erróneos continua a ser o principal motor de governação e actuação, podemos então perguntar-nos, o que terá sucedido para tal ter acontecido? Ninguém sabe...E perante este cenário, o mundo apresenta-se mudo e calado...Ora, essa não deve ser a atitude a adoptar. E este silêncio deve ser rompido.

A universalização da ameaça terrorista faz com que seja, hoje em dia, um dos principais objectivos das políticas mundiais.

A segurança nacional dos Estados Unidos da América consciencializa-se agora que, em solitário nada conseguirá alcançar, e que a sua própria segurança nacional passa, necessariamente, por alianças globais.

Nesta sociedade do risco mundial, o unilateralismo americano fracassa. Aos Estados Unidos é impossível deter o espectro do terrorismo através de uma actuação isolada por parte da CIA e do Pentágono contra o resto do mundo. Esta sociedade do risco mundial força o multilateralismo, no qual vários actores assumem papéis diferentes, e passam, muitas vezes, de pretendentes a cortejados.

Beck chama ainda a atenção para o erro de transformar esta guerra contra o terrorismo, numa guerra contra o Islão e contra a religião islâmica. Pois, se assim for, apenas se estará a alimentar ainda mais o terrorismo, ao mesmo tempo que se suprimem liberdades importantes, renovam-se ideais proteccionistas e nacionalistas e excluem-se aqueles que são culturalmente diferentes.

É necessário, também, que se tome consciência de que assistimos a uma mudança de conceitos; e o conceito de *terrorista* não é excepção. Assim, se antes a visão militar estava direccionada para organizações militares e Estados nacionais e a sua defesa, agora, são as ameaças transnacionais de criminosos e redes subestatais as que desafiam os Estados do todo o mundo, de forma a que hoje em dia, experimentamos no âmbito militar o que já se deu no âmbito cultural. Ou seja, o fim do monopólio estatal da violência de uma civilização, na qual no final, tudo poderá converter-se numa “bomba” nas mãos de fanáticos revoltados. Os símbolos de paz de uma sociedade, podem transformar-se, assim, em instrumentos de guerra.

Após os atentados terroristas de 11 de Setembro, os grupos terroristas assumiram um novo lugar no âmbito das relações e políticas internacionais; assumiram uma nova posição enquanto actores globais, em clara competição directa com os Estados, a economia e a sociedade civil.

Beck classifica de “*ONG da violência*” as redes terroristas; uma vez que operam como verdadeiras organizações não governamentais, não vinculadas a um território geograficamente delimitado, descentralizadas, e que actuam quer localmente, quer transnacionalmente.

Assim, estas “*ONG’S*” do terrorismo derrubam o monopólio estatal da violência; o que significa que este tipo de terrorismo transnacional não está ligado ao terrorismo islâmico, podendo unir-se a todos e quaisquer objectivos, ideologias e fundamentalismos possíveis.

Por outro lado, há que fazer a distinção entre *terrorismo associado aos movimentos de libertação nacional*, que têm uma unidade territorial e nacional, e as *redes terroristas transnacionais* que operam sem estarem vinculadas a um determinado território, actuam à margem das fronteiras, e inutilizam o diálogo para utilizar antes as milícias e a guerra.

Antigamente, os terroristas pretendiam salvar a vida depois de cometer o seu crime. O acto suicida e o terrorista suicida são *singulares*, em sentido estrito; uma vez que, nem o suicida pode cometer o mesmo acto duas vezes, nem é necessário ser declarado culpado por nenhuma autoridade estatal. Os culpados revelaram-se dando-se a conhecer, e ao mesmo tempo condenaram-se na sua própria acção. Portanto, os Estados Unidos da América não pretendem descobrir nem punir os agentes dos atentados de 11 de Setembro, porque esses já se extinguiram a si próprios na sua própria acção, mas sim aos seus presumíveis *homens na sombra*, aos seus mecenas estatais.

De referir que se defende frequentemente que, são os Estados que levam à criação de agentes terroristas. Mas, não será, pelo contrário, a ausência de Estado (na acepção de Estado-nação) e de estruturas estatais que levam a essas mesmas actividades terroristas? Será que a vulnerabilidade das nossas civilizações não fortalecerá e contribuirá para as acções terroristas? Com os avanços tecnológicos e científicos abrimos uma *nova caixa de Pandora*. E poderíamos chegar à necessidade de cada cidadão ter de demonstrar que não é perigoso, pois qualquer um pode ser um potencial terrorista. Assim, esta individualização da guerra levaria finalmente, ao fim da democracia. E os governos teriam de se unir contra outros governos, e contra os seus próprios cidadãos, e vice-versa.

Por outro lado, também se revela importante fazer a distinção entre “bons” e “maus” terroristas: ou seja, nacionalistas que há que respeitar e fundamentalistas que há que desprezar.

Poderá responder-se politicamente a este desafio? A tese de Beck reporta-se à necessidade da concretização do *Princípio do Direito*. Ou seja, o princípio através do qual os cidadãos podem fazer justiça pelas suas próprias mãos, deve ser condenável no mundo e sociedades actuais. Logo, deverá ser igualmente, um princípio a abandonar ao nível internacional. Toma-se, assim, essencial a adopção de um pacto contra o terrorismo, baseado no Direito, constituindo-se e ratificando uma convenção internacional contra o terrorismo, uma convenção que clarifique conceitos e que defina a base de actuação interestatal dos movimentos terroristas; em suma, que seja criado um espaço legal unitário e universal, passando, necessariamente, pela ratificação dos Estatutos do Tribunal Internacional, por todos os Estados.

O objectivo, apontado pelo autor, seria então o de converter o terrorismo num crime contra a humanidade punível em todo o mundo. E desta forma, alertar a sociedade para a necessidade de unir esforços nesse sentido.

Todos estes tipos de perigos interligam-se e reflectem a democratização dos riscos da sociedade do risco global. Ou seja, os riscos ultrapassam fronteiras, são globais, e, ainda que de forma desigual, a todos afectam.

Os riscos não podem ser interpretados, tendo por base o conceito de Estado-nação, tal como interpretado na era da primeira modernidade. Os riscos da segunda modernidade são riscos transnacionais. Os riscos têm agora uma dimensão global: e a sociedade deverá ser analisada como uma sociedade do risco global ou mundial.

Contudo, os riscos também são utilizados e manipulados de forma a servir interesses políticos. Existe hoje em dia um paradoxo entre legitimidade e poder no âmbito internacional. Assim, opõe-se «muito poder e pouca legitimidade» a «pouco poder e muita legitimidade». Este *equilíbrio instável* entre legitimidade e poder representa um considerável potencial de politização. E a este respeito os Estados, através de políticas liberais, mantêm-se neutros. Ao nível da economia, os seus principais actores — as empresas— assumem o controlo dos desenvolvimentos económicos, deixando assim os Estados mais libertos para poderem assumir um papel mais focado na transnacionalidade. No entanto, não é esta a actuação dos Estados, no plano prático. E o certo é que, um Estado que consiga, através da sua legitimidade, exercer o seu poder e controlo sobre as empresas através de verdadeiras políticas económicas, joga uma nova cartada e ganhará, de certo, uma nova posição de poder no espaço transnacional.



* * *

Outra das características a que obedece a sociedade do risco é a crescente *irresponsabilidade organizada*. Todos os instrumentos desenvolvidos durante a primeira modernidade de forma a produzir imputabilidade e responsabilidades, repartindo assim, os custos correspondentes, nas condições de riscos globalizados, forçam os indivíduos a ter de dirigirem-se a instituições que têm por hábito, o «*lavar as mãos do assunto*», excluindo assim quaisquer responsabilidades.

O certo é que este tipo de responsabilidade assenta, não na quantidade de riscos, mas sim, na qualidade desses riscos e na falta de controlo sob as suas consequências. São, novamente, as incertezas fabricadas. E, de forma a dar resposta as estas incertezas tão características da sociedade do risco, as instituições e organizações governamentais e não governamentais não se encontram preparadas. Não são as alterações climáticas, os desastres ecológicos, ameaças de terrorismo internacional e de colapsos económicos, entre outros, que criam a originalidade da sociedade do risco, mas a crescente percepção de que vivemos num mundo totalmente descontrolado e desresponsabilizado.

Por tudo isto, e especialmente devida à actual falta de capacidade institucional, as regras estabelecidas de atribuição e responsabilidade —causalidade, culpa e justiça— quebraram-se. Os perigos aumentam e simultaneamente o anonimato das decisões é legitimado. Assim, na primeira modernidade, os perigos eram atribuídos na sua grande maioria à actuação da natureza, e nalguns casos a desígnios divinos, e o objectivo era a promessa de mais modernidade de forma a superar essas ameaças com mais modernização e mais progresso, mais ciência, mais economia de mercado, melhores e novas tecnologias, padrões de segurança, etc.

Contudo, nesta sociedade do risco, as ameaças, perigos e riscos são atribuídos à própria modernização e ao próprio progresso. Assim, o medo e a insegurança vividos provêm da realidade paradoxal, na qual as instituições construídas para controlar produzem incontrolabilidade. Assim, Beck afirma que se vive numa era de *irresponsabilidade organizada* como uma característica da sociedade de risco; e sugere que a tomada de decisão relativamente a questões de ciência e tecnologia deve ser assumida pelo sistema político, nas suas dimensões formal e informal, evitando-se assim, que num primeiro momento se desenvolvam e financiem novas tecnologias, e só depois se investiguem os seus efeitos para a saúde humana e perigos para o meio-ambiente.

Ninguém assume responsabilidades. Por um lado, os governantes referem que apenas regulam a estrutura estatal, e apenas implementam as oportunidades

tecnológicas, e por outro lado, os especialistas científicos afirmam que apenas criam oportunidades tecnológicas, mas não decidem a sua implementação.

Esta irresponsabilidade organizada consegue minimizar os perigos mediante cálculos, realizados e criados à medida, que chegam ao fabuloso resultado de que apenas estamos perante *simples riscos* (seja lá isso o que for!), que se normalizam jurídica e cientificamente como riscos residuais e improváveis, lançando para segundo plano todas as formas de protesto e vozes que se fazem ouvir. O perigo é convertido numa simples normalidade.¹⁶

1.2. MODERNIZAÇÃO REFLEXIVA¹⁷

A sociedade do risco assenta numa *modernização reflexiva*. Beck distingue entre *modernidade simples* —que libertou os indivíduos das certezas feudais e religiosas, lançando-os para o mundo da sociedade industrial— e *modernidade reflexiva* —que coloca os indivíduos perante um mundo de riscos globais e pessoais, no qual, ciência, tecnologia e progresso, enfrentam críticas massivas, dúvidas e assumem erros e fraudes, por eles próprios criados. É disso exemplo o ar contaminado pelas fábricas, “justificado” pelo desenvolvimento económico, financeiro e social, mas...e a qualidade desse ar que respiramos? Que efeitos para a vida humana?

As dúvidas deixam de ser apenas científicas, e passam para a sociedade em geral, que se vê confrontada com os efeitos sociais dos riscos externos à própria ciência.

Para Beck a sociedade do risco assenta na transição da *primeira* para a *segunda modernidade*, por meio de um processo ao qual dá o nome de *modernização reflexiva*. A passagem da *primeira modernidade* para a *segunda modernidade*, dá-se através da conjugação de diversos factores como a individualização da vida social, a consequente *deslegitimação* da ciência, da tecnologia, do progresso, as novas particularidades dos riscos ambientais, invisíveis e globais, a sua imprevisibilidade e a consequente instalação da dúvida e da incerteza, permanentes. Para Beck, enquanto a *primeira modernidade* laicizou a sociedade, a *segunda modernidade* coloca os indivíduos perante um mundo de riscos globais.

¹⁶ BECK, U. (1998) *Políticas Ecológicas en la Edad del Riesgo – Antídotos, La irresponsabilidade organizada*, El Roure Editorial, págs. 113-116.

¹⁷ Neste ponto cfr. BECK, U. (1998) *La Sociedad del Riesgo – hacia una nueva modernidad*, Tercera Parte – Modernización Reflexiva: Hacia la Generalización de la Ciencia y de la Política, Ediciones Paidós Ibérica, págs. 199-289.

Da primeira modernidade, segundo Beck, era característica de uma sociedade estatal e nacional, com estruturas colectivas, pleno emprego, rápida industrialização, exploração da natureza não "visível". Uma sociedade com confiança no progresso e na inovação. O modelo da primeira modernidade afirmou-se na sociedade europeia, através de várias revoluções políticas e industriais, a partir do século XVIII.

E se todo este desenvolvimento demonstrou ser próspero e cheio de esperança, hoje em dia o homem, já não consegue prever ou mesmo calcular as consequências das suas próprias decisões. A sociedade questiona-se a si própria no que respeita a tais consequências —tornou-se *reflexiva*— a própria modernização tornou-se *reflexiva*. Encontramo-nos hoje em dia perante uma “modernização da modernização”.

Para Beck, a passagem da primeira para a segunda modernidade deu-se através de um processo de *modernização reflexiva*.

Esta *modernização reflexiva* defendida por Beck, representa o processo através do qual, se concretiza a transição da *primeira modernidade* —na qual a sociedade se encontra fechada nas fronteiras do Estado-nação, desejando modernidade, desenvolvendo tecnologia e progresso em prol do bem-estar individual e colectivo— para uma *segunda modernidade*, na qual a sociedade se abre para além das fronteiras do Estado-nação, e se expõe a uma insegurança generalizada enfrentando as consequências —desejadas e não desejadas— dos seus próprios êxitos e conquistas: *as incertezas que o próprio homem fabricou*. É um processo no qual se questionam, tornando-se objecto de "reflexão", os perigos e riscos da sociedade do risco, as insuficiências e os antagonismos da primeira modernidade.

Este processo caracteriza-se pela *reflexividade* —e não pela característica da *reflexão*. *Reflexão* significa um processo consciente e controlado, e *reflexividade* um processo de auto-confrontação, ou seja, um processo através do qual se auto-confrontam as consequências negativas produzidas —de forma desejada ou indesejada— pelas conquistas dos êxitos alcançados.

Será que compensa os êxitos da ciência e tecnologia as consequências nefastas, riscos e perigos aos quais a sociedade se encontra sujeita? Esta é a grande questão dos riscos. Compensará?

Enquanto a sociedade característica da primeira modernidade se encontrava fechada nos limites geográficos, políticos e em todas as mais diversas dimensões do Estado-nação, a sociedade da segunda modernidade, apresenta-se aberta e arriscada, e assenta numa insegurança generalizada e incontrolável.

Tendo por cenário a segunda modernidade, Beck divide ainda a sociedade do risco em duas fases distintas. A primeira, aquela em que a sociedade ainda se define como uma sociedade industrial, como sociedade industrial do Estado-nação debaixo do primado do optimismo do progresso, nega todos os riscos e segue em frente, sem consciência das potencialidades desses riscos e perigos, do progresso e do desenvolvimento da ciência e tecnologia. Contudo, com tal atitude não se evita que se continuem produzindo novos e graves riscos. Assistimos a uma espécie de consciência institucionalizada. E na percepção pública continua a dominar o consenso face ao progresso, a produção industrial, a segurança do posto de trabalho e a produção de riqueza, enquanto que todo o resto é sistematicamente negado. Esta negação dos riscos converte-se no seu maior e melhor aliado, para que, com essa negação esses riscos floresçam e se desenvolvam livremente.

Por outro lado, a segunda fase, manifesta-se quando tem lugar a consciência do risco, ou seja, quando a consciência do progresso enfraquece. Já não existem dúvidas sobre as acusações à indústria, existindo uma suspeita universalizada sobre as medidas de segurança, que não se conseguem cumprir. A percepção dos riscos persegue agora o progresso e acusa-o na fabricação de riscos e perigos. É uma constelação reflexiva, na qual a sociedade do risco surge de forma implícita, como uma sociedade auto crítica, na qual essa mesma crítica surge em aspectos concretos, mas não só, surge também como princípio inspirador.

A segunda modernidade enfrenta desafios como a globalização, a individualização, o desemprego, os riscos globais da crise ecológica, da turbulência dos mercados financeiros e das ameaças terroristas, principalmente após os atentados de 11 de Setembro de 2001. Assistimos hoje, à consolidação de um novo tipo de capitalismo e um novo estilo de vida, muito diferentes dos que proliferaram nas fases anteriores do desenvolvimento social. As respostas, as soluções, os desafios da *primeira modernidade* não são assim, suficientes para as exigências desta segunda modernidade. É urgente a criação de novos quadros de referência, seja no plano sociológico, político, e económico.

Na sociedade industrial da primeira modernidade, a apropriação do excedente tinha como objectivo principal a igualdade, na sociedade do risco, apenas se pretende a segurança.

Na segunda modernidade a ciência tem um papel ambivalente. Por um lado, ainda é, sem dúvida, uma fonte de soluções, mas por outro, é também fonte de problemas, os quais não são o produto de uma crise da ciência e da modernidade, mas, sim, um produto das suas vitórias. É pelo facto de a ciência ser tão bem sucedida em

tantos campos que produz estes problemas. Desta realidade dá Beck os exemplos da bomba e energia atômicas, que são uma grande vitória da ciência, mas que simultaneamente, produzem problemas incontrolláveis e irreversíveis...e uma vez mais, recordamos Chernóbil. Consequências indesejáveis que afectam a vida humana.

O diagnóstico que Beck apresenta da sociedade do risco reflecte que, quanto melhor a ciência se torna, maior se torna o conhecimento no que diz respeito ao que a ciência não conhece. Reconhecesse agora que se desconhece a maior parte da complexidade de causas e efeitos. De repente, descobrimos que há consequências que ninguém realmente conhecia, e com as quais ninguém sabe lidar. A questão das alterações climáticas é, sem dúvida, um bom exemplo disso. Há uma enorme controvérsia sobre a realidade das alterações climáticas, as ameaças produzidas pelo homem têm consequências para todos.

A modernização reflexiva significa, em última análise, *autoconfrontação, autocrítica*, dos avanços e feitos da ciência e tecnologia, com os resultados e consequências com que nos deparamos hoje em dia nesta sociedade do risco; *“significa auto confrontação com os efeitos da sociedade de risco que não podem ser tratados e assimilados no sistema da sociedade industrial...”*¹⁸.

Para o autor a modernização reflexiva consubstancia também a necessidade da *reelaboração* do social, do económico, do cultural, do político, de tudo aquilo que liga o indivíduo e a sociedade. Os vários conceitos sociais deverão ser repensados à luz do desenvolvimento e mudanças mais recentes operadas nas relações sociais...a sociedade *repensasse* a si mesma.

*“Trata-se de um processo no qual são postas em questão, tornando-se objecto de «reflexão», as assunções fundamentais, as insuficiências e as antinomias da primeira modernidade. E com tudo isso estão vinculados problemas cruciais da política moderna. A modernidade iluminista deve enfrentar o desafio de cinco processos: a globalização, a individualização, o desemprego, o subemprego, a revolução dos géneros e, last but not least, os riscos globais da crise ecológica e da turbulência dos mercados financeiros. Penso que se estão consolidando um novo tipo de capitalismo e um novo estilo de vida, muito diferentes daqueles das fases anteriores do desenvolvimento social. E é por este motivo que necessitamos urgentemente de novos quadros de referência, seja no plano sociológico, seja naquele político.”*¹⁹

E já dizia Montesquieu: *as instituições afundam-se no seu próprio sucesso.*

¹⁸ BECK, U., SCOTT, L., GIDDENS, A. (1997), *Modernização Reflexiva: Política, Tradição e Estética no Mundo Moderno*, Celta Editora, pág. 17.

¹⁹ BECK, U., ZOLO, D. (1998) *Uma discussão entre Ulrich Beck e Danilo Zolo – A Sociedade Global do Risco*, in <http://lgxserver.uniba.it>.

2. ALGUMAS CONSEQUÊNCIAS DA SOCIEDADE DO RISCO

2.1. INDIVIDUALIZAÇÃO NA SOCIEDADE

Associado às mudanças da modernidade e às consequências dessa mudança, o autor destaca determinados aspectos da vida social e política, propondo um tratamento dos mesmos, igualmente, de forma *reflexiva*.

Na era industrial, característica da primeira modernidade, o núcleo familiar era a matriz social, económica, cultural e laboral da estrutura social. Na segunda modernidade esse núcleo desaparece, e a dinâmica social, comandada por valores mercantis, empurra os indivíduos para valores cada vez mais individualizados, fruto da sociedade do risco: trabalho precário, instabilidade matrimonial, débil identificação de valores, cepticismo como expressão da crise que não é apenas social, política ou económica, mas também individual.

Beck desenvolve um conceito novo, que apelidou de *individualização*²⁰, o qual significa, por um lado, dissolução, e por outro, desmembramento das formas de vida da sociedade industrial, por obra de outras nas quais os indivíduos têm que construir, encenar e improvisar as suas próprias biografias. A biografia tradicional converte-se numa biografia escolhida, numa “biografia artesanal”.

Não significa este conceito um isolamento dos indivíduos, emancipação, autonomia ou mesmo egoísmo.

O processo de individualização não é um processo que se baseia numa decisão livre. Pelo contrário, os indivíduos estão condenados à individualização e são “forçados” a imaginar, configurar e encenar por eles mesmos, não só as suas biografias, mas também os valores morais, sociais e políticos. Na sociedade do risco é necessário fazer escolhas; contudo essas escolhas, podem ter ou não, um carácter livre: por um lado, são escolhas impostas pelos novos padrões sociais da sociedade reflexiva; por outro, são escolhas determinadas pelo próprio indivíduo.

Todas as decisões são decisões arriscadas. As condições forçam a que se viva debaixo da ameaça de prejuízos económicos, sociais, ecológicos. Por exemplo, a relação

²⁰ Neste ponto cfr. BECK, U. (2000) *La democracia y sus enemigos*, Capítulo 2 —La desaparición de la solidaridad, Ediciones Paidós Ibérica, págs. 33-42; BECK, U. (2002) *Libertad o Capitalismo —Conversaciones con Johannes Willms*, Ediciones Paidós Ibérica, pag.s 65 e segs; BECK, U. e GERNSEIM-BECK, E. (2003) *La Individualización*, Ediciones Paidós Ibérica.

matrimonial, pode ser considerada como um jogo de interesses, no qual é necessário conciliar biografias divergentes, e para o qual já não existem receitas predefinidas.

O individualismo que a sociedade enfrenta projecta-se de igual forma na dinâmica institucional. Assistimos a um vazio institucional que se manifesta na crise de valores dos sindicatos, dos partidos políticos, e nos mecanismos de gestão e representação públicos, que muitas vezes alimentam ainda mais essa crise e falta de segurança, quando reclamam como *tábua de salvação* o desenvolvimento tecnológico e científico e que paradoxalmente alimenta ainda mais a crise de representação.

Os indivíduos deixaram de acreditar neles próprios, nas suas acções, no sistema institucional e na própria sociedade. Tal clima de insegurança e instabilidade leva ao crescente processo de individualização.

A evolução do mundo do trabalho a que se assiste, e a sua metamorfose, contribui também para o processo de individualização. Os altos níveis de desemprego estrutural e o crescimento galopante de actividades laborais em condições transitórias, inseguras e precárias, são também consequências da sociedade do risco. Também a sociedade do mundo do trabalho se está a tornar numa sociedade do risco, sendo palco de constantes inseguranças e incertezas. Perante este cenário, Beck refere que, quanto mais as relações, as condições e o mercado de trabalho são “desregulamentados” e “flexibilizados”, mais rapidamente e com mais eficiência a sociedade do trabalho se transformará numa verdadeira sociedade do risco. É o fim da sociedade do pleno emprego. Hoje em dia, encontramos situações completamente distintas, em que a tecnologia da informação revolucionou a forma clássica de trabalhar. Como resultado da flexibilização do trabalho, este é desmembrado nas suas dimensões espaciais, temporais e contratuais, na medida em que se assiste a um crescente número de desempregados, contratados a tempo parcial, em condições precárias e com baixos salários, e alguns mesmo sem contrato de trabalho ou prestações de serviços precárias.

Beck refere que as alterações no mundo do trabalho devem ser entendidas como abertura face a novos caminhos para o Estado, a economia e a sociedade. Com o fim da sociedade do pleno emprego, defende o autor um potencial surgimento de novas relações sociais, uma vez que, para ele, a antítese da sociedade do trabalho pode levar ao fortalecimento da *sociedade política dos indivíduos*. Beck vê a sociedade política dos indivíduos como a possibilidade para a criação de uma sociedade transnacional, uma sociedade de cidadãos activos fora do *contentor* do Estado-Nação, capaz de encontrar e desenvolver respostas à individualização, à globalização, ao desemprego crescente e à crise ecológica que, para ele, são as grandes questões desta segunda modernidade, desta

sociedade do risco. Os indivíduos, com o fim do trabalho de longa duração, têm a possibilidade de se libertarem das correntes do pleno emprego que chegam mesmo a condicionar a sua vida não só profissional, como social e pessoal. As incertezas e os riscos da precariedade do trabalho tornam o indivíduo cada vez mais inseguro e exposto a riscos que não pode controlar. É assim, desta forma paradoxal, que se apresenta, segundo Beck, esta *nova* sociedade.

E a cada dia que passa surgem novos riscos, novas ameaças...novas falsas promessas. A sociedade do risco é já, por si só, *socialmente explosiva*, mesmo em tempo de paz.

Que tipo de sociedade se desenha agora? Uma sociedade individualizada?

Por *Individualização* Beck não define o retrato do egoísmo neoliberal ou do egoísmo de mercado; também não significa emancipação, nem uma crescente liberdade dos indivíduos, através da qual estes adquirem mais personalidade e unicidade. Também não significa que sejamos independentes uns dos outros e nos convertamos em *mónada*²¹ —aquele que julga ter uma total independência.

Beck defende um outro conceito de individualização! Defende a existência de um individualismo institucionalizado, abarcando assim, não só os indivíduos, mas também as próprias instituições.

Esta questão da individualização é mais uma forma para a compreensão da sociedade.

Nos anos 50 e 60 do século XX, existia uma noção relativamente clara sobre a organização familiar quotidiana. Era o homem quem ganhava o «pão de cada dia», e a mulher quem se limitava a ficar em casa realizando as tarefas domésticas e o cuidado dos filhos. Assim, a partir dos anos 60 do século XX, quando o acesso à educação e formação das mulheres se começou a acentuar, estas começaram a participar na vida laboral e as suas biografias começaram a identificar-se com as dos homens. A organização familiar mudou. Quem se encarrega agora de cuidar dos filhos? Quem tem prioridade em estudar e apostar na carreira quando há eleição a fazer? Quem se encarrega agora das tarefas domésticas? E das decisões de mobilidade? É aqui que surge

²¹ Em Leibniz, filósofo alemão, 1646-1716: substância simples, isto é, sem partes, que entra nos compostos. Substância activa, indivisível, de natureza distinta, que entra na composição de todos os seres. A existência de mónadas, infinitas em número e qualitativamente distintas umas das outras, consiste na actividade; não são átomos, numa perspectiva mecanicista, mas sim «pontos metafísicos» carregados de energia. Cada uma representa, em diferentes graus, o universo inteiro. Também existe uma hierarquização entre elas, no topo da qual está Deus, «mónada das mónadas». Deus criou as mónadas segundo uma harmonia pré-estabelecida, que permite a coincidência de movimentos entre umas e outras. Como seres simples que são, podem aparecer por criação e desaparecer por aniquilação. In Grande Enciclopédia Universal (2004), volume XIV, pág. 8979, Editora Durclub, s.a.

a questão da individualização. Formação, mercado laboral e mobilidade: três condições que, hoje em dia, não se dirigem ao colectivo, mas sim ao indivíduo. Enquanto pessoa todos pensam em apostar na sua carreira, na sua profissão, no mercado de trabalho. Para as famílias já não existe uma ocupação própria —o chamado negócio de família deixa de existir— e cada um tem de procurar a sua própria profissão e a sua escolha no mercado de trabalho.

Esta individualização tem uma dupla vertente. Por um lado representa uma necessidade, e em parte também um desejo de projectar uma vida própria, que já não se distingue por sexos. Contudo, é devido a esta paridade que o problema se torna mais sério na sociedade. Assim, encontramos-nos com o fim dos postulados tradicionais de organização familiar. Agora, tanto o homem como a mulher devem relacionar-se e tomar decisões em conjunto, planificando no âmbito da individualização de cada um.

Individualização significa assim, o surgimento de uma dinâmica institucional que tem como destinatário o indivíduo e não o grupo. Já não existem os postulados tradicionais, como a defesa de ideais colectivos.

A crescente qualificação profissional resulta também da crescente individualização.

Para Beck, a equiparação das mulheres aos homens e a expansão da educação e formação foram as grandes revoluções que a sociedade enfrentou nos anos 60 e 70 do século XX. O desenvolvimento da Educação é uma das chaves do processo de individualização; o chamado individualismo institucionalizado, que neste caso, aborda a questão da Educação como instituição.

Beck refere ainda que esta individualização da cultura quotidiana fomenta uma nova religiosidade, institucionalizada, que pode bem ser uma religiosidade atea, secular, que se opõe à primazia do que é económico.

Assistimos ainda à individualização realizada e praticada desenvolvendo uma sensibilidade especial para a interdependência social: a individualização experimentada como imperativo, como necessidade, tarefa, aventura, de forma a redescobrir o social e voltar a escolhê-lo. Beck refere que, e dando como exemplo um estudo realizado pelo sociólogo norte-americano Robert Wuthnow²², aqueles que representavam os valores mais egoístas e focados em si mesmo e no seu ascendente profissional, que defendiam com o único propósito de fazer carreira, eram aqueles que no fim, mais tempo

²² BECK, U. (2002) *Libertad o Capitalismo –Conversaciones con Johannes Willms*, Ediciones Paidós Ibérica, pag. 73.

dedicavam aos outros, família e amigos. Poderá assim, falar-se de um individualismo altruísta ou então de um egoísmo colaborador.

É um erro pensar que a questão da individualização leva o indivíduo a pensar apenas em si mesmo e no que o rodeia. Pelo contrário, trata-se de uma geração e cultura novas, desejosas de experimentar esse individualismo, a moral social e interrelacionar o livre arbítrio e a individualização como um viver para os outros.

Para Beck existem dois tipos de individualismo: o neoliberal e o de índole social. A individualização pode modificar toda a arquitectura social de uma sociedade. Individualização é o projecto de vida própria, que inclui em si mesmo um projecto sobre o espaço próprio.

A individualização afecta toda a sociedade e não apenas aqueles que optaram por ter uma vida solitária, ou aqueles que foram obrigados a essa vida solitária. A individualização também não se deve expressar através de estatísticas de separações e divórcios ocorridos, nem nas formas de vida em comum. A individualização provoca a criação de regimes ou tipos de individualização. Refere Beck, o exemplo de uma mulher licenciada em psicologia que, após o casamento decide tornar-se dona de casa. Este é um novo regime de individualização, no qual esta mulher optou pela tradição, tornou-se reflexiva e optativa, assumindo assim determinados riscos.

A individualização muda de diversas formas as condições de vida das pessoas e a sua orientação, a sua necessidade de justificação e tomada de decisões. E isto não é agradável para todas as pessoas, uma vez que têm que tomar decisões e resolver problemas a elas associados, que anteriormente estavam afectos a decisões institucionais.

Que consequência tem este processo de individualização, no âmbito dos sistemas de segurança social ao nível da doença, da velhice, do desemprego?

Beck refere que a própria individualização está em constante mudança. E é necessário distinguir entre a individualização produzida, tendo por base uma segurança social relativa, e entre uma individualização na qual este tipo de segurança social é cada vez menor e que, pouco a pouco, se vão suprimindo os sistemas de segurança colectivos. Beck chama à primeira *individualização* e à segunda *atomização* (aquela que se desenvolve apenas em volta do indivíduo). Uma sociedade sumamente des-tradicionalizada e individualizada necessita de um sistema de segurança básico. Defende o autor que deverá existir um sistema de segurança básico independente do trabalho assalariado e que possibilite o desempenho de outras actividades como o trabalho doméstico, cívico, voluntário, etc.

Será que não existem limites à individualização? Não estaremos a caminhar para um estádio no qual se impõe dizer: «Alto! Não devemos seguir!»? Estas perguntas são consequência de uma individualização *reflexiva*, na qual os limites da própria individualização são colocados *pela própria individualização*. Os que se individualizam produzem novos pressupostos para os demais que, como consequência, não se podem individualizar. Existem indivíduos que, na ânsia da defesa de um Estado que desejam assistencial, como entidade que presta todo o tipo de assistência (numa perspectiva mais conservadora), preferem viver numa situação de desemprego e pobreza às custas desse Estado, e da qual se recusam a sair, em vez de enfrentar a realidade, o mercado de trabalho, a família, o próprio processo de individualização. Nem todos desejam ter uma vida na qual tenham de tomar decisões, fazer opções e escolhas das mais diversas naturezas, lavar a loiça e fazer as compras de casa (!).

Contudo, há que admitir que uma cultura individualista deverá ser vivida de acordo com o princípio da tolerância. A multiplicidade de formas e sistemas criados pela individualização apenas tem suporte porque existe o princípio da tolerância. Esta é uma nova era, na qual surgem novas culturas, não homogêneas, não baseadas na religião ou uma cultura étnica; mas sim, uma cultura baseada na possibilidade de desenvolvimento do indivíduo como indivíduo nas suas faculdades criativas, nas suas faculdades vivenciais. Contudo, as pretensões de controlo do Estado e da própria Igreja para com estas novas culturas devem ser particularmente sensíveis às agressões contra o *outro* enquanto *outro* —xenofobia, violência contra os que professam outra religião— e mobilizar-se contra elas.

Esta cultura individualista é também, necessariamente, política.

O facto da sociedade individualizada poder tornar-se uma «arma» nas mãos dos políticos, é uma realidade possível. O desenvolvimento da Europa é disso exemplo. É de referir que, a segunda modernidade poderá não se tornar no cenário positivo esperado, contudo, também não deve ser encarada como um cenário de horror. Com ela abrem-se novas possibilidades de desenvolvimento, polyvalentes e ambivalentes. Inclusive a possibilidade de que uma cultura individualizada se abra a um mundo universal e cosmopolita.

Nesta sociedade individualista a própria democracia tem contornos distintos. A democracia converte-se num jogo aberto, correndo ao sabor da sociedade que cada vez mais, segue contornos de interesses e controlo por parte dos meios de comunicação.

A política da sociedade individualizada é uma política distinta da que existia anteriormente. Assistimos ao chamado «fim da política». Exige-se agora uma política

nova. A expressão política da sociedade individualizada passa necessariamente por uma *subpolítica*, ou seja, por uma democratização da democracia.

Este processo de individualização deve ser encarado socialmente e utilizado politicamente como uma forma de combate à pobreza e prossecução dos princípios do Estado do bem-estar. Refere²³ que, no seguimento do pensamento de Zygmunt Bauman, existem, hoje em dia, «ricos globalizados» e «pobres localizados». A globalização não afecta a todos de igual forma. A globalização por um lado alarga os horizontes e derruba fronteiras, mas por outro acentua o fosso entre ricos e pobres. A globalização da pobreza e da riqueza significa também que os deslumbrantes mundos dos ricos e os paupérrimos mundos dos pobres são vizinhos e convivem porta com porta.

A sociedade e a luta de classes pressupõem um Estado-nação, que já não existe, e conseqüentemente, a sociedade deverá ser pensada e estudada de forma diferente. Os seus problemas devem ser enfrentados, expostos, debatidos, discutidos e pensados. A luta de classes desterritorializada tornou-se num jogo de poder que contrapõe um capital cada vez mais desnacionalizado e um povo trabalhador cada vez mais localizado. É necessário pensar a sociedade de uma forma transnacional —o emigrante que trabalha num determinado país contribuiu para o desenvolvimento desse país, mas também para o desenvolvimento do seu país de origem, uma vez que envia todos os meses parte do seu salário para a família que lá se encontra. E se no país onde trabalha muitas vezes é discriminado devido ao seu tom de pele, à sua religião, à sua origem, no seu país pertence à classe média/alta e é respeitado como tal.

É preciso clarificar que individualização não significa apenas riqueza ou a constante procura dela, não significa apenas o pensar, apostar em desenvolver uma vida própria em prol apenas do bem-estar físico e económico de cada indivíduo, mas também pode significar pobreza —são exemplo as inúmeras situações de desemprego voluntário em que se coloca grande parte da população europeia, esperando as *regalias* de um Estado assistencial utópico.

A teoria das classes sempre foi uma forma de invocar a solidariedade de classes e postular o sujeito colectivo como sujeito histórico —e com ele construir uma perspectiva política. A teoria das classes é, portanto, como programa político, uma utopia, a *contrarréplica* exacta de uma política da sociedade individualizada, e também de um indivíduo político. Estaremos a actuar sem qualquer fundamento, se aplicarmos uma política na qual a sociedade de classes e a teoria das classes apresentem uma imagem da

²³ BECK, U. (2002) *Libertad o Capitalismo —Conversaciones con Johannes Willms*, Ediciones Paidós Ibérica, pag. 103.

colectividade do sujeito histórico, da classe trabalhadora solidária, como desenvolvimento futuro.

Se se continua a utilizar a sociedade de classes para o estudo de uma sociedade que já se tornou individualizada e reflexiva, esse estudo estará totalmente condenado ao fracasso. A individualização comanda hoje em dia a sociedade e é nela que nos devemos centrar. O indivíduo já não actua colectivamente, mas sim de forma individualizada. A ideia de classe despedaçou-se e de cada pedaço resultou um ser individual. É a partir desta ideia que se deve analisar a sociedade. Porque tentar juntar esses pedaços todos através da ideia de classe, não serve de nada, na sociedade de hoje em dia.

2.2. RISCO DO TRABALHO NA SOCIEDADE DO RISCO²⁴

A questão do mercado laboral, da sua transformação e a falta de controlo é mais um reflexo da sociedade do risco.

O conceito de trabalho é um dos conceitos que mais transformações tem sofrido ao longo dos séculos. Na antiga Grécia o conceito de trabalho era um factor que excluía os indivíduos da sociedade. Aqueles que trabalhavam não pertenciam à sociedade, uma vez que esta sociedade era entendida como uma comunidade política. As mulheres e os escravos, seres para os quais o trabalho estava destinado, não tinham quaisquer benefícios. Trabalho e sociedade eram conceitos opostos que se excluía mutuamente.

Com o início da primeira modernidade, com o capitalismo e a sociedade mercantil em forte ascensão e com as revoluções burguesas, o trabalho converteu-se na característica principal da identidade social, da posição social, e da segurança existencial das pessoas.

Tudo que era certo, seguro e definido no período da primeira modernidade, é agora questionado nesta segunda modernidade e posto em causa pelo processo de *modernização reflexiva*.

²⁴ Neste ponto cfr. BECK, U. (2000) *La democracia y sus enemigos*, Capítulo 4 –Perspectivas de una evolución cultural del trabajo, Ediciones Paidós Ibérica, págs. 65-98; BECK, U. (2002) *Libertad o Capitalismo – Conversaciones con Johannes Willms*, Ediciones Paidós Ibérica, pags. 155 e segs.; BECK, U. (200) *Un nuevo mundo feliz – La precariedad del trabajo en la era de la globalización*, Ediciones Paidós Ibérica.

A transição da primeira para a segunda modernidade resulta das alterações nas suas várias dimensões (política, social, laboral, cultural, etc.) verificadas nas sociedades modernas, resulta da mudança de mentalidades, desafios e objectivos propostos, e da forma como as sociedades desenvolvem um esforço para a adaptação, nas suas várias vertentes e dimensões, aos novos desafios e objectivos propostos (e muitas vezes simplesmente, impostos!) politicamente. Torna-se assim, ilusório e mesmo utópico, tentar solucionar a questão laboral sem que num primeiro momento se perspetive a possível resolução das questões do Estado social e assistencial. E as respostas institucionalizadas da primeira modernidade já não convencem nem resolvem as problemáticas lançadas na segunda modernidade. O mundo do trabalho não é excepção.

No paradigma da segunda modernidade, a questão da globalização transforma não só as questões do mercado de trabalho ao nível das instituições, das relações sociais, a sua qualidade interna, num cenário em que também a questão territorial é questionada: os processos económicos perdem a fixação ao lugar e as distâncias perdem importância com as novas tecnologias da informação, comunicação e transportes.

Cresce a passos largos a nova organização laboral: o capital encontra-se cada vez mais globalizado e o trabalho dos mais necessitados cada vez mais localizado. A grande maioria dos empresários aproveita as baixas cargas fiscais e regulamentais dos Estados mais pobres (que procuram e tentam incentivar o investimento estrangeiro), mas em contrapartida continuam a usufruir de elevados níveis de vida dos Estados mais ricos. É necessário combater esta tendência. E a estratégia deve passar pela máxima —*globalização pressupõe localização*. Empresas grandes e pequenas, empresários autónomos e multinacionais, se pretendem ser activos ao nível global devem apostar em desenvolver uma estratégia local —desenvolvimento económico e empresarial local.

Hoje em dia deparamo-nos com uma situação que, como refere o autor, já havia sido descrita por Hanna Arent, nos anos 60: «A sociedade laboral está a ficar sem trabalho». Hoje em dia o trabalho escassa, como consequência da sua própria racionalização. O trabalho torna-se raro, perdendo a sua substância fundadora de sentido. E a sociedade laboral, hoje em dia, não sabe o que fazer consigo própria, não tem opções, sobretudo depois de ter abandonado todas as alternativas históricas.

Beck descreveu o mundo do trabalho na era da globalização, em 1999, na sua obra *Schöne neue Arbeitswelt (Un nuevo mundo feliz – La precariedad del trabajo en la era de la globalización*, trad., 2000). Nesta obra Beck expõe a sua teoria sobre o mundo do mercado laboral, as suas vicissitudes, alterações, desilusões e esperanças. E o curioso, é o facto de,

passada quase uma década sobre a publicação desta sua obra, todas as suas expectativas se estarem a tornar realidade.

Para Beck o futuro do mercado europeu encontra-se reflectido na organização laboral brasileira – *brasileirismo do trabalho*. E o certo é que o seu prognóstico se concretizou presentemente. Na maioria dos países da Europa, apenas um em cada dois trabalhadores europeus possui um trabalho fixo, salário fixo, a tempo inteiro. Os modelos sociais encontram-se ultrapassados. A sociedade tornou-se *reflexiva* —bem como o mundo laboral.

É urgente pensar e por em prática um novo modelo social e laboral que espelhe e tente dar resposta aos desafios da sociedade do risco e da globalização. A resposta pode passar pelo desenvolvimento da *sociedade civil*. Uma sociedade criada por, e para movimentos civis, voluntariado, reforço da tradição doméstica, organizações não governamentais, etc.

Como já foi referido, Beck defende o *brasileirismo do trabalho*, como consequência involuntária das políticas neoliberais aplicadas também ao mercado de trabalho. Assistimos já à expansão do trabalho precário, descontínuo, informal, impreciso, *flexível* dando assim a machada final na sociedade do pleno emprego, tão característica do período da primeira modernidade. O que era excepção tornou-se regra: a insegurança e os riscos no mercado de trabalho.

Um exemplo: “Na década de 60, apenas uma décima parte da população laboral pertencia ao grupo dos precariamente ocupados. Na década de 70, era já uma quinta parte; nos anos 80, uma quarta parte, e na década de 90, um terço. A manter-se esta tendência galopante (e tudo indica que assim seja), dentro de dez anos, um em cada dois trabalhadores dependentes terá um posto de trabalho fixo a tempo inteiro, enquanto que a outra metade, trabalhará, por assim dizer, «à brasileira»”²⁵.

E não se converteu esta tendência em realidade?!

E como reagir? Reclama-se “flexibilidade”.

Contudo, pode considerar-se que a sociedade do trabalho assalariado não está a ficar sem esse trabalho assalariado. O que se pode com certeza dizer é que estamos muito longe da sociedade do pleno emprego. Pleno emprego, como o define Beck, significa que ter um trabalho normal, aprender uma profissão, exercer essa profissão,

²⁵ BECK, U. (2000) *Un Nuevo Mundo Feliz – La precariedad del trabajo en la era de la globalización*, Ediciones Paidós Ibérica, pág. 10.

mudando de emprego duas ou no máximo três vezes na vida; uma actividade que concede a base de existência material.

Hoje em dia, tal não sucede. E o mercado de trabalho vê-se a mãos dadas com as novas tecnologias e inovações a todos os níveis, mas em especial no que concerne às telecomunicações.

O *trabalho flexibiliza-se*, “despega-se” da sua dimensão espacial, temporal e contratual, e cada vez existem mais empregos, aparentemente, autónomos. Trabalho cada vez mais precário, temporal e sem contratos —sem segurança! Desta forma o regime dos riscos facilmente se implantou no trabalho assalariado.

Assim, quais as consequências para os indivíduos e para a própria sociedade? O trabalho assalariado é o principal motor de uma sociedade organizada, de um Estado do bem-estar e do regime da segurança social —por exemplo a atribuição de pensões depende do trabalho desenvolvido e pressupõe o pleno emprego. Apenas com o pleno emprego da população mais jovem se pode garantir a segurança das pensões para aqueles que já se encontram em idade de as receber. Certo é que, quando se altera alguma destas variáveis —diminuição da população activa, aumento da população desempregada, diminuição da natalidade e da classe mais jovem, e conseqüentemente diminuição dos descontos— o sistema de segurança social entra em crise. Situação que já estamos vivendo e que para a qual não existe ainda solução à vista. As bases do sistema social encontram-se desajustadas à realidade social. Essas bases pressupõem uma sociedade do pleno emprego, que não existe nos dias de hoje.

O trabalho assalariado é também uma condição para uma democracia viva. O cidadão trabalhador é aquele que assegura a sua autoconsciência e a sua consciência financeira através da participação no mercado laboral, e que se envolve na democracia como cidadão activo. Não se pode esperar de alguém que não tem onde dormir, como alimentar a sua família, alguém que não tem emprego —e conseqüentemente não tem rendimentos— se comporte como um cidadão activo, inclusive na participação da vida política, na democracia, e que com ela se contente.

O apego do cidadão ao trabalho assalariado revela por um lado, a necessidade que existe em obter rendimentos para alcançar um bom nível de vida. Por outro lado, pressupõe a necessidade que cada cidadão tem em construir a sua própria vida, a sua própria identidade.

Beck defende claramente um terceiro sector de actividade, diferente do trabalho assalariado e do trabalho doméstico: O *trabalho cívico*²⁶. O conceito de trabalho cívico implica o renascimento do conceito de sociedade civil, o renascer de novas actividades, actividades políticas que dão novo sentido à vida. E isto pode traduzir-se em todo o tipo de iniciativas possíveis. Os trabalhos desenvolvidos com estudos de investigação, de qualquer natureza, formação, empresas que se dediquem a novas formas de produção, o trabalho directo com estrangeiros, com os mais necessitados, com os mais velhos, com indigentes, com a família, com o tempo livre, com os direitos humanos, etc. deveriam ser reconhecidos e ganhar o merecido espaço na sociedade civil.

A sociedade laboral já se converteu, também, numa sociedade do risco. Enquanto que a sociedade do pleno emprego pressupunha um risco calculável para os indivíduos, esta nova sociedade do trabalho flexível pressupõe riscos incalculáveis para os indivíduos. Aumenta a insegurança. Segundo Beck²⁷, ao nível do mercado laboral, deveria mais propriamente falar-se em “sociedade do perigo” e não sociedade do risco. Na medida em que, falar de “risco” significa falar em insegurança calculável e quantificável. Mas falar em “perigo” significa, pelo contrário, insegurança incalculável, fruto de decisões da civilização. Refere Beck que, para os indivíduos é dado aqui um passo desde a construção de uma biografia baseada em riscos, a uma biografia totalmente fracturada. Hoje, a situação de desemprego já não é tão escassa e distribui-se pelas várias fases da vida de uma pessoa e afecta a todos, apesar de continuar a exercer maior pressão junto dos mais pobres e menos qualificados. Isto significa, uma vez mais, que as famílias, a maternidade/paternidade, as relações com os filhos, terão de ser configuradas de novo. Relações essas que se tornam cada vez mais difíceis. E o certo é que estas exigências de flexibilidade laboral acabam inevitavelmente por afectar as relações familiares. Os endividamentos familiares são uma realidade e constituem uma das principais características da nova pobreza.

Existem hoje novas formas de trabalhar, como é o exemplo do trabalho realizado em casa através do computador ligado ao resto do mundo via internet, um trabalho de forma isolada, sem horário, sem organização laboral.

Podemos então dizer que, por detrás do problema do desemprego se esconde um outro problema bem mais grave, que é a escassez de recursos económicos.

²⁶ Neste ponto cfr. BECK, U. (2000) *Un Nuevo Mundo Feliz – La precariedad del trabajo en la era de la globalización*, Capítulo 1, Ediciones Paidós Ibérica, págs. 9-195.

²⁷ BECK, U. (2000) *Un Nuevo Mundo Feliz – La precariedad del trabajo en la era de la globalización*, Ediciones Paidós Ibérica, pág. 11.

Devido à fixação que existe face ao trabalho assalariado, não nos damos conta que existe hoje em dia uma *sociedade de actividades plurais*. O trabalho assalariado detém o monopólio da existência material, mas existem uma série de outras actividades que devem praticar-se permanentemente como pano de fundo necessário para todo o resto; refere-se o autor ao trabalho doméstico, ao trabalho em família, ao trabalho dos pais. Todas estas actividades voluntárias são serviços que atravessam a vida quotidiana e que enriquecem consideravelmente a sociedade e engendram novas identidades. E é por elas que poderá passar uma possível solução.

É necessário tentar estabelecer uma ponte entre estas actividades de trabalho cívico e o trabalho assalariado. Deveria ser possível que quem quisesse abandonar o seu trabalho assalariado durante um, dois, três ou quatro anos, tivesse uma segurança económica mínima para poder fazer algo diferente.

Contudo, as várias instituições como os sindicatos, a Igreja, e os próprios partidos políticos (na medida em que convém, por questões de recolha de votos, prometer mesmo aquilo que sabem que não podem cumprir) continuam a exigir o pleno emprego, a redução do horário de trabalho, o aumento dos rendimentos, sem sequer pararem um pouco para pensar que a sociedade mudou. A realidade sociológica escapa-lhes entre mãos e estas instituições —*dinossauros da primeira modernidade*— continuam ligadas aos princípios que eram a base da primeira modernidade. Estas instituições converteram-se em instituições *zombis*²⁸, na medida em que continuam a actuar numa sociedade que não existe, negando a realidade.

Espera-se que as instituições mudem...já se vai notando. Já não se tratam de grupos homogéneos e existem camadas desfragmentadas, com novas ideias e novas orientações, novas gerações.

Quanto ao conceito de empresa, será que se pode continuar a falar dele? Não se estará desintegrando esse mesmo conceito? “Empresa” significa que, num determinado lugar a colaboração e a produção se entrecruzam. A fábrica, centro de toda a produção, era um dos símbolos da primeira modernidade. Com as novas tecnologias, esta ideia de territorialidade subjacente ao trabalho deixa de existir. Através de internet podemos comunicar sem que haja a noção de espaço físico que existia na primeira modernidade. Isto não significa que a noção de espaço tenha desaparecido por completo, na medida em que se continuam a proteger as ligações pessoais. Contudo, o certo é que o espaço como lugar de organização, produção e colaboração está perdendo a sua relevância —

²⁸ BECK, U. (2002) *Libertad o Capitalismo –Conversaciones con Johannes Willms*, Ediciones Paidós Ibérica, pags. 13 e 14.

desterritorialização da colaboração, ou seja, a possibilidade de estabelecer colaboração ultrapassando as fronteiras. Tal pressupõe uma nova forma de produção. Igualmente aqui entramos claramente, na segunda modernidade, na medida em que o modelo do Estado-nação da primeira modernidade assentava na imagem de territorialidade da produção e da colaboração²⁹.

Assim, e em jeito de conclusão, podemos referir que, com a flexibilização crescente do mercado de trabalho, o futuro laboral europeu espelha —como anteriormente referido— a organização laboral brasileira. Apenas um em cada dois trabalhadores possuiu um trabalho fixo, a tempo inteiro. A outra parte continua a debater-se com as consequências da precariedade laboral, questionando um Estado que se afirma como assistencial e democrático.

Defende Beck o avanço para um novo modelo social, capaz de fazer face aos desafios da segunda modernidade, na sociedade do risco, e ao fenómeno apelidado de globalização. Uma sociedade que se depara com o fim do pleno emprego e a ascensão do *brasileirismo do trabalho europeu*³⁰. Nunca os trabalhadores estiveram tão vulneráveis como hoje em dia, trabalhando de forma cada vez mais individualizada, e mais dependentes do que nunca de redes de flexibilização.

Torna-se impreterível uma mudança de perspectivas. Deve fortalecer-se a sociedade política dos indivíduos, a sociedade dos indivíduos, como antítese da sociedade laboral actual. E segundo Beck, o desenvolvimento de uma Europa com base numa democracia dos cidadãos que se revele local, e simultaneamente global.

O grande desafio lançado por Beck é a aposta numa sociedade de movimentos cívicos. Com o trabalho cívico encontramos uma fonte alternativa de actividades e identidades, a par do trabalho convencional.

Este modelo de trabalho cívico pressupõe a redução do horário de trabalho, para todos aqueles que ainda tenham trabalho a tempo inteiro. O trabalho a tempo parcial deveria ser uma opção para homens e mulheres; caso assim não seja, o trabalho cívico corre o risco de se transformar num emprego apenas para os mais pobres da sociedade. Assim, seria um trabalho que combateria a altas taxas de desemprego, seria reconhecido pública e socialmente. Mas “*volunteering is not for free!*”³¹. O trabalho cívico não se paga propriamente, mas recompensasse de forma material e imaterial através do *dinheiro cívico*,

²⁹ BECK, U. (2002) *Libertad o Capitalismo – Conversaciones con Johannes Willms*, Ediciones Paidós Ibérica, pag. 172.

³⁰ BECK, U. (2000) *Un Nuevo Mundo Feliz – La precariedad del trabajo en la era de la globalización*, Ediciones Paidós Ibérica, págs 9-17.

³¹ BECK, U. (2000) *Un Nuevo Mundo Feliz – La precariedad del trabajo en la era de la globalización*, Ediciones Paidós Ibérica, págs 137 e segs.

diplomas, reconhecimento do direito a uma pensão de reforma, melhores horários de trabalho, recompensas como, por exemplo, poder ter os filhos num infantário sem ter de pagar mensalidade. Uma fonte de dinheiro cívico poderia ser também, por exemplo, as quantias que se gastam na Europa na forma de ajudas ao desemprego e de ajuda social, que apenas contribuem para que os desempregados entrem num estado de ostracismo total. Defende Beck o financiamento do trabalho cívico em vez do financiamento do desemprego. O trabalho cívico dá atenção a problemas marginalizados como por exemplo, o trabalho desenvolvido junto das minorias e estrangeiros em defesa dos seus direitos.

O trabalho cívico pressupõe o respeito pelos direitos fundamentais, e é também através do trabalho cívico que esses direitos ganham consistência material não ficando apenas em “letra morta”. Uma Europa dos cidadãos apenas se poderá alcançar através da implementação do trabalho cívico. Não existe melhor forma de o conseguir que não seja através do desenvolvimento deste modelo social de trabalho (cívico); uma experiência auto organizada de indivíduos soberanos. Beck defende assim, que a democracia e identidade europeia poderá recuperar o seu espírito e o trabalho cívico poderá dar um forte contributo.

Com o modelo social do trabalho cívico pretende-se possibilitar uma diminuição do número de desempregados e inactivos da sociedade, contribuindo assim para a diminuição do risco; prevenir a pobreza em geral e possibilitar, o que Beck denominou de, “tempo sabático” dedicado à formação contínua, à família, à prestação desse trabalho cívico, etc; e tentar suprimir a burocracia da pobreza. Mas o trabalho cívico não deve ser visto como uma alternativa ao trabalho convencional, devendo entre eles verificar-se um intercâmbio, com vista a criação de uma praxis pessoal a favor de terceiros. Também não pretender um modelo de alternativa aos desempregados, mas sim a ajudá-los a volta ao activo e a reintegrarem o mercado laboral.

Assim, segundo Beck, graças ao modelo de trabalho cívico, não é apenas o mercado laboral que sai a ganhar, mas também a própria vida política e social, uma vez que se torna possível a integração do indivíduo na sociedade, proporcionando-lhe segurança material, prestígio e identidade; e para o cidadão desempregado que lança mão do trabalho cívico, a possibilidade de desenvolver a seguinte ideia: “Sou útil para a sociedade”.

Numa sociedade em que cada vez mais o capitalismo se encontra sem trabalho, o trabalho cívico poderá ser a alternativa.

“Toda a política, seja qual seja a sua ideologia base, é falaz se não reconhecer o facto de que já não poder haver pleno emprego para todos e que o trabalho já não é o centro da vida, nem sequer a principal actividade do indivíduo.” André Gorz³².

E assim sendo, *“Lancemos, pues, al aire, a ver qué tal suena, la siguiente consigna: ¡ciudadanos globales de todo el mundo, uníos!”³³*

3. A SUBPOLÍTICA DE ULRICH BECK

Face ao mundo globalizado, cansado, amputado e devastado pelas ameaças terroristas, um mundo de riscos globais, os princípios neoliberais —o substituir a política e o Estado pela economia no comando do mundo— perdem, de forma fácil e rápida, poder de convicção. Através de políticas neoliberais pretendia dar-se resposta aos grandes problemas da humanidade, e com a suposta liberalização do egoísmo estatal combater as desigualdades à escala mundial e global, para assim, se alcançar a justiça global.

Num mundo de riscos cada vez mais globais, as políticas neoliberais tornam-se cada vez menos convincentes. Beck toma como exemplo, a privatização das empresas de segurança aérea nos Estados Unidos da América, com trabalhadores com pouca formação profissional, contratos de trabalho precários e altamente flexíveis e remunerações abaixo da média. Consequentemente, estas funções de extrema importância e responsabilidade são desempenhadas por pessoas “formadas em poucas horas”. Assim, defende Beck que, a vulnerabilidade dos Estados Unidos face a ataques terroristas, e especialmente ao ataque de 11 de Setembro, reside na sua filosofia política. Os Estados Unidos da América são uma nação profundamente neoliberal.

“Sem impostos não há Estado; sem impostos não há educação, nem saneamento básico, nem segurança social. Sem impostos, não há democracia.”³⁴

O neoliberalismo sempre foi apelidado de “política dos bons tempos”, apenas funcionando em situações de prosperidade, afastadas de crise e conflitos nas várias dimensões sociais, políticas, económicas ou mesmo culturais.

³² GORZ, A. apud BECK, U. (2000) *Un Nuevo Mundo Feliz - La precariedad del trabajo en la era de la globalización*, Ediciones Paidós Ibérica, pág. 135.

³³ BECK, U. (2000) *Un Nuevo Mundo Feliz - La precariedad del trabajo en la era de la globalización*, Ediciones Paidós Ibérica, pág. 194.

³⁴ BECK, U., (2001) *Sobre el Terrorismo y la Guerra*, Ediciones Paidós Ibérica, pág. 42.

As políticas neoliberais defendem que o Estado e a sua acção reguladora sobre as questões políticas e económicas geram situações mundiais de desemprego, pobreza, e de crises económicas. As políticas neoliberais prometiam assim, através da desregularização da economia, da sua separação da acção do Estado e da política, solução para os problemas da humanidade, combatendo a desigualdade mundial e contribuindo para uma sociedade mais justa.

Contudo, define Beck as políticas neoliberais como...uma “*ilusão perigosa*”. É impossível separar a economia mundial da política, uma vez que, sem Estado e sem serviços públicos não haverá segurança.

Refere então Beck que, os ataques e ameaças terroristas comprovam que o neoliberalismo não é solução para os problemas da sociedade mundial, e uma separação entre economia e política é uma pura ilusão.

Onde encontrar então, alternativa ao neoliberalismo? Não no proteccionismo nacional, de certo! É necessário um conceito de política mais amplo, que seja capaz de regular as potenciais crises e conflitos da economia global livre, e é necessário compreender a sociedade actual, e os movimentos sociais que originam todas estas transformações.

A resposta passa necessariamente pela visão cosmopolita, pela atitude cosmopolita, pelo pensamento cosmopolita. Torna-se cada vez mais necessário a adopção de políticas de cooperação internacional entre os Estados.

Na sociedade de risco, a política assume outros contornos e Beck apresenta uma proposta que define como *subpolítica*, ou seja, a acção dos agentes sociais desenvolvida fora das instituições tradicionais da política da modernidade, quer ela seja desenvolvida por partidos políticos, por sindicatos, nos próprios sistemas jurídicos, ou não. Em paralelo a essa acção, o autor ressalta que o Estado deve modificar as suas políticas e orientações, redefinindo as suas funções. Segundo Beck, a capacidade de negociação de interesses sociais deve ser encarada como a função estatal principal. Contudo, na realidade, o certo é que a retórica política, nacional e internacional, defende de forma totalmente paradoxal, uma segurança fictícia, quando num dado momento surge uma catástrofe ecológica, uma crise económica, uma crise política, um ataque terrorista.

Considera Beck que é o grande paradigma da sociedade actual, o apelo à sustentabilidade da sociedade do risco em que vivemos, e que nós próprios criámos.

O encontro com novas forma de política torna-se essencial. A cooperação internacional deve ganhar terreno, bem como o diálogo e a actuação transnacionais – deve ser esta a acção e actuação principal do Estado.

Na sociedade do risco enfrentamos presentemente, além do mais, uma carência institucional no que diz respeito à possibilidade de provisão e controlo dos perigos e riscos. As fontes de perigo não se centram na ignorância, mas sim no conhecimento, não se encontram no domínio da natureza, mas sim na tentativa de controlá-la, não se encontram na falta de acção humana, mas sim no sistema de decisão.

Ulrich Beck apela à mudança ao nível da política na sociedade do risco. A ascensão da técnica e da ciência justificam a adopção de determinadas políticas. E face às diversas mudanças, a política tradicional continua a transmitir uma ideia de tranquilidade aparente, e enganadora. A insatisfação para com o sistema político tradicional cresce e é perceptível a perda de capacidade de decisão. Assim, a aposta deverá ser lançada sobre numa *nova cultura política*, com base na actividade dos cidadãos.

A *subpolítica* proposta por Ulrich Beck baseia-se na acção desenvolvida pelos vários agentes sociais. A *subpolítica* assenta na ideia de reinvenção do político e caracteriza-se por permitir a intervenção de agentes externos ao sistema político, no cenário da organização e orientação social. É o renascimento não institucional do político, com a actuação e intervenção ao nível do político e em paralelo ao político – ainda que actualmente mergulhado num vazio das instituições. Os indivíduos, vistos de forma individual e colectivamente, organizações de cidadãos, ONG's, etc. tendem a assumir papéis cada vez mais importantes no âmbito social, ao nível interno e ao nível das relações internacionais.

A *subpolítica* deve actuar a todos os níveis: económico, social, científico e tecnológico, ecológico, cultural. A *subpolítica* deve ser generalizada e garantida através de um sistema jurídico auto controlador e autocrítico.

Neste cenário de risco, em que a questão das políticas alternativas são de suma importância, ganham também maior relevo as questões inerentes aos direitos humanos. Perante as constantes denúncias de violação dos direitos humanos, cada vez mais se questiona se o exercício da autoridade de forma tradicional deve ser entendido como justo. Os que defendem estas formas de exercício de autoridade confrontam-se agora com a oposição vinda já não dos contornos e fronteiras do Estado-nação, mas sim de organizações não delimitadas territorialmente. A crítica não parte de uma perspectiva estatal, mas sim global.

Esta *subpolítica* é uma “*sub*” política porque dela faz parte a própria actuação dos cidadãos e invoca uma legitimidade para além da soberania estatal. Uma política que deve ser desenvolvida a par da política estatal e em extrema cooperação com esta. A política estatal encontra-se assim, desta forma, liberta para a prossecução dos seus objectivos de política internacional e de cooperação interestatal e transnacional.

As reflexões sociais propostas por Beck, podem assim ajudar a tomar consciência da real complexidade social e política. Assim, talvez estes desafios propostos por esta nova sociedade possam ser ultrapassados por novas políticas e novos agentes políticos nacionais e internacionais.

4. PERSPECTIVAS: OPORTUNIDADES DA SOCIEDADE DO RISCO

Será que existem oportunidades no âmbito da sociedade do risco, que se assume presentemente como global? Para o *pessimista optimista* Ulrich Beck, há lugar para esperança.

Para Beck, a sociedade do risco deve ser entendida como uma nova sociedade. Assim, nela podemos encontrar aspectos negativos, mas também aspectos positivos.

Ulrich Beck aponta assim, três oportunidades.

Por um lado, torna-se imperiosa a criação de um fundamento legal internacional para a luta contra o terrorismo. Defende assim, um regime anti-terrorista, que crie simultaneamente normas de combate tanto contra a evasão fiscal, como contra a extradição criminal, as atribuições das forças armadas, as competências dos tribunais, etc. Ou seja, uma verdadeira regulação jurídica internacional.

Por outro lado, são necessárias políticas de diálogo credível. Talvez uma Europa mais dialogante em questões culturais e de política exterior, uma Europa mais consciente e informada, se encontre em melhores condições para enfrentar os desafios propostos pela sociedade do risco global.

Por fim, Beck aposta na criação de estruturas regionais de cooperação entre Estados multinacionais, transnacionais, que assumam uma posição cosmopolita. É necessário uma verdadeira visão cosmopolita no cenário de risco globalizado. Uma verdadeira visão de tolerância, compreensão, respeito e cooperação.

Os perigos da sociedade do risco mundial, também são um motor para vários movimentos sociais activos à escala global e local, que podem por em marcha a mudança social que é necessária. A *subpolítica* deve expandir a sua actuação nas diversas dimensões.

Numa época em que a crença nos partidos políticos, nos governantes, na Nação, na própria sociedade desaparece, a já reconhecida globalidade dos riscos transforma-se numa fonte de associações, abrindo novas perspectivas de políticas globais.

Como é possível, então, a política na era da globalização? Para Beck, será possível através da percepção da globalidade dos riscos. Será esse o primeiro passo. Por um instante histórico, os vários Estados dispersos pelo mundo devem unir-se contra um inimigo comum chamado terrorismo global. É precisamente a universalização da ameaça terrorista contra os Estados do mundo que altera a visão sobre as questões da guerra, contribuindo assim para o nascimento de desafios para as grandes políticas, em que novas alianças serão forjadas entre campos antagónicos, conflitos regionais serão suspensos, e o mapa das políticas globais renovado. A cooperação será então o passo seguinte.

Segundo Beck, num primeiro momento é necessário desenvolver, compreender e aceitar a existência de uma “*cultura da incerteza*”, e posteriormente uma “*cultura do não risco*” ou “*cultura da segurança*”. O risco deve ser discutido, debatido, analisado e compreendido. O risco deve ser reconhecido e proporcionar a vontade colectiva de assumir responsabilidades —e nesta sociedade do risco global, deverá ser este o objectivo central de toda e qualquer comunidade democrática.

A “*cultura da segurança*”, por outro lado, baseia-se na procura incessante pela segurança, que deve ser considerado, a par da responsabilidade colectiva, um objectivo pelo qual a sociedade do risco deve lutar.

A sociedade do risco pode lançar também um processo de aprendizagem, uma politização forçosa, um processo perfeitamente possível como processo de aprendizagem mundial, como *cosmopolitização* —esta é a grande esperança de Beck! E o certo é que está a surtir efeito. Por todo o mundo surgem conferências mundiais sobre a temática do meio ambiente. Não apenas numa perspectiva ecológica mas também numa perspectiva social e política. Conseguiu criar-se à escala global, uma consciência de crise ambiental, crise esta, também ela global. Destas conferências surgiram outras conferências, palestras, leis, iniciativas, acordos governamentais sem governo, mas com a participação de todos os governos possíveis.

Beck chama à colação Kant e a defesa pela *Paz Perpétua*. Refere Beck, que independentemente do que essa paz perpétua signifique para cada um (utopia filosófica ou ordem política transnacional), talvez seja a procura por esta paz perpétua que falte ao espírito e ideais dos indivíduos.

A resposta à sociedade actual é a criação de uma *sociedade cosmopolita*. É necessário tentar procurar a Nação Cosmopolita e tradições cosmopolitas nos diversos espaços culturais.

Contudo, é necessário não cair em dois erros frequentes (e já antes mencionados): o evitar a falsa diferenciação e oposição entre o ser cosmopolita e o ser local. Lutar por um lugar aberto ao mundo. Desenvolver um espaço e abri-lo ao mundo. O cosmopolita é também local, na medida em que se sente enraizado a um determinado local, e portanto é um «glocal». Seria igualmente falso supor determinada abertura e disposição cosmopolita apenas entre os «nómadas» ricos que vivem na terra de ninguém dos aeroportos e aviões, nos hotéis e salas de conferências. Os excluídos, como os imigrantes, estabelecem e mantêm na sua vida quotidiana constantes relações com distintos mundos.

Esta nova sociedade —que se deseja cosmopolita— da segunda modernidade estaria assim, caracterizada pela total abertura ao mundo. Surgiriam lugares mundiais, nos quais o mundo entra e sai, assim como tudo aquilo que é frágil e catastrófico também está presente em todos os cantos do mundo, como consciência e como arma para a contra-acção.

Contribuirá a sociedade do risco mundial para uma nova era, um *novo renascimento*?

É necessário aprender a viver na multiplicidade, e só assim, se poderá falar de um novo renascimento, de um novo saber da sociedade. Este novo renascimento só será possível na base de uma *democracia cosmopolita*. Os modelos de organização devem basear-se na *desterritorialização*.

Todas estas ideias deverão ter como pano de fundo a própria realidade, a sociedade que se transforma a cada dia, a sociedade do risco, a segunda modernidade, a modernidade reflexiva, a globalização. Nesta era global, a democracia —primordialmente ligada ao nacional e ao Estado-nação— sofre movimentos forçosos. A falta de confiança verifica-se. O mundo vive a sociedade mundial do risco e deve consciencializar-se disso. O mundo vive marcado pelos riscos e perigos provocados pela ciência e pela técnica, onde até a racionalidade dos próprios cientistas é posta em causa. Há que tomar

decisões de forma firme, clara e consciente; decisões que muitas delas atestam a própria sobrevivência.

Refere Beck que os movimentos sindicais e os partidos políticos deveriam começar a organizar-se de forma cosmopolita, dentro dos conceitos nacionais, que hoje em dia se encontram *fechados em contentores do Estado-nação, cada vez mais vazios*. Assim como as ONG's, cada vez mais presentes como actores no âmbito do Direito e Relações Internacionais.

Beck refere também a instituição *Religião*, como um motor impulsor da *cosmopolitização*. Uma vez que a fé e a confiança são imprescindíveis em qualquer sociedade. No entanto, também aqui se exige uma nova adaptação à nova realidade social. A própria Igreja deveria perguntar a ela própria e aos seus fiéis como se comportam perante os estrangeiros, perante não fiéis, perante os pagãos. Ou seja, perante o *outro*. Neste sentido, deveria ser possível também uma mudança básica das religiões e das suas orientações. Raimond Panikkar³⁵ preconiza a necessidade de entendimento entre as várias culturas e as várias religiões. O diálogo não é hoje um luxo, mas sim uma necessidade.

Os Estados devem cooperar entre si, na resolução dos problemas.

Outras das desvantagens da sociedade actual, é a realidade presente, na qual o mundo científico e intelectual abraça uma *crise das ideias*. Hoje em dia os intelectuais deixaram de pensar...vive-se —a par de tantas outras— uma *crise intelectual*. Urge actuar...urge pensar.

Em jeito de conclusão, defende Beck que as estruturas, instituições e valores da primeira modernidade não “funcionam” nesta segunda modernidade. Numa modernidade que se tornou reflexiva —que se pensa e repensa a si própria— numa modernidade que assenta numa sociedade que se tornou de risco —de risco ambiental, económico, social, político, cultural. Riscos que se tornaram democráticos, invisíveis, globais. Riscos globais que dão origem a uma sociedade do risco global. Riscos e sociedade do risco que se desenvolvem no centro e por força do fenómeno da globalização.

Para Beck, globalização não significa tornar o mundo idêntico, linear, ou submetido às leis do mercado mundial. Como define Beck este fenómeno da globalização? E em que medida influencia a sociedade actual, encarada como uma verdadeira sociedade do risco? E o que de positivo se poderá retirar desta globalização

³⁵ PANIKKAR, R. (2007) *O Diálogo Indispensável – Paz entre as Religiões*, Zéfiro Edições.

mundial? Quais as respostas apontadas por Beck? Estará a Europa preparada para este desafio? E que Europa?

II

A GLOBALIZAÇÃO NO PENSAMENTO DE ULRICH BECK

Definição, Dimensões E Respostas

PONTO PRÉVIO

Neste capítulo pretende dar-se a conhecer e tentar compreender, o fenómeno da *globalização*. Em que consiste este fenómeno? Em que medida afecta a sociedade?

Globalização e a sua polivalência, a sua ambiguidade e as suas dimensões. Como pode a globalização configurar-se politicamente?

Poderá equiparar-se o fenómeno da globalização do século XX para as empresas que operam a nível internacional, com a luta de classes do século XIX para o proletariado? Beck coloca a seguinte questão: porque poderá também significar globalização “*politização*”? Em que se fundamenta o novo poder dos empresários internacionais? E de onde surge, e como se reproduz o seu potencial estratégico?

O fenómeno da globalização permite a exportação de postos de trabalho, em procura de condições salariais e fiscais mais favoráveis. Permite, assim, às empresas munirem-se de um poder de escolha sobre o lugar da produção global, o lugar da declaração fiscal e o lugar da sua residência. Estes *novos empresários globalizados* podem escolher viver no território onde lhes for mais aprazível e pagar os impostos onde for menos gravoso.

Os empresários descobriram uma nova fórmula na criação da riqueza: a adição entre “capitalismo sem trabalho” e “capitalismo sem impostos”.

Os países da União Europeia enriqueceram nos últimos 20 anos 50% a 70%. A economia cresceu muito mais depressa que a população. Contudo, a União Europeia conta agora com cerca de 20 milhões de desempregados, 50 milhões de pobres e 5 milhões de sem-abrigos. Onde está esse acréscimo de riqueza de que tanto se fala?!³⁶

A globalização é hoje em dia, considerada como um fenómeno *irreversível*. O que torna, então a globalização irreversível? Segundo Ulrich Beck, tal deve-se à intensidade do intercâmbio internacional, ao carácter global da rede de mercados financeiros e do poder, cada vez maior, das multinacionais. Por outro lado, a revolução e crescimento permanente das tecnologias da informação e comunicação; a exigência, universalmente aceite, do respeito pelos direitos humanos; o aumento do número de actores transnacionais com poder de intervenção crescente (multinacionais, organizações não governamentais, Nações Unidas), influenciam também esta irreversibilidade do fenómeno da globalização. Também o problema da pobreza global, os danos e

³⁶ BECK, U. (1999) *Que és la Globalización? – Falácias del Globalismo, Respuestas a la Globalización*, Ediciones Paidós Ibérica, pág. 21.

atentados ecológicos globais, e o problema dos conflitos transculturais tomam a globalização irreversível.

Nada do que ocorra neste planeta poderá ser considerado um facto localmente delimitado, uma vez que, descobrimentos, vitórias e catástrofes afectam a todos, e todos devemos reorientar e reorganizar as nossas vidas e acções, assim como as nossas organizações e instituições, no conceito “*local-global*”.

Assim sendo, e neste contexto de globalização, facilmente se reconhece que os motivos básicos do porquê às respostas da primeira modernidade resultam contraditórias e insuficientes para esta segunda modernidade. Torna-se assim, essencial uma redescoberta da política para esta nova modernidade. Torna-se, igualmente fundamental reformular os fundamentos da primeira modernidade, adaptando-os à segunda modernidade. Que significa a tolerância? Que implicações tem o reconhecimento dos direitos humanos, em relação às distintas culturas? Quem garante esses direitos humanos num mundo do *post*-Estado-nação? Como reformular o sistema de segurança social, até então concebido a partir do Estado-nação, no contexto da pobreza global em ascensão e do trabalho assalariado em progressiva diminuição? Surgirão novas guerras religiosas com a erosão do Estado-nação? Novas guerras agravadas por catástrofes ecológicas? Ou, pelo contrário, estaremos a dirigir-nos para um mundo sem violência, que a partir do triunfo do mercado económico mundial e dos princípios neoliberais, viverá um clima de paz?

Todas estas questões são colocadas pelo fenómeno da globalização, para as quais não existem respostas concretas, claras e concisas. Questões para as quais Beck afirma também não ter respostas, mas defende que devem ser discutidas.

Mas, o que significa globalização?

1. GLOBALIZAÇÃO: DEFINIÇÃO E DIMENSÕES³⁷

Globalização...palavra que faz actualmente parte do vocabulário comum.

³⁷ BECK, U. (1999) *Que és la Globalización? – Falácias del Globalismo, Respuestas a la Globalización, Segunda Parte* –¿Qué significa la Globalización? Dimensiones, Controversias y Definiciones, Ediciones Paidós Ibérica, pags. 45-159.

Utilizado por muitos e compreendido por poucos, o termo globalização suscita inevitavelmente polivalência e ambiguidade no que respeita a questões tão díspares como a económica e as políticas a ela associadas, ambiental, cultural, social.

Ulrich Beck expõe a questão na sua obra “*Was is Globalisierung? Irritumer des Globalismus –Antworten auf Globalisierung*” (1998), com tradução em castelhano (*Que és la Globalización? —Falácias del Globalismo, Respuestas a la Globalización*, 1999).

O autor aborda o tema pormenorizadamente, de forma árdua mas clara. Reforçando a ideia de ambiguidade.

Beck define o conceito de *globalização* e estabelece a sua diferença face aos conceitos de *globalismo* e *globalidade*. Em que se distinguem então, conceitos congéneres e ao mesmo tempo tão díspares, como *globalização*, *globalidade* e *globalismo*?

Assim, e de uma forma sintética, Beck define *globalismo* como a concepção segundo a qual o mercado mundial substitui a consciência política, isto é, a ideologia do domínio do mercado mundial ou ideologia do neoliberalismo. Consiste, pois, na redução da globalização a uma única dimensão, a económica, ressaltando o predomínio do sistema de mercado mundial. A tarefa política de delimitar de forma clara os marcos jurídicos, sociais e ecológicos, desaparece ou atenuasse; e mesmo dentro destas as premissas económicas tornam-se legítimas socialmente.

Globalidade significa a impossibilidade de qualquer país viver à margem dos restantes. Nada do que ocorre no nosso planeta pode ser um sucesso ou fracasso apenas localmente delimitado; é a era do *local-global*.

A *globalidade* representa a própria realidade; significa *sociedade mundial*. E caracteriza-se por ser *irreversível*, nas suas vertentes: *multidimensional*, *policêntrica*, *contingente* e *política*. Surgem culturas mistas, culturas que sofrem influência dos quatro cantos do mundo. Discutem-se os direitos humanos ao nível transnacional e são estes que passam a sustentar a democracia que se pretende ser cosmopolita e, também ela, transnacional. Na defesa dos direitos humanos concorrem, competem e cooperam entre si, os Estados e vários agentes que não são apenas Estados como entidades politicamente organizadas, mas também organizações e instituições não governamentais. Na garantia dos direitos humanos, o objectivo não passa necessariamente pela procura de consenso sobre esses mesmos direitos, mas sim na procura pelos procedimentos e acordos de colaboração entre todos —esse consenso poderá ser a chave para se alcançarem os tão desejáveis direitos humanos transnacionais. E é assim que, no campo de acção desta sociedade mundial, assistimos a uma *politização* de vários e novos agentes transnacionais, através da *despolitização* dos Estados, concebidos na sua velha acepção de Estado-nação.

Esta sociedade mundial torna a globalidade irreversível, porque se apresenta como *capitalista e do risco*. Capitalista, no sentido em que a dimensão puramente económica e os interesses a ela associados prevalecem sobre as restantes dimensões do processo de globalização. Aumenta a dependência económica, na medida em que se dissolvem a passos largos um grande número de regiões e espaços económicos auto-suficientes, locais e nacionais, incorporando assim o gigantesco mercado mundial.

De parte são colocadas questões como a assistência e a procura do bem-estar dos cidadãos. Enquanto os agentes económicos pensam e actuam de forma totalmente transnacional, as suas consequências, como o desemprego e a pobreza crescentes, são vista de forma nacional. A própria pobreza encontra-se em mudança em termos qualitativos. Como afirma Zygmunt Bauman, a comunicação entre ricos que se globalizam e pobres que se localizam, ameaça desaparecer, na medida em há muito deixou de existir a dependência laboral de outrora.

Como referido no capítulo anterior, a sociedade mundial assume-se presentemente como uma sociedade do risco. Que perigos acarretam as alterações climáticas, a destruição da camada de ozono, o não cumprimento de Quioto, os alimentos geneticamente modificados, as novas descobertas científicas e as inovações tecnológicas? Não se sabe ao certo; mas ao certo sabe-se que muitas dessas consequências são irremediáveis, quando nefastas para o ser humano.

Esta sociedade do risco mundial surgiu em virtude da percepção pública dos riscos. Uma sociedade autocrítica.

A sociedade do risco mundial contém, em si mesma, como núcleo fundamental e mesmo originário, uma *globalização ecológica como forma de politização involuntária*. Desde há muito que a civilização se coloca em perigo a si mesma, sem qualquer intervenção divina, ou da natureza. Intervenção puramente humana, consciente e deliberada de efeitos industriais. Ou seja, a tendência da civilização para configurar e controlar tudo. O outro lado da questão é a fragilidade da civilização. Assim, a palavra destino pode aqui ser utilizada, na medida em que todos podemos ser “vítimas” das consequências das decisões tecno-científicas.

Impulsionada pelo pânico, a consciência de crise ecológica pode resolve-se pela violência contra determinados grupos.

A crise e os choques ecológicos nascem no âmbito desta sociedade do risco; e se os riscos e perigos são a base dessa sociedade, os perigos e os riscos globais fundamentam a sociedade do risco global.

Como anteriormente referido, podemos distinguir três tipos de riscos globais: riscos ecológicos causados pela procura exacerbada pela riqueza e pelos perigos técnico-industriais, como por exemplo a destruição da camada de ozono; os condicionados pela pobreza e também pelos perigos técnico-industriais, como por exemplo a destruição das florestas; riscos económicos, causados pela instabilidade dos mercados e crises financeiras; e por último, os riscos decorrentes da fabricação e utilização de armas de destruição massiva, e a estes associados, os perigos do terrorismo fundamentalista.

De que forma, favorecem os danos ecológicos os conflitos armados? É fácil de supor que, um país que vive numa pobreza extrema esgote o seu meio ambiente à exaustão. Os danos ecológicos podem desencadear movimentos migratórios em massa, que podem desembocar num conflito bélico.

E, ao estilo *caixa de Pandora*, Max Weber, defende que a modernidade se encontra encerrada numa jaula, em nome da qual são prestados sacrifícios perante a racionalidade emergente. Na sociedade do risco, esta jaula já foi aberta...³⁸

Este conceito de *globalidade*, que representa o viver numa sociedade mundial, implica, segundo Beck, por um lado, um conjunto de relações de poder e sociais politicamente organizadas, cuja referência base já não se encontra no conceito de Estado-nação; por outro lado, implica a experiência de viver e actuar mais além e mesmo, por cima, das fronteiras.

Nesta segunda modernidade, juntamente com a sociedade mundial dos Estados, surge uma outra sociedade mundial não estatal que se compõe de actores transnacionais. É uma sociedade que actua de forma transnacional.

No que concerne à *globalização*, Beck caracteriza-a como um conjunto de processos, em virtude dos quais os Estados-nação soberanos entrecruzam-se e originam, mediante actores transnacionais e as suas respectivas probabilidades de poder, novas orientações e identidades.

Globalização, segundo Beck, pode ser definida como o processo global, no qual a transnacionalidade é a sua principal característica. Significa pois, intensificação dos espaços, dos sucessos, dos problemas, dos conflitos, e das próprias vidas de cada um, e a sua dilatação ao nível transnacional. Contudo, este processo não deve ser entendido de forma rectilínea, nem num sentido de totalidade, mas sim de forma contingente e dialéctico, e de forma *glocal*.

³⁸BECK, U. (1999) *Que és la Globalización? – Falácias del Globalismo, Respuestas a la Globalización*, Ediciones Paidós Ibérica, pág. 144.

Globalização é o processo que cria vínculos e espaços sociais transnacionais, revaloriza culturas locais e evoca para primeiro plano terceiras culturas. A globalização significa também ausência de Estado mundial, e mais concretamente *sociedade mundial sem Estado mundial e sem governo mundial*³⁹.

“Um pouco disto, outro pouco daquilo, tal é a forma como as novidades chegam ao mundo” — Salman Rushdie⁴⁰.

A globalização económica é cada vez mais, um projecto político cujos agentes transnacionais, instituições (Banco Mundial, OMC, FMI), empresas multinacionais, assim como outras organizações internacionais fomentam uma política económica neo-liberal.

Não existem dúvidas de que a Europa se encontra afectada pelo choque político da globalização. As consequências estão à vista: altas taxas de desemprego e deslocações de empresas transnacionais para países nos quais a mão-de-obra é mais barata. Um ponto central para a tese da globalização é o argumento da expansão dramática do comércio internacional entre os países capitalistas avançados durante as últimas décadas. Mas mais importante é determinar os efeitos que a globalização provoca, não só na sua vertente económica, mas também política, cultural e sociológica.

A globalização afecta a vida de todos os indivíduos e é hoje um processo completamente irreversível. Para reflectir sobre a forma como a globalização influencia a vida de todos nós, Beck apresenta o seguinte exemplo⁴¹: Uma senhora de 84 anos de idade vive desde há 30 anos numa pequena localidade alemã; no entanto, viaja pelo menos três vezes por ano ao Quénia. Tem mais amigos no Quénia, onde também se diverte mais, que na Alemanha. Esses amigos que vivem no Quénia, muitos deles são também alemães, mas na realidade vivem em diferentes países e mesmo diferentes continentes. Que tem este exemplo de novo, no contexto da globalização? Esta senhora de 84 anos, não se encontra obrigada a viver esta vida. *Pode escolher*. E escolheu tê-la. Vive, como define Beck, de forma *topopoligama*, sentindo-se ligada a ambos os continentes, a ambas as culturas.

³⁹ BECK, U. (1999) *Qué es la globalización? – Falacias del globalismo, respuestas a la globalización*, Ediciones Paidós Ibérica, pág. 32.

⁴⁰ BECK, U. (1999) *Qué es la globalización? – Falacias del globalismo, respuestas a la globalización*, Ediciones Paidós Ibérica, pág. 30.

⁴¹ BECK, U. (1999) *Qué es la globalización? – Falacias del globalismo, respuestas a la globalización*, Ediciones Paidós Ibérica, pág. 109.

Este novo conceito de *topopoligamia transnacional*⁴², é caracterizado por Beck pelo facto de se estar vinculado a vários lugares e pertencer a vários mundos, conduz ao que Beck denominou de *globalização da biografia*. A globalização da biografia significa que, as contradições do mundo existem não só apenas no exterior —como algo que afecta os *outros*— mas também na vida de cada indivíduo, na forma como organizam a sua própria vida pessoal e profissional, as suas relações familiares, o círculo de amigos, a música, a cultura, o consumo, etc. E sem que disso se dei-a conta, é cada vez mais correcta a ideia do viver *glocalmente*.

A própria vida já não se encontra enraizada apenas a um local, definido social, cultural, política ou geograficamente. É uma vida cheia de viagens, uma vida nómada, de meios de transportes, e meios de comunicação e informação, uma vida transnacional. Estas tecnologias anulam as distâncias e criam proximidades.

A globalização da própria vida proporciona mais um motivo para a desagregação da soberania no Estado nacional, dissolvendo-se a interdependência entre lugar e comunidade, ou seja, sociedade. Nas carreiras profissionais verifica-se a mesma situação.

Os conflitos bélicos empurram milhares de pessoas a deslocar-se para outros continentes. A pobreza e a esperança numa vida melhor conduzem à migração (legal ou ilegal, permanente ou temporária).

A passagem da primeira para a segunda modernidade é, de igual forma, uma passagem da *topomonogamia* para esta concepção de *topopoligamia*.

Mas a globalização da biografia, não deve ser entendida como qualquer tipo de plurilocalidade, mas sim, aquele indivíduo que atravessa fronteiras de mundos separados, entre nações, religiões e culturas. Deve ser entendida como a mobilidade de uma unidade de vida e acção social, como por exemplo, a família que se movimenta entre dois lugares. E o cerne da questão deve prender-se com a mobilidade, que Beck denomina de *interna*, da própria vida, para a qual o trespassar fronteiras, e o estar hoje aqui e amanhã ali, se torna algo banal. Contrapondo-se à mobilidade *externa* (que corresponde às alterações ao nível profissional, ou à migração, por exemplo), esta mobilidade *interna* passa de excepção a regra. A mobilidade interna encerra em si mesma, critérios de mudança de mentalidades, forçada ou voluntária, mas sempre necessária, de forma a enfrentar esta vida plurilocalizada.

⁴² BECK, U. (1999) *Que és la Globalización? – Falácias del globalismo, respuestas a la globalización*, Ediciones Paidós Ibérica, pág. 109.



O fenómeno da globalização tem dado azo a diversas discussões, disparidades de pensamentos e ambivalentes conclusões⁴³.

O que faz, então, avançar este fenómeno da globalização? Há quem defenda a existência de uma “lógica dominante”. Defendem *uma* dimensão, ou *uma* lógica associada à globalização. Como defensores desta “lógica dominante” temos Wallerstein, Rosenau, Gilpin, Held, Robertson, Appadurai.

Wallerstein introduziu o conceito de *Sistema Mundial*. Defende o capitalismo como o principal motor da globalização.

Rosenau, Gilpin e Held debruçaram-se sobre a questão da política internacional. Questionam a ortodoxia da máxima nacional-estatal, na medida em que, por um lado, destacam a importância da globalização tecnológica (sociedade do conhecimento e da informação), e por outro, defendem factores políticos e militares.

Por outro lado, Robertson, Appadurai, Albrow, Featherstone, Lash, Urry, entre outros, defendem uma lógica cultural, no âmbito da globalização. Contradizem o conceito de *macdonaldização* do mundo. Globalização cultural não significa que o mundo se torne homogéneo em termos culturais; significa sim, *glocalização*, ou seja, um processo repleto de contradições, quer quanto ao seu conteúdo, quer quanto à multiplicidade das suas consequências. Duas dessas consequências são a *riqueza e a pobreza locais* (Zygmunt Bauman) e o *capitalismo sem trabalho*.

Cada um destes autores situa a origem e as consequências da dinâmica da globalização, apenas *num só sector* da actividade institucional à escala mundial: a economia, a tecnologia, a política internacional, a ecologia, as culturas, ou o social. Do conjunto de todas estas perspectivas nasce a imagem da necessidade de uma sociologia plural da globalização.

Immanuel Wallerstein, sociólogo americano, defende a existência de um mundo articulado por um complexo sistema de trocas económicas —uma economia ou *sistema mundial*— caracterizado pela dicotomia entre capital e trabalho e a acumulação de capital entre agentes concorrentes, num possível equilíbrio por força de fricções internas. Esta abordagem constitui a sua *teoria do sistema mundial*. A este sistema mundial é inerente uma divisão entre centro, periferia e semi-periferia, em função da divisão de trabalho entre

⁴³ Neste ponto cfr. BECK, U. (1999) *Que és la Globalización? – Falácias del globalismo, respuestas a la globalización*, Ediciones Paidós Ibérica, pág.s 55-98.

regiões. Este sistema mundial é heterogêneo em termos culturais, políticos e económicos abarcando grandes diferenças ao nível civilizacional, acumulação de capital e poder político. Nesta teoria de Immanuel Wallerstein, existe uma predominância de factores económicos sobre os políticos —tal como Kal Marx defendia— e ideológicos.

O capitalismo é, dada a sua própria lógica interna, necessariamente global.

“...em todo o globo opera no seio deste marco e sistema de regras de uma divisão de trabalho obrigatória e sem excepção à qual chamamos de economia mundial capitalista” (I. Wallerstein, *Klassenanalyse und Weltsystemanalyse*).

Segundo Wallerstein, a economia mundial capitalista comporta três elementos básicos: consta de um só marco, o qual se encontra regido pelo princípio da maximização dos benefícios; existência de uma série de infra-estruturas estatais dotadas de uma força que diversifica, quer no que concerne ao interior, quer quanto ao exterior. Estas estruturas servem para “impedir” o funcionamento “livre” do mercado capitalista, com o propósito de melhorar as perspectivas de benefícios de um determinado grupo; por último, o terceiro elemento essencial da economia mundial capitalista, consiste em que o aumento de apropriação de mais trabalho se verifica em condições, muitas vezes, de exploração.

Simultaneamente desenvolvem-se conflitos no sistema mundial na medida em que este mesmo sistema produz tanta riqueza como pobreza. E as desigualdades sociais conhecem o mesmo esquema espacial, ou seja, centro, semi-periferia, periferia.

Perante crises e conflitos que surgem no sistema mundial, este é conduzido necessariamente à reestruturação; contudo, essa reestruturação alimenta mais a divisão de poder e as desigualdades. Assim, segundo Wallerstein, o final que nos espera e ameaça a todo o tempo, é o colapso desse sistema mundial capitalista.

Perante esta teoria Beck faz referência às dificuldades na interpretação da teoria de forma histórico-empírica. Por outro lado, se a globalização tem início no marco referencial do descobrimento de Cristóvão Colombo e do subjugar do Novo Mundo, todo o restante é apenas um medicamento que atenua mas não cura, do século XX e XXI, o que significa que no contexto conceptual proposto por Wallerstein, não permite determinar o historicamente novo do conceito de transnacional. Esta teoria assenta num pensamento puramente linear, que não pressupõe nem desenvolve realmente a questão de se o mercado mundial é alheio a conflitos e identidades cosmopolitas imprevistos e não desejados, que Marx e Engels já descreviam no seu *Manifesto Comunista*.

James Rosenau rompe com a lógica nacional-estatal. Diferencia duas fases da política internacional. Para este autor, a globalização significa o abandono, por parte da humanidade da época da política internacional, caracterizada pelo facto de os Estados nacionais dominarem e monopolizarem o cenário internacional. Actualmente, assiste-se a uma época política *post*-internacional na qual os actores nacionais-estatais devem partilhar cenário e poder globais com organizações internacionais, bem como com empresas transnacionais e movimentos sociais e políticos, também eles transnacionais. A esta realidade acrescem os problemas globais, como a defesa dos direitos humanos ou os problemas ambientais.

Esta passagem da era nacional para a era *post*-nacional, relaciona-a Rosenau, com as circunstâncias do sistema político internacional, e com o facto de a estrutura monocêntrica de poder dos Estados nacionais rivais ter sido substituída por uma repartição do poder de forma policêntrica, que faz com que uma grande parte dos actores internacionais e nacionais-estatais compitam entre si, ou cooperem entre si.

Esta concepção distingue igualmente duas formas de sociedade global: a *sociedade dos Estados*, onde as regras da diplomacia e do poder nacional continuam sendo conceitos-chave; e o *mundo da subpolítica transnacional*, onde existem actores tão distintos como as empresas multinacionais, Greenpeace, Amnistia Internacional, Banco Mundial, NATO ou a União Europeia.

Rosenau defende, a substituição de um único sistema de mercado mundial economicamente “controlado”, por uma *política mundial policêntrica*, na qual nem o capital, nem os governos nacionais-estatais detêm a última palavra —nem sequer as Nações Unidas, o Banco Mundial, ou o Greenpeace— mas sim, o facto de todos os actores transnacionais, com oportunidades de poder bastante diferentes, disputarem entre si a prossecução dos seus objectivos.

Contrariamente a Wallerstein, Rosenau postula uma dimensão tecnológica da globalização, com uma dinâmica própria. O peso e importância crescente das dependências internacionais detêm, hoje em dia, uma nova qualidade. E é explicado através da importância crescente das tecnologias da informação e comunicação. Estas tecnologias determinaram o fim das distâncias geográficas e sociais. Como? Através do desenvolvimento dos meios de transporte, dos meios de comunicação, dos canais de informação, internet, satélites, e muitas outras inovações que permitem que na actualidade, que cada vez mais homens, ideias e bens atravessem mais depressa do que nunca, e com maior segurança, o espaço e o tempo. Esta tecnologia reforçou as

interdependências entre comunidades locais, nacionais e internacionais, como nunca se viu em época alguma.

O desenvolvimento da sociedade da informação, da comunicação e da ciência com a conseqüente eliminação das distâncias e as fronteiras são o resultado da multiplicação de actores e organizações transnacionais.

Organizações transnacionais, como o Banco Mundial, a Igreja Católica, Amnistia Internacional, *MacDonald*, cartéis de droga, máfia italiana e as novas organizações internacionais não governamentais, actuam de forma paralela ou de mútuo acordo.

Problemas transnacionais, como o terrorismo, as alterações climáticas, droga, doenças epidémicas, conflitos étnicos, ou crises monetárias, determinam a ordem do dia político.

Eventos transnacionais, como os campeonatos europeus e mundiais de futebol ou a guerra do Iraque, as eleições presidenciais americanas ou as novelas brasileiras comovem a opinião pública através dos meios de comunicação em todo o mundo.

Surgem comunidades transnacionais, como a comunidade cristã, ou a comunidade islâmica; e estruturas transnacionais, como formas de trabalho, de produção e cooperação, Bancos, correntes financeiras, conhecimentos técnicos, criam e estabilizam relações de cooperação ou de crises que ultrapassam fronteiras. Reside aqui, a especialidade do fenómeno da globalização.

Por outro lado, Robert Gilpin contesta esta *novidade* da globalização, e defende a visão intransigente da política internacional, cuja lógica interna parece seguir. Defende que os Estados nacionais se encontram mais unidos do que nunca, chegando mesmo a estar entrelaçados.

Contrariamente a Wallerstein e a Rosenau, Gilpin defende que a globalização apenas surge quando se verificam determinadas condições na política internacional, nomeadamente, quando existe algo que se considere como um produto da ordem global de forma permissiva; uma ordem entre Estados que apenas permitem que se criem, destruam e mantenham dependências e redes de relações para além de, e entre, autoridades nacionais-estatais.

Entendida como a expansão de espaços e actores transnacionais, a globalização, segundo Gilpin, por mais paradoxo que possa parecer, depende da autoridade nacional-estatal, ou seja, de um poder hegemónico. Para Gilpin é indispensável a existência de uma potência hegemónica no mundo, que a economia internacional funcione de forma adequada.

A globalização pressupõe a permissão, mesmo que de forma tácita, por parte dos Estados nacionais, para a sua própria existência.

Este desenvolvimento dos mercados mundiais, dos actores e instituições e organizações transnacionais, apenas pode prosperar, segundo Gilpin, através da concentração do poder estatal. Defende assim, o primado da política nacional-estatal perante os demais actores. A globalização continua a ser necessariamente duvidosa, incerta, uma vez que, o desenvolvimento dos espaços e actores sociais transnacionais pressupõe uma estrutura de poder hegemónica e um regime político internacional. Apenas estas características pressupõem o carácter aberto da ordem mundial.

Gilpin refere: *“é necessário algo que seja hegemónico para conservar a existência de uma ordem de mercado internacional liberal...a experiência da história tem-nos ensinado que, onde faltou este poder que é ao mesmo tempo, liberal e dominador, foi extraordinariamente difícil, ou mesmo impossível, o desenvolvimento de relações de mercado e cooperação internacional, e pelo simples facto de que tudo se tornou conflituoso. A ampliação do mercado em redes globais e espaços sociais integrados não teria sido possível sem um poder hegemónico liberal que possibilitou e favoreceu esta ampliação.”*⁴⁴

David Held defende que, através de políticas cosmopolitas, acordos internacionais, que pressuponham a internacionalização dos processos de decisões políticas, as crescentes dependências em termos de política de segurança, e também através do tráfico de mercadorias e da divisão do trabalho ao nível internacional, a política nacional-estatal perde aquilo que tem vindo a construir, o seu núcleo de poder: a sua soberania.

No âmbito da globalização, desenvolve-se uma série de condicionantes que limitam a liberdade de acção dos governos e a sua tomada de decisões e dos Estados, colocando também limites a uma política interna autodeterminada.

A soberania estatal deve ser entendida e analisada como um poder fraccionado por uma série de actores nacionais, regionais e internacionais, que se encontra limitado e amarrado por esta pluralidade inerente.

A globalização conduz assim, a uma intensificação de dependências recíprocas, que vai para além das fronteiras nacionais. Surgem interdependências transnacionais.

Roland Robertson vai mais além. Este sociólogo desenvolve a sua teoria da globalização tendo por base o conceito de *glocalização*. Este conceito deriva do japonês

⁴⁴ GILPIN, R. (1987) *The Political Economy of International Relations*, Princeton, págs. 85 e 88, apud. BECK, U. (1999) *Que és la Globalización? – Falácias del globalismo, respuestas a la globalización*, Ediciones Paidós Ibérica, pág. 64.

dochakuka —“viver na sua própria terra”. Este termo refere o processo de adopção de técnicas (a vários níveis: económico, financeiro, agrícola) globais, às condições locais. O conceito do *glocal* engloba a fusão entre o local e o global, o universal e o particular. Afirma Robertson que, o que se entende normalmente por local, encontra-se inevitavelmente inserido no contexto global. Defende um conceito amplo de globalização, na medida em que abarca o mundo como um todo. Para ele, as “globalizações presentes” e as “globalizações conscientes” e reflectidas nos meios de comunicação são duas caras do mesmo processo. A globalização chama a atenção não só sobre a objectividade das interdependências cada vez maiores, mas também sobre a questão de como se configura o horizonte mundial na produção transcultural de mundos significativos e de símbolos culturais. A globalização cultural atravessa Estados nacionais e sociedades nacionais, na medida em que se estabelecem formas de comunicação e de vida transculturais, assim como comportamentos, imagens e responsabilidades próprias e alheias associadas a grupos ou indivíduos. Desta realidade, são exemplo as múltiplas famílias transnacionais: “em 1960, quase todos os matrimónios na Alemanha foram contraídos entre alemães. Apenas um em cada 25 matrimónios era entre nacionais (alemães) e portadores de passaporte estrangeiro. (...) em 1994, um em cada sete enlacs era já de ou com estrangeiros, ou seja, o homem ou a mulher, ou ambos, era de nacionalidade estrangeira.”⁴⁵

Segundo Robertson, o local e o global não se excluem mutuamente, pelo contrário, o local, deve ser entendido como fazendo parte do global. A globalização significa também o encontro entre as várias culturas locais, para as quais se exige uma nova definição. Assim, Robertson propõe a substituição do conceito base de globalização, pelo conceito de *glocalização*, no qual se misturam os conceitos do local e do global, como fazendo parte um do outro. Não se excluem...complementam-se.

A cultura global não pode ser entendida estaticamente, mas sim como um processo dialéctico, no âmbito do conceito de *glocalização*, em cuja unidade se apreciam e decifram elementos contraditórios —são os paradoxos das culturas “glocais”.

A unificação de instituições, símbolos e modos de vida, e simultaneamente, a defesa da cultura e identidades nacionais e locais, não constituem nenhuma contradição. Pelo contrário, podemos dizer que estas culturas devem representar os direitos universais,

⁴⁵ BECK-GERNSHEIM, E., *Schwarze Juden und griechische Deutsche* apud. BECK, U. (1999) *Que és la Globalización? – Falacias del globalismo, respuestas a la globalización*, Ediciones Paidós Ibérica, pág. 79.

Um estudo do Instituto Nacional de Estatística refere que em Portugal entre 1996 e 2006, o número de estrangeiros residentes em Portugal aumentou cerca de 137% e a percentagem de casamentos realizados em Portugal entre 2001 e 2005 nos quais, pelo menos um dos cônjuges, era de nacionalidade estrangeira, aumentou cerca de 107%. In <http://www.ine.pt>.

e expor à vista, representando-se como tais dentro do seu contexto, mas de forma completamente diferentes.

Convém referir que a globalização produz ligações, quando tantas são as vezes que se afirma que a globalização gera fragmentação.

Surgem novas comunidades transnacionais. A vida e o trabalho em comum, num mesmo marco geográfico e social, fundamentam ao mesmo tempo uma nova realidade social.

Esta nova lógica e este viver e trabalhar juntos em lugares separados geograficamente, acontecem ao mesmo tempo ao nível das empresas, comunidades transnacionais, famílias, subculturas étnicas, etc.

No entanto é certo, que a globalização fragmenta, nomeadamente a soberania estatal.

O processo de globalização gera centralização, no seio do capital, do poder, da informação, da riqueza, da tomada de decisões, contudo, gera igualmente, descentralização.

Este mundo glocal encontra-se maltratado pelos inúmeros conflitos. Continua a existir a “guerra de culturas”. Globalização significa também que o lugar da comunidade local tem vindo a ser ocupado pelo conflito, quando este deveria ser ocupado, posteriormente, pela conciliação.

Beck propõe, antes de mais uma distinção entre *exclusão* e *inclusão*, na forma como deve ser analisado o fenómeno da globalização.

A máxima da exclusão, pressupõe a lógica do “ou isto ou aquilo”. Projecta a análise para a coordenação e subordinação de mundos separados, nos quais se excluem as identidades.

Por outro lado, as distinções com base em máximas de inclusão oferecem uma imagem completamente distinta da “ordem”. Possibilita outro conceito de “limite”, móvel e portanto, também mais cooperativo. Os limites surgem aqui, não através de uma máxima de exclusão, mas sim de *dupla inclusão*. Aqui, os limites são pensados e solidificados como exemplos móveis que possibilitam formas de lealdades territoriais, sociais e comunitárias.

A concepção de Robertson sobre as culturas glociais é posteriormente ampliada por Arjun Appadurai, antropólogo indiano. Appadurai defende a relativa autonomia desta cultura glocal.

Appadurai desenvolveu o conceito de “*paisagens étnicas*”, ou seja, paisagens de pessoas ou grupos de turistas, emigrantes, refugiados, exilados, trabalhadores estrangeiros, que se encontram em constante movimento. São a outra cara da moeda que compõe a cultura global. Juntamente com estas “*paisagens étnicas*”, Appadurai identifica ainda: *paisagens técnicas* —movimentos transfronteiriços de tecnologias, as antigas e as inovações, as mecânicas e as das informações—; *paisagens financeiras* — mercados e valores nacionais, movimentos de capitais e especulações em constante movimento transfronteiriço—; *paisagens mediáticas* —transnacionalização de movimentos de produção de imagens electrónicas—; *paisagens de ideias* —movimentação de ideologias.

Defende a ideia de “*imaginações fabricadas*”, cultural e industrialmente falando. As pessoas desejam viver vidas “*possíveis*”, como se alguma vez as tivessem vivido. Vidas “*tornadas possíveis*” através dos meios de comunicação, que acelera esta “*imaginação fabricada*”. Este novo poder das indústrias da imaginação pressupõe formas de vida locais e tradicionais removidas e cheias de ideais e protótipos que procedem social e espacialmente de lugares completamente distintos. As vidas próprias e as vidas possíveis misturam-se e envolvem-se numa irónica contradição; onde inclusive a miséria surge e se perpétua debaixo do poder do mercado das vidas imaginárias, mantendo-se ligada à circulação global das imagens e protótipos. Toda esta circulação mantém viva a economia da cultura.

Assim, será então falsa a tese fatalista da *macdonaldização* do mundo? Existirá no que concerne à sua dimensão cultural, um paradoxo da globalização?

Para Beck, o desenvolvimento do mercado internacional tem consequências importantíssimas no que concerne às culturas, identidades e modos de vida. Fabricação de símbolos culturais, mais ou menos globais. Grande parte da sociologia defende a tese da convergência da cultura global. Através desta tese, caminha-se para a universalização, unificação de modos de vida transnacionais e símbolos culturais. A indústria da cultura global significa a crescente convergência de símbolos culturais e de formas de vida.

A globalização economicamente entendida e levada ao seu extremo, reduzida à sua dimensão económica, minimiza custos, é certo, mas aumenta ganâncias.

Desenvolve-se uma revolução cultural e social como consequência da globalização económica.

E será que assistimos ao fim da informação livre e rebelde? Os gigantes da informática, das telecomunicações e da informação têm consciência de que eles são o futuro, e que o futuro pode, por eles ser comandado. É certo que existe, hoje em dia, nos meios de comunicação, uma guerra sem quartel, sem um inimigo declarado, sem

território. Tendo em conta este cenário, os Estados Unidos da América, o primeiro e maior produtor de informação, comunicação e novas tecnologias, apostou (e ganhou!) na desregulamentação, com vista a que a globalização da economia se espalhasse, e que o maior número de países acolhesse este “livre fluxo de informação”.

A tese que defende uma crescente convergência linear dos conteúdos culturais e das informações resultante da tendência da convergência dos mercados e dos meios de comunicação mundiais não tem em conta os paradoxos, ambivalências e polivalência, relativos ao cerne da lógica da própria globalização.

A par da globalização, assistimos a uma crescente *localização*. Ou seja, a globalização não é apenas um conjunto de processos ou fenómenos, automáticos e unilaterais; pelo contrário, influencia todos os recantos do nacional, invadindo as coordenadas e criando uma nova acentuação do *local*. Assim, a globalização não significa apenas *des-localização*, mas sim, *re-localização*.

Passando para a dimensão económica, podemos então referir que as empresas que pretendam vingar globalmente devem desenvolver fortes e sólidas relações locais. “Global” significa assim, estar ligado à terra, significa o estar ligado a vários lugares ao mesmo tempo, logo, sinónimo de *translocal*.

A *des-localização* e a *re-localização*, consideradas conjuntamente, têm consequências múltiplas e concedem relevo à questão de que as culturas locais já não podem justificar-se, determinar-se nem renovar-se contra o mundo.

Como defende Anthony Giddens⁴⁶, em vez da separação —que ele denomina de “*fundamentalista*”— entre a *des-localização* e *re-localização*, surge a necessidade de *re-localizar* tradições *des-tradicionizadas* no contexto global, o intercâmbio, o diálogo e o conflito *translocal*. Daí que este sentido do local-global esteja sempre presente na dinâmica e estratégias das grandes empresas mundiais. Refira-se a respeito o exemplo de grandes empresas como a coca-cola e a sony. A globalização não significa construir fábricas por todo o mundo, se não conseguirem o objectivo de fazer parte da cultura de cada região. “*Localismo*” é assim, a expressão máxima das empresas à medida que avança o fenómeno da globalização. Uma cultura mundial universalizada na qual, por um lado, se extinguissem as culturas locais, e por outro lado, todas as sociedades consumissem segundo um mesmo esquema, seria de certo, o final do mercado. O próprio mercado necessita da multiplicidade e das contradições locais para se desenvolver, através da inovação, do desenvolvimento da ciência e tecnologia, das estratégias de concorrência e de marketing.

⁴⁶ GIDDENS, A. (2005) *o Mundo a era da Globalização*, 5ª ed., Editorial Presença.

Beck defende a necessidade do renascimento do local, não tradicionalista quando se “translocalizam” globalmente particularismos locais e, se renovam de forma conflituosa.

Cai por terra, face às teorias de Ulrich Beck, a teoria fatalista da *macdonaldização do mundo*. Rejeita a ideia de unificação. Beck refere⁴⁷, quando se coloca a questão da dimensão cultural e do *interculturalismo* gerado pela globalização, a chegada dos conquistadores espanhóis ao Novo Mundo: “*Chegámos para falar-vos de Deus, da civilização e da verdade*”. E em resposta, um grupo de nativos pergunta: “*Muito bem, e o querem saber?*”. Coloca-se então a questão —tendo em conta a importância do diálogo inicial entre culturas— de saber qual a origem das sangrentas guerras que se seguiram. Certo é que, como bem refere Beck, resulta claramente da *falsa compreensão* recíproca entre as culturas. O imperialismo ocidental que se impõe pela força das armas surge camuflado por um falso objectivo de fé e de diálogo intercultural. Por outro lado, os conquistados interpretam esta conquista como uma oferta do diálogo que tanto desejam e anseiam, nem que para tal sejam sacrificados e classificados como seres diabólicos.

A globalização não produz necessariamente unificação cultural, nem deve produzir. A produção massiva de símbolos e informações culturais não origina algo que se possa denominar de “cultura global”. A própria cultura europeia, deriva da miscigenação de várias culturas. É essa diversidade que torna a Europa tão especial. Os cenários *glocais* que derivam da globalização devem ser entendidos como uma criação de “*imaginação de vidas possíveis*” de duas faces que permite uma multiplicidade de combinações.

Na mesma lógica que não defende o ascender de uma cultura global, argumenta num recente texto, o domínio social que considera ser a *geração global*⁴⁸.

Esta geração actual caracteriza-se por Chernóbil, pelo 11 de Setembro, pelas crises ecológicas, pelos atentados terroristas, pela Amnistia Internacional e pela coca-cola. É uma geração transnacional que se move tendo por base uma dinâmica global.

Defende Beck que das sociedades actuais, faz parte o que designa por geração global —uma geração consciente de si mesma que desenvolve uma *cosmovisão* transfronteiriça, com simbolismo, linguagem, formas de actuação e objectivos próprios.

No sentido em que globalização não significa homogeneização das situações sociais à escala global, o problema da desigualdade social, encontra-se na génese de criação da geração global.

⁴⁷ BECK, U. (2003) *Sobre el Terrorismo y la Guerra*, Ediciones Paidós Ibérica, págs. 36 e 37.

⁴⁸ Sobre este ponto cfr. BECK, U. (2008) *Generación Global*, Ediciones Paidós Ibérica.

A percepção da desigualdade social tem sido analisada apenas, e na medida em que afecta os indivíduos dentro do Estado nacional. Se os problemas ligados à fome, à guerra, ou à opressão, existem fora, é fora e é problema exterior! Ao nível político mundial apela-se a uma maior igualdade; pretende-se a expansão mundial dos princípios de igualdade e de expectativas de igualdade. Difundem-se discursos que apelam à igualdade entre os povos, à defesa dos direitos humanos. Devido à actividade dos meios de comunicação e ao desenvolvimento científico e tecnológico as distâncias encurtam, o que permite assistir à expansão de modos de vida transnacionais. Assistimos à expansão de normas e apelos por igualdade, que criam expectativas de igualdade.

São os excluídos pelo mundo ocidental, num palco formado por fluxos migratórios na procura do *El Dorado*, que se tornam contestatários, reclamando contra a legitimidade desta desigualdade social, manifestando esperança e revelando sonhos. Entendida neste sentido, a geração global é assim, aquela que é composta por todos aqueles que contestam as desigualdades existentes, reivindicando igualdade.

Cinema, televisão, vídeos, e internet invadem cada vez mais os quatro cantos do mundo. Beck recorre, uma vez mais às teses defendidas pelo antropólogo Arjun Appadurai. Este refere que a influencia dos meios de comunicação nas sociedades é enorme, e a sua difusão chega a países e continentes distantes, cidades e povoações mais remotas. Contudo, a informação que chega muitas vezes a par de verdades, é informação distorcida e programada, cheia de mitos e ficção. “(...) *a fantasia converteu-se hoje numa prática social; é o motor (...) da organização da vida social de muitas pessoas em múltiplas sociedades.*”⁴⁹.

Um vasto número de pessoas começa assim a “imaginar” outros mundos e a compará-los com o seu. A vida das pessoas está assim, determinada também por realidades sociais mundiais e possibilidades que a comunicação apresenta como possíveis.

Outro factor que favorece a ascensão da geração global é o turismo mundial —os naturais de um país que é visitado, observam os turistas e imaginam as suas vidas fabulosas (uma outra realidade, como a que é transmitida pelos meios de comunicação). Assim, meios de comunicação e o turismo propagam imagens e mitos —“*Porque hei-de ser pobre e estar oprimido, passar fome e trabalhar duro sem qualquer esperança, se noutras partes do mundo há pessoas que têm mais que suficiente para comer, possuem uma casa e um carro e podem ir ao médico quando estão doentes? Porquê sofrer assim? Porque não tentar chegar a esses lugares?*”⁵⁰.

⁴⁹ APPADURAI, A. (1998) *Globale ethnische Räume*, Franquefurte, apud BECK, U. (2008) *Generación Global*, Ediciones Paidós Ibérica, pág.30.

⁵⁰ BECK, U. (2008) *Generación Global*, Ediciones Paidós Ibérica, pág.32.

Procura-se a “normalidade”. Mas que “normalidade”, se muitos vivem desde sempre em casas de madeira e sem saneamento básico, nem luz eléctrica? Novos valores despontam, novas ambições, o desejo de viver outras vidas. Procuram-se as regiões mundiais do bem-estar de forma a tornar realidade um sonho de um futuro melhor.

Contudo, hoje em dia, o desemprego e a pobreza alargam-se também aos países do primeiro mundo. A *fortaleza Europa* rodeia-se de muros cada vez mais altos. O que leva à procura de caminhos alternativos e a reagrupação familiar é, presentemente, a fórmula mágica para a entrada bem sucedida na “fortaleza” —o casamento é muitas vezes o tão desejado bilhete de entrada. A família altera-se, misturam-se culturas, assistimos ao surgir de gerações de casamentos entre várias nacionalidades de vários países.

Como se pode então definir a identidade destes jovens que reúnem em si mesmos dois grupos sociais ou duas culturas? Em 1928, Robert Park, definiu estes indivíduos como “*marginal man*”, no sentido em que procedem da imigração e consequentemente de uma família bicultural⁵¹.

Hoje em dia, os filhos de estrangeiros continuam a ter problemas de ordem social, integração, educação. Contudo, e que dizer do grupo de jovens procedentes de famílias iranianas, russas e ucranianas que têm melhor desempenho escolar que os nacionais desse país?

A geração global possui várias pátrias, desenvolve a vivência de vários vínculos culturais e sociais e projecta desta forma, o seu próprio mundo para além das fronteiras do Estado nacional.

Nos anos 50, 60 e 70 do século XX, o trabalho era certo, o horário era certo, o salário era certo. O desemprego apresentava níveis baixos e a mão-de-obra era muito solicitada. Existia uma certa segurança social e material. Tempos passados. “*Socorro! O meu posto de trabalho emigrou!*” —esta é a frase que caracteriza a era da globalização. Aumenta o desemprego e o trabalho precário. Os postulados que determinam cada vez mais o mundo laboral são *flexibilidade e desregulamentação*.

A mobilidade geográfica forma parte do dia a dia; quando um trabalho acaba há que procurar outro. Exige-se adaptação.

Os jovens menos preparados, menos qualificados, e com menos experiência no mercado laboral estão mais expostos às forças da globalização —convertem-se nos

⁵¹ BECK, U. (2008) *Generación Global*, Ediciones Paidós Ibérica, pág.42.

perdedores da globalização. Esta insegurança crescente não é um facto local, regional ou nacional, mas sim uma experiência transfronteiriça e um elemento de geração comum.

Nos países ocidentais, considerados como os países do primeiro mundo, os riscos para os jovens acentuam-se e crescem, mas esses países continuam a ser o objectivo sonhado por muitos jovens dos países pobres. Aqui, a “*geração menos*” (os perdedores da globalização) e além a “*geração mais*” (os que sonham participar do bem-estar dos países do primeiro mundo). Ambas as gerações pertencem à geração global: uma nova luta global pela distribuição da riqueza. Uns, por um lado, tentam conservar o que resta do bem-estar, com leis e barreiras fronteiriças; outros, por outro lado, assaltam essas mesmas fronteiras com todas as suas forças e todos os seus meios, impulsionados pela esperança de uma vida melhor. O resultado é uma relação mútua cheia de conflitos, nos quais uma facção da geração global enfrenta a outra.

Refere o autor que, é no início do século XXI, que se observa o surgimento desta geração global. Mas, durante longos anos não temos vindo a assistir ao surgimento de gerações como esta? Não foi, por exemplo, a resistência e a luta contra o fascismo alemão, no pós Segunda Grande Guerra Mundial que fez surgir a chamada “geração Europa”? E não é a geração de 68 um exemplo chave da geração global, na medida em que a sua actuação política passou fronteiras e contribuiu para a formação de um pensamento cosmopolita?

Que tem, então de novo, esta geração global?

A geração de 68 era uma geração global? A geração de 68 era uma geração constituída politicamente, que se definia pela participação activa dos seus membros em acções de protesto. Nesta geração global, são as experiências e os acontecimentos de carácter cosmopolita, os que se convertem na chave de acesso aos diversos âmbitos de expectativas da geração emergente. Em 68 actuava-se colectivamente, hoje actua-se de forma individual. Em 68 eram críticos de uma sociedade industrial e de consumo, hoje, são os filhos dessa mesma sociedade. Esta geração global constitui-se, na sua essência, de forma *apolítica*, na medida em que se decompõe em várias dimensões e fracções que formam uma dialéctica rica em conflitos.

As três constelações da geração global expostas por Beck nesta sua obra (resultantes dos fluxos migratórios; das práticas transnacionais —filhos de famílias de emigrantes; e da globalização —geração laboral precária) representam, cada uma delas, um segmento da sociedade do risco global. A geração não pode continuar a ser concebida exclusivamente no marco do Estado nacional. Os estudos sociológicos anacrónicos devem ser abandonados, e os novos estudos devem tendo em conta a

realidade actual. Não é possível continuar a subverter a realidade, e abandonar a ideia de “*nós aqui e eles ali*”.

Não se pode ignorar as múltiplas interconexões geradas pela produção e consumo, internet e televisão, turismo e publicidade, relações transnacionais.

Propõe Beck a substituição do termo *geração*, por *constelações de gerações de carácter transnacional*⁵².

Será ainda, de suma importância e relevante valor, fazer referência ao pensamento de um dos mais influentes sociólogos portugueses dos nossos tempos, Boaventura de Sousa Santos.

Na sua obra *Globalização: Fatalidade ou Utopia?* (2001-1ª ed.), o tema da globalização é exposto enquanto fenómeno diversificado, multidisciplinar e transdisciplinar⁵³.

Para este autor, as interacções económicas, sociais, políticas e culturais intensificaram-se extraordinariamente nas últimas três décadas —um fenómeno que ficou conhecido pelo nome genérico de globalização. A globalização reflecte um processo complexo que atravessa as mais diversas áreas da vida social, dos sistemas produtivos e financeiros, revolução nas tecnologias e práticas de informação e comunicação, da erosão do Estado nacional e redescoberta da sociedade civil. Por via da globalização, assiste-se ao aumento exponencial das desigualdades sociais, das grandes movimentações transfronteiriças de pessoas como emigrantes, turistas ou refugiados ao protagonismo das empresas multinacionais e das instituições financeiras multilaterais, das novas práticas culturais e identitárias aos estilos de consumo globalizado.

Uma das características mais salientes da globalização —que o autor designa de hegemónica— é o facto de os custos e oportunidades que produz serem desigualmente distribuídos no interior do sistema mundial, residindo aí a razão do aumento exponencial das desigualdades sociais entre os países ricos e países pobres.

O autor faz a distinção entre *países centrais* —aqueles que têm capacidade para maximizar as vantagens e minimizar os inconvenientes da globalização hegemónica—, *países semi-periféricos* —aqueles em que os resultados da globalização hegemónica são muito mais incertos e imprevisíveis. À partida, existe capacidade para capitalizar as vantagens e uma razoável vulnerabilidade face aos riscos— e, por fim, os *países periféricos* —

⁵² BECK, U. (2008) *Generación Global*, Ediciones Paidós Ibérica, pág.83.

⁵³ Neste ponto cfr. SANTOS, B. (org.) (2005) *Globalização —Fatalidade ou Utopia?*, Volume 1, 3ª ed., Edições Afrontamento.

aqueles nos quais existe uma degradação da sua posição no sistema mundial, a par com a degradação dos seus já muitos baixos padrões de vida.

Precisamente ao contrário dos países centrais, os países periféricos foram forçados a arcar com os custos da globalização hegemónica sem terem capacidade para usar as oportunidades por ela criadas.

Anthony Giddens define globalização como a “*intensificação de relações sociais mundiais que unem localidades distantes de tal modo que os acontecimentos locais são condicionados por eventos que aconteceram a muitas milhas de distância e vice-versa*” e acusa os sociólogos de uma acomodação indevida à ideia de *sociedade* enquanto sistema fechado.⁵⁴ “*Crescente interdependência entre indivíduos, países e regiões. Não significa apenas interdependência económica. Implica uma comunicação acelerada e universal e refere-se também a dimensões políticas e culturais.*”⁵⁵

Boaventura de Sousa Santos defende que estamos perante um fenómeno multifacetado que abarca as dimensões económicas, sociais, políticas, culturais, religiosas e jurídicas interligadas de modo complexo. A globalização, longe de ser consensual, é um vasto e intenso campo de conflitos entre grupos sociais, Estados e interesses hegemónicos, por um lado, e grupos sociais, Estados e interesses subalternos, por outro.

Uma das transformações mais drásticas produzidas pela globalização económica neoliberal reside na enorme concentração de poder económico por parte das empresas multinacionais.

Ao nível social, o fenómeno da globalização provoca desigualdades. Uma classe capitalista transnacional está hoje a emergir cujo campo de reprodução social é o planeta, e que facilmente ultrapassa os Estados fracos da periferia e da semiperiferia do sistema mundial. Mais de 1200 milhões de pessoas (pouco menos de ¼ da população mundial) vivem numa pobreza absoluta, ou seja, com um rendimento inferior a um dólar por dia e outros 2800 milhões vivem com apenas o dobro desse rendimento. O conjunto dos países pobres, onde vive 85,2% da população mundial, detém apenas 21,5% do rendimento mundial, enquanto o conjunto dos países ricos, com 14,8% da população mundial detém 78,5% do rendimento mundial. No quinto país mais rico do mundo concentram-se 79% dos utilizadores de internet⁵⁶. As desigualdades neste domínio, mostram quão distantes estamos de uma sociedade de informação verdadeiramente

⁵⁴ GIDDENS, A. (2007) *Sociologia*, Editora Calouste Gulbenkian.

⁵⁵ GIDDENS, A. (2007) *A Europa na era global*, Editorial Presença, pág. 16.

⁵⁶ SANTOS, B. (org.) (2005) *Globalização —Fatalidade ou Utopia?*, Volume 1, 3ª ed., Edições Afrontamento, págs. 39 e 40.

global. Nos últimos trinta anos a desigualdade na distribuição dos rendimentos entre países aumentou dramaticamente.

A concentração da riqueza produzida pela globalização neoliberal atinge proporções escandalosas no país que tem liderado a aplicação do novo modelo económico, os Estados Unidos da América. A nova pobreza globalizada não resulta da falta de recursos humanos ou materiais, mas sim do desemprego, da destruição das economias de subsistência e da minimização dos custos salariais à escala mundial. Apesar do aumento chocante das desigualdades entre países pobres e países ricos, apenas quatro destes últimos cumprem a sua obrigação moral de contribuir com 0,7% do Produto Interno Bruto para a ajuda ao desenvolvimento. As várias Instituições mundiais funcionam como fantasmas, como por exemplo o Fundo Monetário Internacional que tem funcionado como a instituição que garante que os países pobres, cada vez mais pobres e cada vez mais endividados, cumpram junto dos países ricos o pagamento das suas dívidas e nas condições por estes impostas. Como refere este autor, as transferências de riquezas assume outras proporções quando nos referimos à chamada “transferência de cérebros”; vários milhares de profissionais indianos migram para os Estados Unidos da América, representando assim, perdas de biliões de dólares para a Índia⁵⁷.

No que concerne ao aspecto político da globalização, defende o autor que o Estado-nação tem perdido a sua centralidade tradicional enquanto unidade privilegiada de iniciativa económica, social e política. Apesar da vasta tradição histórica do Estado-nação, o impacto da actual globalização enfraquece os poderes do Estado. Por outro lado, as assimetrias entre Norte e o Sul são hoje, mais drásticas do que nunca. E todas as novas exigências de ajustamento estrutural de estabilização e adaptação impostas pela globalização —e especialmente pela globalização económica— exigem mudanças legais e institucionais maciças. “*O Estado tem de intervir para deixar de intervir, ou seja, tem de regular a sua própria desregulação*”⁵⁸.

Quanto à questão cultural, Boaventura de Sousa Santos, coloca a seguinte questão: *globalização cultural ou cultura global?*⁵⁹. Será que a globalização cultural não deveria ser designada por ocidentalização ou americanização, uma vez que os valores, os artefactos culturais e os universos simbólicos que se globalizam são ocidentais e, por

⁵⁷ SANTOS, B. (org.) (2005) *Globalização —Fatalidade ou Utopia?*, Volume 1, Edições Afrontamento, 3ª ed., págs. 41 e 42..

⁵⁸ SANTOS, B. (org.) (2005) *Globalização —Fatalidade ou Utopia?*, Volume 1, Edições Afrontamento, 3ª ed., pág. 45.

⁵⁹ SANTOS, B. (org.) (2005) *Globalização —Fatalidade ou Utopia?*, Volume 1, Edições Afrontamento, 3ª ed., págs. 51-55.

vezes, especificamente norte americanos? Até que ponto a globalização acarreta homogeneização? Assistimos ao emergir de uma cultura global? No seguimento do pensamento de Ulrich Beck, refere o autor que nas últimas décadas temos assistido ao emergir de certas formas culturais que são originalmente transnacionais ou cujas origens nacionais são relativamente irrelevantes, pelo facto de circularem pelo mundo mais ou menos desenraizadas das culturas nacionais. Todos os processos a que assistimos, hoje em dia, estão longe de conduzir a uma cultura global.

Boaventura de Sousa Santos, defende que é falsa a ideia de que a globalização é um fenómeno linear, monolítico e inequívoco.

O mundo assiste a mudanças radicais. A situação começou a alterar-se na década de 70 e transformou-se radicalmente a partir da década de 80 do século XX. O mundo está integrado numa economia global. Mas a ideia de que a globalização está a ter um impacto uniforme em todas as regiões do mundo e em todos os sectores de actividade, e que os seus arquitectos, as empresas multinacionais, são infinitamente inovadoras e têm capacidade organizativa suficiente para transformar a nova economia global numa oportunidade sem precedentes, é errada, em termos práticos.

A globalização é altamente selectiva, produz assimetrias e tem uma geografia variável.

Defende este autor que a globalização abarca conjuntos diferenciados de relações sociais; diferentes conjuntos de relações sociais que dão origem a diferentes fenómenos de globalização. Não existe assim, uma entidade única chamada de globalização, mas sim, globalizações.

Segundo o autor, *“globalização são, de facto, conjuntos diferenciados de relações sociais; diferentes conjuntos de relações sociais que dão origem a diferentes fenómenos de globalização. (...) Definimos globalização como conjunto de relações sociais que se traduzem na intensificação das interações transnacionais, sejam elas práticas interestatais, práticas capitalistas globais ou práticas sociais e culturais transnacionais*⁶⁰.

Perante este cenário o autor constrói a sua Teoria do Sistema Mundial em Transição⁶¹ —sistema em transição porque contém em si mesmo o sistema mundial velho, em processo de profunda transformação, e um conjunto de realidades emergentes que podem ou não conduzir a um novo sistema mundial, ou a outra qualquer entidade nova, sistémica ou não. Este SMT é constituído por três constelações de práticas

⁶⁰ SANTOS, B. (org.) (2005) *Globalização —Fatalidade ou Utopia?*, Volume 1, Edições Afrontamento, 3ª ed., págs. 62, 90 e segs.

⁶¹ SANTOS, B. (org.) (2005) *Globalização —Fatalidade ou Utopia?*, Volume 1, Edições Afrontamento, 3ª ed., págs. 62 e segs.

colectivas: *Práticas interestatais* (papel do Estado no sistema mundial moderno); *Práticas capitalistas globais* (práticas dos agentes económicos); e *Práticas sociais e culturais transnacionais* (fluxos transfronteiriços de pessoas e culturas, de informação e comunicação).

Os processos de globalização resultam das interacções entre estas três constelações de práticas e no âmbito destas interacções são gerados conflitos e trocas desiguais —*transconflitualidade*.

O autor distingue quatro processos de globalização, produzidos por outros tantos modos de produção de globalização. O autor define *modo de produção de globalização*, como o *conjunto de trocas desiguais através das quais um determinado artefacto, condição, entidade ou identidade local estende a sua influência para além das fronteiras nacionais e, ao fazê-lo, desenvolve a capacidade de designar como local outro artefacto, condição, entidade ou identidade rival*⁶².

Este modo de produção desdobra-se em quatro *formas de globalização*⁶³: *Localismo Globalizado* —processo através do qual certo fenómeno local é globalizado com sucesso. É disso exemplo, a transformação da língua inglesa em língua franca e a globalização do *fast-food* americano; *Globalismo Localizado* —consiste no impacto específico nas condições locais produzidas pelas práticas e imperativos transnacionais que decorrem dos localismos globalizados: é a “globalização passiva”; *Cosmopolitismo* —forma de resistência às duas formas anteriores que consiste em tentar transformar as trocas desiguais em trocas de autoridade partilhada, através de lutas contra a exclusão, a inclusão subalterna, a dependência, a desintegração, a despromoção. As actividades cosmopolitas incluem movimentos e organizações no interior das periferias do sistema mundial, redes de solidariedade transnacional não desiguais entre Norte e Sul, articulação entre organizações operárias dos países integrados nos diferentes blocos regionais ou entre trabalhadores da mesma empresa multinacional operando em diferentes países, redes internacionais de assistência jurídica alternativa, organizações transnacionais de direitos humanos, organizações não governamentais transnacionais de militância anticapitalista, redes de movimentos e associações indígenas, ecológicas ou de desenvolvimento alternativo. É a *subpolítica* defendida por Ulrich Beck e a sociedade dos movimentos civis; e por fim, *Património Comum da Humanidade* —forma de resistência, que consiste em lutas transnacionais pela protecção e desmercadorização de recursos, entidades, artefactos, ambientes considerados essenciais para a sobrevivência da

⁶² SANTOS, B. (org.) (2005) *Globalização —Fatalidade ou Utopia?*, Volume 1, Edições Afrontamento, 3ª ed., pág. 69.

⁶³ SANTOS, B. (org.) (2005) *Globalização —Fatalidade ou Utopia?*, Volume 1, Edições Afrontamento, 3ª ed., págs. 71 e segs.

humanidade e cuja sustentabilidade só pode ser garantida à escala planetária. É o exemplo das lutas ambientais, lutas pela preservação da Amazónia, da Antártida, biodiversidade ou fundos marinhos.

Refere Boaventura de Sousa Santos que, através destas duas últimas formas —o cosmopolitismo e a defesa do património comum da humanidade— deve ser constituída uma globalização política alternativa à hegemonia económica. Esta globalização política deve ser transnacional e correspondente à que até agora vinculou mutuamente cidadãos e Estado-nação. Os *globalismos localizados* e os *localismos globalizados* fazem parte da chamada globalização hegemónica, a globalização de cima para baixo. O *cosmopolitismo* e a *defesa do património comum da humanidade* constituem globalizações de baixo para cima, ou contra-hegomónica.

O processo de globalização nem sempre se manifesta de forma abrupta e intensa. Por vezes assistimos a processos mais lentos, mais difusos, ambíguos cujas causas são mais indefinidas. Boaventura de Sousa Santos propõe a distinção entre globalização de alta intensidade (processos mais rápidos e intensos) e globalização de baixa intensidade (processos mais lentos, difusos e ambíguos).

A globalização de baixa intensidade tende a dominar em situações em que as trocas são menos desiguais, ou seja, em que as diferenças de poder são pequenas. A globalização de alta intensidade tende a dominar em situações em que as trocas são desiguais e as diferenças de poder são grandes.

O período actual, segundo o autor é o período do Sistema Mundial em Transição. Defende, assim, uma leitura paradigmática da realidade. Nesta leitura a tendência é para uma avaliação apocalíptica na avaliação dos medos, riscos, perigos e colapsos do nosso tempo, mas mais ambiciosa relativamente ao campo de possibilidades e escolhas. O processo de globalização pode assim ser visto, quer como altamente destrutivo de equilíbrios e identidades insubstituíveis, quer como a inauguração de uma nova era de solidariedade global e cosmopolita.

* * *
* * *

Deste processo de globalização, nascem —repita-se— duas das consequências mais problemáticas com as quais nos deparamos hoje em dia, ao nível social: a *riqueza e a*

*pobreza locais —riqueza globalizada e pobreza localizada (Zygmunt Bauman)— e a questão do capitalismo sem trabalho*⁶⁴.

No que concerne à questão da riqueza e pobreza locais, Zygmunt Bauman defende que os mercados globais de bens de consumo, junto com as informações, tornam indispensável a escolha. Contudo, a forma de escolha continua a ser definida ao nível local, ou comunitário, de forma a assegurar novos distintivos simbólicos, para as identidades renovadas, ou reinventadas.

Neste cenário de escolha a globalização, a par da diversidade e multiplicidade glocal, apresenta consequências nefastas. Bauman defende que o nexo global-local tem contribuído para a desagregação da sociedade mundial. A globalização e a localização são duas faces da mesma moeda e ao mesmo tempo são forças impulsionadoras e formas de expressão de uma nova *polarização e estratificação da população mundial em ricos globalizados e pobres localizados*.

A glocalização encerra em si mesma, uma nova repartição, ao mesmo tempo, de privilégios e ausência de direitos, riqueza e pobreza, possibilidades de triunfo e falta de perspectivas, poder e impotência, liberdade e falta de liberdade. A globalização, segundo este autor, deve ser entendida como o processo da nova estratificação a nível mundial, através do qual se constrói uma nova hierarquia a nível mundial. Contudo, o certo é que, nesta era da globalização, o que para uns é pura eleição, para outros é um cruel destino.

Desde tempos imemoriais, que o conflito entre pobres e ricos significava relações de dependência recíproca. Hoje em dia, tal é cada vez menos certo. Cada vez menos, os ricos necessitam dos pobres. Estes, já não têm qualquer utilidade. O novo desta era global, segundo Bauman, é o facto de se ter perdido o nexo de ligação entre pobres e ricos, como consequência da globalização, que divide a população mundial em ricos globalizados, que dominam o espaço e que não têm tempo, e pobres localizados, que estão presos no espaço e ocupam o tempo, sem terem nada para o ocupar.

Entre estes ganhadores e perdedores da globalização, não existe nem unidade nem dependência. Pobres e ricos deixaram de ser dependentes, e o mais grave é que se perdeu o fim último dessa dependência: a possibilidade e a necessidade da solidariedade. Esta relação de dependência, que existia sob a forma de desigualdade, deixa de ter lugar nesta sociedade do risco global.

Assim, globalização pode ser considerada como um eufemismo, na medida em que transparece uma ideia de criação de relações para além da dependência e da

⁶⁴ Neste ponto cfr. BECK, U. (1999) *Que és la Globalización? –Falácias del Globalismo, Respuestas a la Globalización*, Ediciones Paidós Ibérica, pág.s 87-98.

unidade que não corresponde à realidade. Como pode existir relação para além da de dependência, se esta mesma já não existe?

Em consequência do fenómeno da globalização assiste-se hoje em dia, à ascensão do capitalismo sem trabalho. É certo que a globalização acentua a polarização entre pobres e ricos; contudo não é possível excluir aos pobres do mundo.

Bauman, não esclarece a questão do porquê, e de que modo, a globalização lida com os últimos laços que perduram entre os mais ricos e os mais pobres: terá ficado sem trabalho a sociedade do trabalho?

O capitalismo destrói o trabalho, e as situações de desemprego já não se apresentam como uma realidade tão distante e “absurda” para algumas pessoas, como se apresentavam há anos atrás; afecta-mos a todos.

Toda esta questão da flexibilização do mercado laboral, até ao momento, não fez mais que dissimular de alguma forma, a questão do desemprego. O volume de trabalho remunerado tem vindo a desaparecer e dirigimo-nos a passos largos para a realidade do *capitalismo sem trabalho*. A máquina substituiu o homem.

No âmbito do debate e opinião pública, existem três mitos que se continuam a defender: a questão é muito mais complicada do que parece (mito da impenetrabilidade); o auge da sociedade dos serviços, pode salvar a sociedade do trabalho (mito das prestações dos serviços); e por fim, a redução dos custos laborais (mito dos custos laborais).

Já não se trata apenas da redistribuição do trabalho, mas sim e também da redistribuição do desemprego.

Os políticos, as instituições, e nós mesmos, movemo-nos no fictício mundo conceptual do pleno emprego. Queixamo-nos do “desemprego massivo”, mas continuamos a supor um posto de trabalho no qual trabalhamos oito horas por dia, até à aposentação.

São muitos os que defendem, e esperam que seja a sociedade dos serviços a salvação da sociedade do trabalho, e que se consiga assim afastar o fantasma do desemprego. Certo é que, a sociedade dos serviços cria novos postos de trabalho; contudo, extingue outros, por vezes a eles associados. É disso exemplo, os serviços de *call center* que levam ao encerramento de várias sucursais das empresas que apenas prestavam o serviço de atendimento e esclarecimento. O serviço deixa de ser personalizado, a empresa pode prestar esse serviço através do *call center* desde qualquer parte do país, ou mesmo do mundo.

Quando se fala no crescimento do sector dos serviços, não nos podemos abster da realidade dos postos de trabalho bem remunerados, mesmo a trabalhadores não especializados, mas com contratos de trabalho precários e trabalhos a tempo parcial. E a realidade é que os salários “baixam” e a precariedade dos postos de trabalho aumenta.

Por outro lado, cada é cada vez maior o número de pessoas que estão convencidas que, apenas com a diminuição dos custos laborais e salariais, se afastará a praga do desemprego. Beck toma como exemplo a realidade americana. Os postos de trabalho para trabalhadores especializados, que continuam a ser bem pagos e fixos, representam apenas 2,6%, e a mesma realidade era assistida na próspera Alemanha (dados da OCDE de 1996)⁶⁵. A situação é bem mais grave, quando falamos em trabalhadores não qualificados, muito mal remunerados. E o certo é que, nos Estados Unidos da América, foi este sector dos pequenos serviços, do qual fazem parte os trabalhadores não qualificados, que impulsionou e foi o principal responsável pelo crescimento e desenvolvimento americano. O certo é que, após este “milagre laboral”, entre 1979 e 1989 os salários dos trabalhadores dos escalões mais baixos caíram 16%, da classe média caíram 2%, enquanto que os salários mais elevados aumentaram 5%. E esta tendência manteve-se até à segunda metade da década de 90.

O capitalismo global propõe um aumento dos lucros, inibindo-se no que diz respeito aos trabalhadores, às suas condições de trabalho e salariais. Enquanto crescem as margens de lucro dos empresários globais, que deslocam as suas empresas para Estados onde as cargas fiscais são menores e as condições regulamentares mais favorecidas, provocam nos seus próprios Estados aumento da situação de desemprego. Para os seus países de origem, países desenvolvidos, tal implica menos receitas fiscais, menos investimento. Contudo, esses ricos empresários globais, continuam a exigir dos seus países de origem, cuidados de saúde especializados, boas universidades, condições de vida excepcionais, actividades culturais, ou seja, todos os luxos da segunda modernidade, que esse seu país de origem lhe possa proporcionar, sem que alguma vez para isso tenham contribuído.

Assim, quando o capitalismo global dos países desenvolvidos destrói a sua própria sociedade do trabalho, coloca também em causa a aliança histórica entre capitalismo, Estado assistencial e democracia. A democracia assenta basicamente na sociedade do trabalho, na qual à prestação de uma actividade produtiva, corresponde

⁶⁵ BECK, U. (1999) *Que és la globalización? – Falacias del globalismo, respuestas a la globalización*, Ediciones Paidós Ibérica, pág. 95.

necessariamente, uma panóplia de condições a ela associadas, nomeadamente a remuneração.

A questão do desemprego, não diz apenas respeito à questão do mercado de trabalho, à questão da economia, mas sim à própria democracia, à própria liberdade política e de exercício dos direitos de cidadania. A verdade é que, a questão do exercício dos direitos fundamentais de democracia, políticos, sociais e económicos, não devem ser encarados como uma contrapartida de um bom posto de trabalho bem remunerado, que quando não existe, nos permita deixar de exercer e tomar partido. Mas o certo é que, é esta a realidade...

É necessário tentar dar resposta à seguinte questão: até que ponto, será possível a democracia, para além da segurança oferecida pela sociedade do trabalho?

Associado ao processo de globalização, surge —repita-se— a noção de *globalismo*. Esta redução da globalização à sua vertente económica gera consequências e erros, para os quais a sociedade deve tentar dar respostas. Beck apresenta as suas próprias respostas.

2. A FALÁCIA DO GLOBALISMO⁶⁶

Como anteriormente referido, *globalismo* apresenta-se como a consciência do domínio da ideologia do mercado mundial. Uma ideologia que se sobrepõe a todas as outras. Globalismo encerra em si mesmo a redução da globalização à sua vertente económica. Contudo, sendo a globalização um fenómeno universal, cosmopolita, que abarca todas as dimensões, produz efeitos, quer seja ao nível social, ecológico, político, cultural, o globalismo exige que, cada Estado seja pensado e actue como uma empresa.

O autor refere que, face à realidade, a grande diferença entre a primeira modernidade e a segunda modernidade, é o carácter irreversível dos efeitos da globalidade, como anteriormente referidos.

Refere Beck —salvaguardando a sua posição— que não pretende condenar a vertente económica e financeira da globalização, ao elencar aquilo que determinou de “*erros do globalismo*”, mas sim, desvendar o que pretende a ideologia neoliberal ao

⁶⁶ Neste ponto cfr. BECK, U. (1999) *Que és la globalización? Falacias del globalismo, respuestas a la globalización*, Tercera Parte —Errores del Globalismo, Ediciones Paidós Ibérica, págs.164-177.

defender a supremacia do mercado mundial, e avaliar as consequências nos vários aspectos sociais.

Esta visão económica da globalização reflecte a ascensão da dimensão económica e das políticas neoliberais, em relação às restantes dimensões.

Em 1989 foi criado o *Consenso de Washington*⁶⁷.

Pelo autor, o globalismo, chega mesmo a ser apontado como a *metafísica do mercado mundial*⁶⁸. O mercado mundial reconduz todos os tipos de globalização (ecológica, cultural, política, social) à globalização económica; só lhes dando relevância quando associados e subordinados a essa globalização económica, o que, coloca em perigo todas as outras questões e dimensões realmente abarcadas pela globalização. A questão não pode ser avaliada apenas pelo lado económico.

Por outro lado, o autor refere também, como mais um ardil gerado pelo globalismo, a supremacia que as políticas neoliberais concedem ao comércio mundial. Pressupõe-se que, numa economia globalizada, mais facilmente se atinge uma riqueza mundial, utilizada posteriormente na diminuição das desigualdades sociais. De igual modo, funcionam no âmbito da protecção ambiental, onde é possível alcançar melhores

⁶⁷ O Consenso de Washington estabeleceu um conjunto de medidas —que se compõe de dez regras básicas— formulado em Washington, em Novembro de 1989, por economistas de instituições financeiras como o FMI, o Banco Mundial e o Departamento do Tesouro dos Estados Unidos, fundamentadas num texto do economista John Williamson, do *International Institute for Economy*, e que se tornou a política oficial do Fundo Monetário Internacional em 1990, quando passou a ser "receitado" para promover o "ajustamento macroeconómico" dos países em desenvolvimento que enfrentavam dificuldades. John Williamson criou a expressão "*Consenso de Washington*" em 1990, originalmente para significar: "o mínimo denominador comum de recomendações de políticas económicas que estavam sendo cogitadas pelas instituições financeiras baseadas em Washington e que deveriam ser aplicadas nos países da América Latina, tais como eram suas economias em 1989". Desde então a expressão "*Consenso de Washington*" fugiu ao controle de seu criador e vem sendo usada para abrigar todo um elenco de medidas e para justificar políticas neoliberais, com as quais nem mesmo Williamson concorda: "Claro que eu nunca tive a intenção que meu termo fosse usado para justificar liberalizações de contas de capital externo... monetarismo, supply side economics, ou minarquia (que tira do Estado a função de prover bem-estar social e distribuição de renda), que entendo serem a quintessência do pensamento neoliberal". O FMI passou a recomendar a implementação dessas medidas nos países emergentes, durante a década de 90, como sendo uma fórmula infalível, destinada a acelerar seu desenvolvimento económico. De início essas ideias foram aceites e adoptadas por dezenas de países sem serem muito questionadas. Só após a grave crise asiática, em 1997, da quase quebra da Rússia, que viu seu PIB cair 30%, da "quebra" da economia Argentina —que recebia notas A+ do FMI pelo zelo com que aplicava suas sugestões— e de outros desajustes económicos ocorridos pelo mundo, o "Consenso" foi adaptado e, desde 2004, já revisto pelo próprio FMI, que abandonou o dogmatismo inicial. A popularização dessas políticas económicas, foi muito facilitada pelo entusiasmo que gerou a queda do muro de Berlim e ajudada pela decadência do socialismo soviético, numa época em que ficou claro que os países que seguiam o planeamento central estavam fadados ao fracasso económico e político. As dez regras básicas a seguir eram: disciplina fiscal, redução dos gastos públicos, reforma tributária, juro de mercado, câmbio de mercado, abertura comercial, investimento estrangeiro directo, com eliminação de restrições, privatização das estatais, desregulamentação, e direito à propriedade intelectual. Cfr. <http://www.cid.harvard.edu/cidtrade/issues/washington.html> e <http://pt.wikipedia.org/wiki>.

⁶⁸ BECK, U. (1999) *Que és la globalización? Falacias del globalismo, respuestas a la globalización*, Ediciones Paidós Ibérica, pág.164.

resultados através de um comércio mundial livre, uma vez que a pressão competitiva sobre a obtenção de recursos contribuiu para um melhor tratamento da natureza. Contudo, vivemos num mundo bastante diferente daquele que era preconizado por David Ricardo, baseado nas vantagens comparativas, e o elevado desemprego do Terceiro Mundo e nalguns países da Europa, obriga esses países a orientarem a sua política económica no sentido da excessiva produção, à custa dos níveis de protecção social e do meio ambiente. Competem entre si e com os mais ricos da Europa, de forma a atrair o investimento directo estrangeiro, através da oferta de baixos salários e condições precárias de trabalho, sem qualquer tipo de protecção dos trabalhadores e do meio ambiente.

A tese de que, o comércio mundial incentiva a competição e conduz à redução de custos, resultando assim, vantagens para todos, é uma tese claramente cínica e utópica; uma vez que, apenas existem duas formas de reduzir custos: aumentando rendimentos e/ou diminuindo esses mesmos custos, apostando-se essencialmente na redução do factor mão-de-obra, lançando milhares para o desemprego.

E ao nível económico, quando se trata de falar em lucro —em verdadeiro lucro— o que na realidade se verifica é uma situação de *internacionalização*, e não de globalização. Os países mais desenvolvidos continuam a apostar no fortalecimento das relações comerciais apenas entre os continentes americano, asiático e europeu. O autor dá como exemplo as relações comerciais alemãs, nas quais é clara a existência de um eurocentrismo do comércio externo alemão, devido à proximidade geográfica e ao comércio interno no âmbito da União Europeia, que discrimina a oferta de outros países. A lógica económica, tendo em vista o lucro, centra-se onde residem as verdadeiras vantagens económicas para os países que participam nessa lógica.

“Em 1993, 20% do comércio interior alemão desenvolveu-se com os típicos países de baixos salários da África, América e Ásia, assim como, com os países em vias de reformas e com os que praticam comércio estatal na Ásia. Em 1993, 22,14% das importações alemãs procediam desse grupo de países. E para essa área foram 22,44% das suas exportações”⁶⁹.

⁶⁹ BECK, U. (1999) *Qué es la globalización? – Falacias del globalismo, respuestas a la globalización*, Ediciones Paidós Ibérica, pág. 167 e 168.

A maioria das trocas comerciais realizam-se entre países da União Europeia. Dados referentes às trocas comerciais dos países da UE-27, revelam que, na Alemanha 64,6% das suas trocas comerciais realizaram-se dentro do espaço europeu, com países membros da União Europeia. Em França tal percentagem atinge os 68,6%, em Espanha 63,0%, em Portugal 75,4% e na República Checa 80,1%. No que concerne ao comércio com países fora do território europeu, constatamos que 18% das trocas realizam-se com os E.U.A., 12,1% com o Canadá, 11,6% com a China e 10,5% com o Japão. In <http://epp.eurostat.ec.europa.eu/>.

Será então, mais correcto falar em internacionalização do mercado mundial, e não em globalização.

Beck refere também que, no âmbito do globalismo, este apenas ganha poder a partir da concepção e percepção, por parte da sociedade, das ameaças e riscos. É uma sociedade do risco, aquela que dá poder ao globalismo e conseqüentemente às empresas e agentes transnacionais.

São sobretudo, as ameaças que publicamente são discutidas que levam a que empresários e sindicatos estabeleçam acordos, com a finalidade de evitar, muitas vezes, o pior. Contudo, será mesmo o pior?! Ou será, por parte dos empresários, um aproveitamento para controlar trabalhadores e sindicatos?

A questão do domínio do globalismo, defende uma ideologia que estabelece, não o pensar economicamente ao nível global, mas sim, a necessidade de seguir o primado da economia.

O globalismo é uma acção puramente política, que pretende apresentar-se totalmente “apolítica”. Caracterizado pela carência de política enquanto revolução. Não se trata de intervir mas sim de seguir leis de mercado mundial que, lamentavelmente, obrigam a minimizar o Estado (social) e a democracia. A globalização económica é cada vez mais um projecto político, cujos agentes transnacionais e instituições (Banco Mundial, OMC, empresas multinacionais) fomentam a política económica neoliberal. E a grande consequência é a falha da percepção política. E a grande necessidade dela.

Desenvolvido pelo globalismo é o mito da linealidade. A expressão *cultura global* é enganadora. Conforme oportunamente referido, surgem culturas transnacionais e translocais. Contudo, a ideia de uma cultura global, linear e universal, é bem mais vantajosa e lucrativa para as empresas.

Durante gerações sonhou-se na possibilidade de o homem eliminar o trabalho, produzindo mais riqueza despendendo o menor esforço possível. Pois, agora que chegou esse momento, ninguém sabe o que fazer em tal situação. Assistimos a uma transição, a uma mudança de fundamentos. Mas não se trata de uma catástrofe ou de uma crise. Não deve ser entendida como catástrofe, a substituição do trabalho por produção automatizada em parte, e por vezes totalmente, pois, desta forma, podem abrir-se oportunidades de mercado e o surgimento de novas formas laborais, como o já debatido trabalho cívico.

Como defende o autor, o globalismo neoliberal paralisa a questão política. E quando nada há a fazer, apenas resta deixar funcionar as leis de mercado —é este o entendimento dos defensores do globalismo.

Esta ideia de globalismo tem levado à criação de determinadas coligações. Estas coligações assentam em princípios e valores obsoletos e sem aplicação prática na sociedade de risco actual. São coligações *negro-vermelho-verde*, da vertente proteccionista, revolucionária e ecológica, revestidas de objectivos, factos e contrariedades que proliferam na segunda modernidade, mas que se revelam contrárias aos verdadeiros objectivos e necessidades da sociedade do risco global.

A coligação referida pelo autor como *proteccionismo negro* exalta o Estado Nacional, através de ideologias e acções conservadoras de natureza contraditórias que, por um lado defende os valores tradicionais da nação (família, religião), mas por outro, desdobra a dinâmica económica a favor da missão neoliberal, desfazendo e aniquilando esses mesmos valores conservadores que apregoa.

A coligação *proteccionismo verde* interpreta o Estado Nacional como um *ser* (biótipo) político ameaçado de extinção, que o protege, ao nível ambiental, dos ataques do mercado mundial e, igualmente, da natureza ameaçada. Este *proteccionismo verde* encerra em si mesmo uma contradição, na medida em que nega a existência de uma crise ecológica global, ficando assim, desprovido de apoios para a criação de políticas ambientais mais eficazes.

Por último, a coligação *proteccionismo vermelho* preconiza a luta de classes do século XIX, mostrando uma certa nostalgia pelo Estado social defendido por Karl Marx. Contudo, o certo é que os fundamentos, objectivos próprios de uma época remota desapareceram e o “conflito” Estado social/mercado mundial, não pode ser visto de outra forma, que não seja no âmbito do processo de globalização e no cenário de uma sociedade do risco mundial.

Conforme exposto, a dimensão neoliberal das políticas económicas da globalização cria erros e mitos que se pretende ver desvendados. O autor propõe alternativas e respostas ao globalismo. E muitas dessas respostas são, inclusive estabelecidas pelo próprio processo de globalização, que se quer entendido sobre todos os prismas, nas suas várias vertentes e abarcando as mais diversas dimensões. Apela-se a uma globalização, a uma verdadeira globalização, que se apresente de forma multidimensional e transnacional.

3. AS RESPOSTAS À GLOBALIZAÇÃO⁷⁰

Por tudo quanto se explanou, o autor chega à conclusão primordial da necessidade de respostas preconizadas pela dimensão política da globalização. Perante a hegemonia económica, exige-se desde já, uma atitude *global*, uma resposta *transnacional*.

As respostas à globalização residem na crítica à ideologia neoliberal do globalismo, no seu carácter unidimensional apontando exclusivamente à economia mundial, no seu pensamento linear e único, e na dissimulação de uma política puramente económica, cujo principal objectivo assenta na lógica do lucro.

No âmbito desta invasão do pensamento económico, reduzindo, por meio do globalismo, a globalização à sua vertente económica, “*quais são as respostas políticas que podem perfilhar-se perante esta globalização?*”⁷¹

O autor contrapõe respostas políticas perfilhadas pelo próprio processo de globalização, aos erros determinados por via do globalismo.

Beck defende que uma das principais respostas políticas preconizadas no seio da globalização é a necessidade de cooperação internacional entre Estados. Defende a cooperação política entre países, com a finalidade de restringir as facilidades com que as empresas ditas globais conseguem minimizam as suas cargas fiscais e aumentar os auxílios estatais.

Compete à política explicar à opinião pública que globalização não significa seguir “às cegas” as leis do mercado. Pelo contrário. Com a globalização aumenta a necessidade de regulamentação internacional vinculativa, de convenções e instituições internacionais, através das quais se controlam as transacções comerciais internacionais. É necessária a existência de uma coordenação da política entre as nações soberanas, com uma melhor e maior vigilância internacional das instituições financeiras, com o propósito de combate ao *dumping* fiscal, e uma estreita cooperação entre as organizações internacionais, assim como o seu fortalecimento no sentido de aumentar a mobilidade e a eficácia.

Não se pretende responder à globalização com a criação de um grande Estado supranacional, mas sim com aquilo que o autor designa de “*acordos responsáveis*” entre as

⁷⁰ Neste ponto cfr. BECK, U. (1999) *Que és la globalización? Falacias del globalismo, respuestas a la globalización*, Quarta Parte —Respuestas a la Globalización, Ediciones Paidós Ibérica, págs.181-217.

⁷¹ BECK, U. (1999) *Que es la globalización? – Falacias del globalismo, respuestas a la globalización*, Ediciones Paidós Ibérica, pág.181.

nações⁷². Assim, refere Beck, que esses acordos deveriam definir, no plano económico, os limites das empresas multinacionais, as suas ideias de poder nacional e político, ou seja, a questão da soberania e da democracia, a questão das relações internacionais, através de um acordo transnacional. A cooperação internacional, como alternativa ao proteccionismo, garante ao Estado que as nações implicadas renunciem à rivalidade entre sistemas, a fim de situar a um nível social mais elevado a sua economia nacional através da concessão de vantagens competitivas internacionais. Mantendo a sua soberania e políticas nacionais, os Estados podem, por via desta cooperação, intervir no plano internacional.

Contudo, esta estratégia de cooperação entre nações é passível de algumas considerações. O pensamento actual continua fixo à ideia do nacional, e apenas se pensa ao nível internacional como uma forma, de alcançar o bem-estar nacional. Também não se toma em linha de conta a questão de que a política internacional é uma política desreguladora. Suscita dúvidas a questão de saber como a cooperação internacional vai poder travar e inverter a tendência de flagelos, como por exemplo, a questão do desemprego massivo. E o certo é que os Estados são egoístas, e todo e qualquer acordo que se estabeleça será sempre fundado em interesses particulares e nacionais dos Estados, sem que exista uma verdadeira perspectiva internacional e global.

Outra das respostas apontadas por Ulrich Beck é a questão da actuação de um Estado de forma transnacional. Ou seja, no seguimento da necessidade de cooperação internacional, os Estados devem adoptar políticas de actuação ao nível transnacional. Mas de forma consciente. Ora, se as grandes questões se assumem como globais, as respostas devem ser preconizadas, igualmente, no plano do global.

Actuando o Estado como Estado transnacional, substituir-se-á a relação de intercâmbio entre nações, que se excluem entre si, e de sociedades nacionais, por relações nas quais surgiriam alianças entre Estados —através da cooperação internacional— que se situariam na sociedade mundial, e que de esse modo, renovariam a sua especificidade e independência, no âmbito da sua actuação de Estado *local-global*.

Os Estados transnacionais devem unir-se como resposta à globalização desenvolvendo, assim, a sua soberania e identidade regionais, para além do âmbito nacional. São Estados nacionais e cooperativos. Estados em função de ser Estados cooperantes. Por outras palavras, a reunião inter-estatal abre aos Estados particulares

⁷² BECK, U. (1999) *Que es la globalización? – Falacias del globalismo, respuestas a la globalización*, Ediciones Paidós Ibérica, pág.183.

*post*nacionalidades e novos espaços de actuação. Contudo, o certo é que nesta matéria, voltamos a esbarrar no egoísmo estatal.

Os agentes nacionais ganham espaços de configuração política na medida em que conseguem incrementar a riqueza pública e económica, graças à cooperação transnacional. E assim, ao que na realidade se assiste, é à proliferação de Estados transnacionais, actuando como Estados comerciais globais que também se distanciaram do princípio do território e das prioridades do cálculo geopolítico. A consequência é que, da “guerra”, apenas saem vencedores alguns Estados nacionais.

Como alcançar e conseguir a estrutura política de um Estados transnacional?

Através de dois princípios: o princípio do pacifismo jurídico, segundo o qual se estabelece que, sem a construção de um direito internacional e das instâncias correspondentes, não será possível terminar com os conflitos transnacionais por meios pacíficos. Diferente do pacifismo social, uma vez que este situa no centro dos conflitos transnacionais causas sociais; do pacifismo religioso, que aspira ao diálogo e à equiparação entre religiões. O pacifismo jurídico também não se reporta à ausência de violência, e de poder militar. Este princípio é apenas a condição necessária, sem ser nunca a condição suficiente para a resolução pacífica dos conflitos.

Por outro lado, a estrutura política de um Estado transnacional, deve basear-se no princípio federalista do controlo inter-estatal, através do qual é permitido que o poder não se exerça de cima para baixo e que se controle, ou pelo menos que se neutralize horizontalmente. Claro que tal gera o problema de que, a instância que controla os Estados particulares não deve ser supra-estatal. Uma instância supra-estatal seria ineficaz, uma vez que seria monopolizada pelos mais fortes, e forçosamente conduziria a um Estado mundial.

O federalismo transnacional institui uma política de auto-integração activa dos Estados nacionais numa dependência internacional, multidimensional, e com a finalidade de tornar esses Estados, em Estados *glocais*, limitando o poder dos centros transnacionais.

Os Estados transnacionais renunciam a direitos de soberania nacional, no sentido de ir ao encontro da aquisição do poder político internacional em virtude da cooperação transnacional.

Contudo, tal só será possível concebendo-se a globalização como um projecto político. Só assim será possível intervir nas diversas dimensões afectadas pelo processo de

globalização. E neste sentido, a Europa converteu-se num desígnio de soberania transnacional.

Se é certo que o trabalho tem vindo a ser substituído pelo conhecimento e pelo capital, então uma nova política social deverá orientar-se no sentido da participação do trabalho no capital. Há que substituir a participação salarial pela participação na propriedade (no capital industrial, nos lucros e perdas).

Os limites desta estratégia política são evidentes. A alteração de objectivos de uma política de salários por uma política de participação no capital apenas afecta aqueles que estão integrados no processo laboral, ficando à margem os desempregados que se encontram de portas fechadas face ao mercado de trabalho. É totalmente discriminatória, no sentido em que, Estados já dominantes fortaleciam o seu poder, e haveria maior tendência para deslocações de empresas para países em vias de desenvolvimento. Viveriam cada vez mais, uns às custas de outros.

Outra das respostas propostas passará pela aposta na reorientação da política educativa. É necessário apostar em trabalho qualificado. Tal significa investimento ao nível da formação e da investigação. Há que tomar consciência que os verdadeiros activos tecnológicos de um país, para resolver os complexos problemas do futuro, se encontram nos seus cidadãos. Os seus conhecimentos, as suas habilidades, a sua contribuição para a economia mundial (e não a tecnologia e o capital como até hoje) determinam o bem-estar de um país. Dinheiro e fábricas, informações, maquinaria e imagens de marca encontram-se, fisicamente, ancoradas localmente; contrariamente, não se encontra ancorado o conhecimento nem a experiência.

O autor avança então com a “proposta” de orientar a política educativa no sentido da concessão de subsídios às empresas especificamente canalizados para a formação e conhecimento, investigação e inovação, a fim de facilitar a adaptação ao cenário de contradições impostas pelo processo de globalização. E uma das maiores respostas para esta globalização consiste em construir e reconstruir a sociedade da cultura e do saber; prolongar e não reduzir, a informação.

No âmbito das empresas transnacionais, Beck lança a questão sobre o processo de democratização mundial.

Um capitalismo transnacional que não paga impostos e que destrói empregos perde a sua legitimidade. É necessário que as empresas não afastem os seus princípios democráticos na cegueira pelo lucro económico, e que as questões sociais sejam o cerne da sua actuação.

A implementação de uma política de transparência no âmbito da actuação económica das empresas, de forma a responsabilizá-las perante os clientes, quer em torno da sua criação, actividade e produtos, assume a máxima importância, nesta sociedade global em que vivemos. E quem comercializa mundialmente deverá estar disposto a assumir responsabilidade mundial em relação às condições sociais e políticas desse comércio.

Contudo, a legislação social e de protecção ao meio ambiente não são suficientes para travar a expansão descontrolada da economia mundial.

Ao nível da orientação do mercado de trabalho, Beck refere que, existe hoje a constatação do facto que, cada vez se necessita menos de trabalhar para produzir maior quantidade de bens e serviços.

Neste sentido, o autor propõe uma reflexão sobre se seria possível valorar como um segundo centro de integração e actividade, juntamente com o trabalho remunerado, o trabalho cívico, que explique um compromisso cívico com a própria sociedade, manifeste capacidade para a auto-organização e ao mesmo tempo responda aos interesses de projectos políticos que não são suficientemente reconhecidos pelas instituições. Mas, que significa isto?

Apela Beck, à participação activa dos cidadãos na resolução de problemas sociais e políticos e ao empenho em desenvolver a sociedade, contribuindo, numa perspectiva altruísta, para o bem-estar colectivo.

É realidade hoje em dia, a obrigação de pagar e contabilizar economicamente o trabalho realizado com, por exemplo, a terceira idade, com os reclusos, com os doentes, com os indigentes, com os analfabetos, enfim, como os excluídos da sociedade.

Os movimentos *cívicos*, junto com o trabalho remunerado, contribuiriam para a estabilidade económica, e para a consolidação democrática social.

Os movimentos cívicos devem assim, ser orientados com base no voluntariado ou auto-organização e o financiamento público.

De acordo com o modelo proposto, aos desempregados no futuro ser-lhes-ia oferecida a opção de continuar no desemprego e receber ajuda social ou então no sector de voluntariado para o trabalho cívico. Este tipo de trabalho deveria ficar livre de impostos e deveriam ser criadas associações para o bem-estar, sem fins lucrativos.

Contudo, isto comporta novos problemas: o conflito no âmbito do protagonismo e da representatividade ao nível político, e a questão do trabalho qualificado e remunerado de profissionais (muito mais dispendioso!).

A fixação de novos objectivos culturais, políticos e económicos é outra das propostas perfilhadas pelo autor no cenário da globalização.

Com a queda do muro de Berlim, assistimos ao final de uma época e ao início de uma nova fase de desenvolvimento da história europeia; terminou, assim, a divisão da Europa.

A necessidade de união e objectivos de produção, de conquista do mercado mundial, com aspirações culturais e políticas, permitiu aos países da Europa de Leste a anexação à modernidade ocidental. E aí, sociedade de bem-estar, consumo de massas, segurança social. Tudo isto subordinado à ideia de liberdade política.

O autor reportando-se ao caso alemão, refere que hoje em dia, as potências comerciais de outrora, deixaram de o ser. A Alemanha de hoje já não se define como a nação exportadora por excelência. Países como a China, conseguem produzir a preços mais baixos os mesmos bens e com a mesma qualidade dos produtos característicos da indústria alemã. Por outro lado, também influencia o facto da deslocação dos mercados de bens de consumo em massa para outros países (América Latina, Europa de Leste, China, etc.). Aqui falha o modelo de nação exportadora, que foi seguido pela política económica alemã. A Alemanha, que era o maior exportador, entre outros bens, de veículos automóveis, viu o seu volume de exportação diminuído, pela concorrência estrangeira, devido à sensibilização ecológica. O que poderá substituir —relacionado com a cultura, a política e a economia— o modelo de “nação exportadora do Volkswagen”? Que inovações estão subjacentes à segunda modernidade no âmbito dos mercados e da cultura? O mercado mundial premeia a *diferença*. Ou seja, no mercado há que descobrir vantagens e oportunidades. A diferença torna-se hoje em dia, uma mais-valia. E torna-se necessário redescobrir vantagens através da combinação entre a defesa do meio ambiente e o desenvolvimento económico. Por outro lado, é necessário apostar no individualismo da Europa, face ao resto do mundo ao nível da competição no âmbito do mercado mundial. Contudo, hoje em dia poucas são as empresas que estão dispostas a correr riscos em prol da aposta em novos produtos, em inovações.

É igualmente necessário abandonar a ideia de homogeneização cultural. Vivemos num mundo onde impera o multiculturalismo. E a Europa não é excepção, pelo contrário. É, aliás, na diversidade cultural da Europa que reside a sua mais-valia.

Beck, por referência a H. Plantl⁷³, menciona que os direitos dos cidadãos não devem nunca depender da raça, da religião, da proveniência, ou das crenças. E contínua,

⁷³ BECK, U. (1999) *Qué es la globalización? – Falacias del globalismo, respuestas a la globalización*, Ediciones Paidós Ibérica, pág. 202.

referindo que, quem vive, trabalha e cumpre com as suas obrigações num determinado local, independente de dele ser ou não nacional, deverá ter os mesmos direitos que qualquer um dos outros cidadãos. Caso contrário, a verdadeira democracia não existe. Mas infelizmente, a grande maioria dos europeus, não pensa nem tem consciência dessa realidade.

A questão da individualização, como uma forma de auto-renovação social, do crescimento e da necessidade de descobrir novas fontes de desenvolvimento da própria pessoa, deve ser encarado, segundo Ulrich Beck, como mais uma das respostas apontadas.

No mundo de hoje, são cada vez mais os trabalhadores autónomos, que se dedicam ao trabalho independente. Hoje, face à figura de empregado trabalhador e empresário capitalista, surge um novo trabalhador “independente”.

Vive-se um processo de transformação, no qual as regras do *antigo* capitalismo já não funcionam, estão obsoletas, encontram-se ultrapassadas. O capitalismo actual pressupõe métodos mais astutos, mais complexos e mais...hipócritas. Agora tem de fazer face às consequências e riscos decorrentes da globalização.

Por fim, Ulrich Beck faz referência à questão social.

É impossível falar de globalização sem focar a questão social. E propriamente a questão do desemprego.

Nas últimas décadas temos assistido à construção de um fosso cada vez maior entre os rendimentos. Há ricos cada vez mais ricos e pobres cada vez mais pobres. Vivemos numa era em que o capital cresce sem trabalho. Logo, aumenta o capital, não aumenta o trabalho, consequentemente não aumenta o rendimento de quem depende desse trabalho. Mas nesta era global, se por um lado existe cada vez mais trabalho mas cada vez mais barato, existe também capital cada vez mais escasso e mais caro.

Aumenta o número dos afectados pela pobreza e pelo desemprego, que recai sobre todas os grupos sociais. As questões da pobreza e do desemprego, cada vez se identificam menos com grupos sociais, logo são situações cada vez mais difíceis de reconhecer.

Aumenta o número de conflitos sociais devidos pela distribuição da riqueza, e o fim desse conflito não está à vista...Cresce assim, a preocupação pela vida social; e perante tal cenário “*quanta pobreza suportará ainda esta democracia?*”.

“Ninguém tem resposta perante a questão chave da segunda modernidade, acerca de como tornar compatível com esta era global a justiça social.”⁷⁴

Contudo, e apesar de algum pessimismo apontado por Beck, o certo é que nesta era global, e de forma a combater os desaires da política social, em primeiro lugar será necessário abandonar a ideia de incompatibilidade face ao desenvolvimento económico. É necessário oferecer melhores condições e pô-las em prática. Já não chega discutir sobre o problema, é urgente agir...e este é o grande desafio da globalização.

É necessário encontrar respostas aos desafios e riscos produzidos pela própria modernidade. Esses desafios poderão ser vencidos se se conseguir produzir mais e melhor tecnologia, mais e melhor desenvolvimento económico, mais e melhor investimento europeu, mais e melhores postos de trabalho, mais e melhor protecção ambiental. E estas são as condições para vencer o desemprego, a destruição do meio ambiente, o egoísmo social, que afecta a Europa, ou seja, é necessário um agir concertado, unido e com objectivos de desenvolvimento sustentável compatível de forma multidimensional.

Estas respostas políticas capazes de neutralizar os riscos mais graves da globalização económica e realçar o projecto de uma nova modernidade, são apontadas por Beck como as *suas* respostas à globalização. E mais concretamente, ao globalismo, na medida em que algumas dessas respostas são estabelecidas pelo próprio processo de globalização.

A grande resposta política de Beck para a globalização é a própria Europa. Nesta era da globalização, em que o globalismo económico domina, apenas uma Europa intelectual e politicamente vital, é capaz de reelaborar a velha ideia europeia de democracia, na qual o Direito e as instituições internacionais se tomem no seu instrumento primordial. Manifestando concordância com Jürgen Habermas⁷⁵, Beck defende a necessidade de uma jurisdição penal universal, e ao seu serviço, uma força policial supranacional. A cooperação entre Estados, no âmbito das Relações Internacionais é, assim, fundamental.

É certo que não existe alternativa nacional à globalização e que a criação de um Estado transnacional como a União Europeia poderá ser a solução para a reconstrução da primazia da política e da capacidade de acção política nos campos social e económico dos Estados cooperantes.

⁷⁴ BECK, U. (1999) *Que es la globalización? – Falacias del globalismo, respuestas a la globalización*, Ediciones Paidós Ibéricas, pág. 211.

⁷⁵ *Uma discussão entre Ulrich Beck e Danilo Zolo – A Sociedade Global do Risco* (1998), in <http://lgxserver.uniba.it>.

Contudo...que tipo de Europa poderá ser “A” resposta ao fenómeno negativo da globalização?

No intuito de dar resposta, Beck preconiza uma Europa democrática, firme e transnacional.

Para Ulrich Beck, “Europa” é um espaço imaginário, não apenas um espaço geográfico. Apoiado no raciocínio de Milan Kundera, Beck parte para a proposta de uma Europa cujo significado aponta para *descobrir, ver e ler o mundo com ambiguidade*⁷⁶.

E a Europa política? Será uma ilusão? Por enquanto, sim, é! E o certo, como refere Beck (e bem!) é que, o mais preocupante não é o facto de não existir uma Europa política, mas sim o facto de dela não se sentir (por enquanto) necessidade...

A Europa é hoje um misto de mercado e burocracia⁷⁷, e não uma entidade política. E não é uma entidade política tanto para os próprios europeus, como para o resto do mundo. Falta *consciência europeia*.

O certo é que, hoje em dia, os europeus preferem “agarrar-se” ao que é conhecido, ao que já existe, em vez de aceitarem que o mundo entrou em metamorfose, e que nessa base é necessário mudar, adaptar e avançar.

O autor defende que, a questão da Europa política baseia-se numa pura utopia sobre o que deveria ser essa Europa política, na medida em que se defende a criação de “Estados Unidos de Europa” à semelhança dos Estados Unidos da América...ora, tal é de todo inconcebível! Porque, a verdade é que não existe uma verdadeira Europa unificada. Basta pensar ao nível das disparidades políticas, sociais, económicas, jurídicas, que existem entre os vários Estados e as assimetrias e disparidades entre eles. Agravadas com os sucessivos alargamentos. Basta pensar —repita-se— na falta de consciência europeia.

Será a Europa vista, apenas, como o fundo de concessão de subsídios? A primeira noção que se deve reter é a de que sem Europa não existe resposta ao globalismo! A Europa tem de ser capaz, no futuro, de dar respostas às questões em termos de mercado de trabalho, em termos ecológicos, em termos de política social, de política de emigração, de direitos humanos.

Defende Beck que, apenas no espaço transnacional que é a Europa, as políticas nacionais deixam de ser objecto de ameaças (e ameaçadas) ao processo de globalização, passando, assim, a ser elas quem o conduz.

⁷⁶ BECK, U. (1999) *Que es la globalización? – Falacias del globalismo, respuestas a la globalización*, Ediciones Paidós Ibérica, pág. 213.

⁷⁷ BECK, U. (2004) *Poder y Contra-Poder en la Era Global*, Editorial Paidós Ibérica, pág. 306.

Beck tem uma opinião curiosa a respeito da importância da Europa face à crise do Estado-Nação, como consequência da globalização. Afirma a ausência de um Estado mundial, mais concretamente, que actualmente vivemos uma sociedade mundial sem Estado mundial. Capitalismo globalmente desorganizado, onde apenas existe a aparência de um poder hegemónico, onde não existe regime internacional, seja de tipo económico seja do tipo político. Assim, sem Europa não há resposta à globalização. No entanto, que tipo de Europa se pretende alcançar?

Só no espaço transnacional da Europa se torna possível que as políticas nacionais deixem de ser objecto de ameaça à globalização e passem a ser o seu sujeito configurador. A criação de um Estado transnacional como a União Europeia poderá ser a solução para a reconstrução da primazia da política e da capacidade de acção política nos campos social e económico para os Estados cooperantes. E essa cooperação torna-se imperiosa.

O autor refere, como exemplo, a total desregulação do mercado de trabalho europeu, no qual os trabalhadores portugueses se deslocam para a Alemanha, enquanto os africanos invadem Portugal, e consequentemente, os alemães ficam desempregados (!). E esta desregulação faz os mais cépticos pensar que, assim, será preferível retroceder ao proteccionismo e voltar à Europa das fronteiras...Mas é claro que esta não será resposta! Torna-se sim, urgente regular ao nível europeu, convergir, harmonizar; e dar mais um passo em frente. Tornar a Europa única aproveitando a sua multidisciplinaridade. Não existe alternativa nacional à globalização mas existirá, certamente, no plano transnacional.

Ulrich Beck defende uma Europa que não se esgote nem se organize nos seus próprios limites, mas sim, uma Europa que defina uma política de intercâmbio com o resto do mundo, e que nesse mundo marque a sua posição; uma Europa que se defina, que se permita a si própria uma *segunda oportunidade*.

No entanto, requer-se uma mudança de pensamento para a Europa, uma mudança de estratégia, de objectivos, uma verdadeira revolução cultural. É necessário uma Europa que deixe de pensar apenas em termos económicos; que deixe de ser construída em torno de um “Banco” (Joschka Fischer)⁷⁸. Que deixe de pensar em termos puramente nacionais. E nessa medida ser, então, “A” resposta à globalização!

Beck refere que, efectivamente o que é necessário é a criação de novas ideias, de novos debates, instituições e associações de forma a superar as barreiras dos Estados

⁷⁸ BECK, U. (1999) *Que es la globalización? – Falacias del globalismo, respuestas a la globalización*, Ediciones Paidós Ibérica, pág. 215.

nacionais. Refere que, apenas uma Europa *intelectualmente* vital, é capaz de conquistar a democracia europeia nesta era de globalização. Para Beck, a União Económica e Monetária foi um passo de gigante nesse sentido, mas não chega.

A União Europeia é, até ao momento, a única entidade política transnacional, com capacidades para tal. Contudo, carece ainda de uma verdadeira e total visão global.

Jürgen Habermas⁷⁹, tal como Beck, apesar de defender de igual forma o ideal cosmopolita para o desenvolvimento da visão europeia transnacional, defende o Estado-Nação como referência obrigatória da política internacional.

Habermas refere que a soberania estatal é posta em causa pela própria perda de controlo estatal. Ou seja, o Estado isolado, com as suas próprias forças, não é capaz de defender os seus cidadãos contra os efeitos externos.

Por outro lado, a soberania é igualmente afectada, pelo crescente *deficit* de legitimação do processo decisório, e pela progressiva incapacidade de dar provas de acção de comando e de organização. Para Habermas, é necessária a conciliação entre o cosmopolitismo e a democracia.

Para Habermas é necessário uma transferência da soberania nacional, sem o perigo de cair no cosmopolitismo utópico. Assim, na perspectiva habermasiana, a soberania, apesar de limitada pelas novas formas de inserção internacional dos Estados, continua como um factor necessário para a actuação nacional e transnacional dos Estados-Nação.

Centrando-se na questão europeia e na importância que a União Europeia reveste, Habermas, sustenta a tese da necessidade de cooperação entre os Estados, de forma a dinamizar a economia do mercado global.

Refere também que, sem a transferência de soberania para instituições supranacionais, a União Europeia estaria condenada ao insucesso —foi uma *questão de sobrevivência do padrão social europeu*.

⁷⁹ Sobre a posição de Jürgen Habermas cfr, LONDERO, D. e NETO, D. *Habermas e a Integração Regional sob a óptica pós-nacional: perspectivas para o Mercosul* in <http://www.cori.unicamp.br>; *Habermas propõe plebiscito nas eleições europeias de 2009* (23/03/2007), in <http://www.dw-world.de>; *Jürgen Habermas completa 75 anos* (18/06/2004), in <http://www.dwworld.de>; *Sobre a Guerra, a Paz e o Papel da Europa – Entrevista com Jürgen Habermas*, in <http://www.unimep.br> e *Terra Instável – Entrevista com Jürgen Habermas* (01/04/2007), in <http://www.bresserpereira.org.br>.

Na era de globalização, Habermas, tal como Beck, tem consciência que este fenómeno é irreversível e que o capital financeiro não respeita as soberanias estatais, criando assim, conflitos pela obtenção e ocupação do poder.

Apenas com a transnacionalidade se conseguirá, de alguma forma, dar resposta ao processo de globalização; contudo, essa transnacionalidade tende a expulsar os Estados de todo e qualquer processo decisório, e perante esta realidade, aos Estados apenas resta a alternativa da cooperação internacional.

Os Estados nacionais continuam, ainda hoje, a ser considerados os actores, por excelência, no cenário das relações internacionais —quem, no âmbito da ONU, envia tropas para intervenções para fins humanitários, se não os Estados nacionais?

O que deve mudar ao nível dos Estados, é a sua própria *consciência*. Eles devem aprender a ver-se como membros obrigados a respeitar normas comunitárias. Precisam de aprender a defender os seus interesses no âmbito internacional por meio da diplomacia e não através de ameaças e do uso da força militar por iniciativas isoladas.

Assim, e tendo em conta a globalização económica, os elevados níveis de competitividade e a volatilidade do capital financeiro, os Estados europeus devem encontrar a sua alternativa —*A União Europeia*. A redução da soberania estatal em prol de instituições transnacionais foi a resposta encontrada para a sobrevivência do padrão social europeu.

Para Habermas, nos termos da sua *Teoria da Acção Comunicativa*, é a sociedade que deve criar as suas próprias regras por meio de um discurso não-autoritário, através do qual os próprios cidadãos entram em acordo sobre o que é, ou não, permitido. O diálogo é palavra de ordem. Assim, deverá ser também a filosofia da União Europeia. Pois, aquilo a que se tem vindo a assistir é a ascensão ao poder de grupos dominantes através da distorção de linguagem, comunicação e informação prestadas aos grupos hierarquicamente inferiores. O diálogo é marcado pela força, através do qual os grupos inferiores aceitam o que lhes é transmitido como sendo legítimo e verdadeiro, sem compreenderem a exploração à qual estão submetidos.

*“O conteúdo normativo da razão comunicativa consiste no facto de os indivíduos terem de se comprometer com um conjunto de pressupostos programáticos e formais, de forma a garantir o sucesso de uma interacção linguística orientada para um acordo universal ideal.”*⁸⁰

⁸⁰ SILVA, F. C. (2001) *Habermas e a esfera pública: reconstruindo a história de uma ideia*, Revista Sociologia, Problemas e Práticas. Lisboa. ISSN 0873-6529. Nº 35, págs.117-138, in <https://repositorio.iscte.pt/bitstream/10071/403/1/35.05.pdf>, acedido em 07/10/2008.

Deste modo, para Habermas, o diálogo poderá contribuir para a formação de acordos responsáveis e legítimos entre os Estados. E, a par da comunicação, formação e informação são armas contra os perigos da globalização.

Sugere uma Europa unida e fortificada como contrapeso à influência dos Estados Unidos da América. Falta, segundo Beck e Habermas —repita-se— uma verdadeira consciência europeia. Falta participação activa dos cidadãos europeus nas decisões que os afectam de forma directa. Pugna-se pela introdução de mecanismo de participação activa, como o referendo. Tanto Habermas, como Beck preconizam a continuação de uma Europa “a passo e passo”, a construção de uma base sólida, a resolução de problemas que vão desde a necessidade de correcção de assimetrias económicas e sociais, à necessidade de harmonização legislativa.

Preconiza-se uma Europa unida, forte e sólida, baseada em princípios fundamentais, baseada nos direitos humanos, baseada na democracia. É necessário assegurar a manutenção dos padrões sociais e culturais europeus, nesta era da globalização. E *(re)*descobrir a consciência europeia. Uma Europa que contemple a diversidade e a diferença como uma mais-valia. Uma Europa que se quer cosmopolita.

Em que se baseia, e como se constrói, *essa Europa* que se quer *cosmopolita*? E de que forma poderá ser, efectivamente, “A” resposta à globalização?



III

A EUROPA COSMOPOLITA

A Resposta?

“A Europa Cosmopolita é a última utopia realmente em marcha na Europa. Trata-se de algo novo na história da humanidade, uma futura formação Estatal que se fundamenta no reconhecimento cultural do «outro»”

Ulrich Beck

PONTO PRÉVIO

O projecto de Ulrich Beck sobre a Europa encontra-se desenvolvido numa trilogia onde o autor expõe o seu projecto cosmopolita. A necessidade de um contra-poder face à hegemonia capitalista —*Poder y Contra-poder en la era Global* (2005)—, a necessidade da adopção de uma visão cosmopolita —*La Mirada Cosmopolita o La Guerra es La Paz* (2001)— e a concretização do cosmopolitismo no cenário europeu —*La Europa Cosmopolita—Sociedad y Política en la segunda modernidad* (2006).

Na sua obra *Das Kosmopolitische Europa* (2004) (trad. *La Europa Cosmopolita—Sociedad y Política en la segunda modernidad*, 2006), encontra-se retratada a visão de Ulrich Beck sobre o caminho a seguir e sobre o futuro da Europa. Nesta sua obra, escrita conjuntamente com Edgar Grande, Beck aponta o caminho que a Europa e o modelo europeu deverão seguir: o cosmopolitismo elevado as todas as dimensões: económica, cultural, social e política.

O modelo europeu pensado, criado e que funcionou durante 50 anos, encontra-se, hoje em dia, totalmente ultrapassado. É necessário pensar de novo a Europa. Esta nova realidade europeia, nomeadamente com o alargamento aos países do leste, exige novas formas de organização, novas formas de reflexão, novas formas de cooperação. Exige-se uma nova Europa, ampliada e coesa, uma Europa com uma nova visão, com uma visão cosmopolita. Exige-se uma nova atitude, novos padrões de organização e orientação. Exige-se uma nova consciência...uma consciência europeia, uma consciência cosmopolita.

Para Beck, esta visão cosmopolita é essencial, e necessária para que a Europa se afirme como resposta ao processo de globalização.

Com o processo de europeização e o alargamento acentuam-se as diferenças geográficas, e ao nível do pensamento político e social; contudo, a Europa apresenta-se hoje em dia como a única alternativa política e capaz.

Em 2004 assistimos ao alargamento europeu aos países do leste da Europa, funcionando fundamentalmente, como forma de superação da profunda divisão aberta com as guerras mundiais do século passado e a guerra-fria. E enquanto que os países da Europa ocidental encaram as questões europeias como um caminho em construção, os novos Estados pretendem um compromisso com as políticas existentes e a estabilidade tão desejada. Os Estados que vieram integrar esta “grande família” que é a União Europeia, são ainda, para os vizinhos ocidentais, uma terra desconhecida.

As assimetrias fazem-se sentir. E a questão que se coloca é a de determinar quem e em que termos, pode organizar uma agenda política para esta gigantesca entidade que abarca 27 Estados-membros e cerca de 500 milhões de pessoas.

Talvez não possamos lamentar que, passado mais de 2 500 anos de história, a Europa continue sendo apenas um projecto; talvez seja necessário reconhecer e aceitar que é precisamente isto que constitui a realidade do projecto de europeização; reconhecer também, que uma das principais dificuldades radica no facto de que a “agenda política” que os europeus idealizam não corresponde à que determina a realidade da Europa. É também necessário reconhecer que a situação de crise política e ideológica que a Europa atravessa reside precisamente na incapacidade de compreender os acontecimentos contraditórios, como parte de uma “empresa” comum dos europeus. E é possível que tal, e não as distâncias geográficas, seja uma das razões pelas quais as instituições da União Europeia, que estão ao serviço dos cidadãos, pareçam a estes completamente distantes, irreais e irrelevantes. Esta realidade carece de uma séria mudança.

As reservas energéticas correspondentes à visão nacional que a Europa tem adoptado neste últimos 50 anos encontram-se completamente esgotadas. A criação de um mercado comum europeu e a ampliação da União Europeia aos países de leste transformou radicalmente as condições internas da política europeia; e ao mesmo tempo, a globalização e os novos conflitos políticos internacionais deslocaram as coordenadas externas de integração europeia. Perante este cenário, reformas institucionais como a criação de uma Constituição Europeia, não são suficientes. Torna-se imperioso *pensar de novo a Europa!*

Ulrich Beck defende que a concepção europeia deve assentar num relato capaz de reconhecer e entender as realidades contraditórias criadas pelo processo de europeização como —repita-se— fazendo parte de uma empresa comum aos europeus; deve assentar numa nova visão política; e num novo conceito político de integração, tendo por base a noção e o reconhecimento da sociedade do risco global.

A ideia de uma Europa cosmopolita deve então assentar as bases na discussão da dita concepção política e analítica da Europa.

Para Beck, o grande problema da Europa não assenta no excesso de tarefas nem na defeituosa construção das suas instituições, mas sim, no facto de que a Europa continua a padecer de uma auto-concepção nacionalista que a incapacita de compreender a sua marcha e a sua missão histórica, e que a bloqueia de forma política. Esta concepção torna a Europa palco de rivalidades entre os vários Estados-membros: ou

Europa ou Estados nacionais. E qualquer outra opção fica completamente excluída. O processo de europeização para os vários Estados torna-se uma ameaça constante. A palavra “Europa” desperta temores e levanta barricadas e oposições sempre em defesa dos interesses nacionais, contra a própria Europa. Assim entendida, a questão de integração europeia converte-se fatalmente numa solução com a qual, no final, todos saem a perder, tanto a Europa como os Estados-membros.

Esta é a Europa que temos. Será a Europa que queremos?

Beck aponta outra solução: a Europa Cosmopolita.

1. O QUE SIGNIFICA “EUROPA COSMOPOLITA”?⁸¹

O conceito de *Europa Cosmopolita* rompe com o antigo conceito de alternativa —*ou isto ou aquilo; ou a Europa ou os Estados nacionais*.

Esta solução da Europa Cosmopolita apontada pelo autor não pretende substituir o Estado-nação, mas sim tornar a interpretar o seu conceito à luz dos ideais e princípios europeus, à luz de uma nova concepção do cosmopolitismo político.

O que se entende por *Europa*? O que significa *Europa Cosmopolita*?

Geralmente *Europa* é identificada com a União Europeia e com os seus Estados membros. Também se identifica a Europa com um espaço geográfico, económico e político formada pelo conjunto dos 27 Estados-membros.

Não existe uma definição concreta para *Europa*, e as inúmeras definições não são mais do que a definição do *processo de europeização*, entendido como um processo institucionalizado em permanente mutação, ou apenas, na sua visão mais redutora, o espaço geograficamente delimitado.

O que inclui e o que exclui a Europa? Onde começam e onde terminam os seus limites geográficos? Que forma institucional tem esta Europa e que arquitectura institucional deve ter no futuro?

⁸¹ Neste ponto cfr. BECK, U. (2005) *La Mirada Cosmopolita o la guerra es la paz*, Segunda Parte – Concreciones y Perspectivas, Ediciones Paidós Ibérica, págs. 136-243; BECK, U. (2004) *Poder y Contrapoder en la era global*, Capítulo I —Introducción: Nueva Teoría Crítica con intención cosmopolita—, Capítulo II —Crítica a la mirada nacional— e Capítulo III —Una política interior mundial que cambie las reglas: hacia las deslimitación de economía, política y sociedad—, Ediciones Paidós Ibérica, págs. 23-169; BECK, U., GRANDE, E. (2006) *La Europa Cosmopolita —sociedad y política en la segunda modernidad*, Ediciones Paidós Ibérica.

Europa não é uma realidade fixa e estabelecida. *Europa* designa uma geometria variável, interesses nacionais variáveis, políticas nacionais e internacionais variáveis, formas de Estados variáveis, identidades variáveis.

Europa compreende uma construção social que obedece à lógica das *consequências indirectas*, ou seja, as consequências imprevistas e colaterais decorrentes das decisões políticas. E é justamente aqui onde reside a modernidade da *Europa*; é precisamente aqui que a *Europa* se torna num modelo do processo de modernização reflexiva das sociedades modernas.

Para Beck a *Europa* deve ser entendida como um *projecto político aberto*. Deverá ter a pretensão de se definir de forma política, e conseqüentemente, preparar-se para a polémica questão da legitimidade. Na *Europa*, quem a inventa? Quem a constrói? Quem decide sobre a legitimidade da mudança das regras de jogo? As normas e jurisprudência emanadas pelo Tribunal Europeu de Justiça são um exemplo disso. Em virtude da sua jurisprudência, o Tribunal Europeu faz prevalecer a *Europa Cosmopolita* face à *Europa* nacional, servindo-se assim da força do Direito.

A *Europa* deve também ser entendida como um *conjunto de valores europeus fundamentais*. Este desígnio de incluir numa futura Constituição Europeia direitos, princípios e valores do povo europeu, suscita questões como: onde incluir a “herança espiritual, moral e religiosa” da *Europa*? Limita-se apenas esta herança à religião cristã ocidental, ou transcende-a? Neste último caso, incluirá ou excluirá o que Samuel Huntington (1996) determina de *círculo cultural ortodoxo*?⁸²

Foi no continente europeu que ocorreram as mais sangrentas guerras, e as maiores atrocidades aos direitos humanos, regimes totalitários, ditatoriais e nacionalistas, e no entanto, é através da salvaguarda de valores humanitários e categorias jurídicas que estes actos foram julgados e condenados como crimes de guerra. Neste sentido, um dos primeiros passos a dar pela *Europa cosmopolita*, é o reconhecer estas contradições e assumir perante os seus próprios actos, uma atitude autocrítica.

A *Europa* deve, igualmente, *reconhecer que a construção política tem um lado interno e um lado externo*. O processo de integração europeia nasceu no interior da *Europa*, de forma interna, como um processo que obedece a interesses nacionais, sendo promovido por instituições supranacionais. Contudo, o que na realidade acontece é todo o contrário: *Europa* foi, e é obrigada, desde fora, a definir-se politicamente e a adoptar uma posição em matéria de política internacional. São exemplos disso, a posição europeia face à

⁸² BECK, U., GRANDE, E. (2006) *La Europa Cosmopolita —sociedad y política en la segunda modernidad*, Ediciones Paidós Ibérica, pág. 27.

guerra no Iraque e o desejo da Turquia de fazer parte da União Europeia. Surgiram então, grandes problemas entre a “velha” e a “nova” *Europa*, entre a cultura cristã ocidental e a cultura islâmica oriental. Perante estas questões de índole político internacional, a *Europa* depara-se com questões paradoxais: por um lado, a delimitação da *Europa* no que respeita à questão turca, apelando a fundamentos de natureza cultural, social, jurídica e política; por outro lado, estes mesmos argumentos foram utilizados por alguns chefes de Estado e de governo para unir a *Europa* aos Estados Unidos da América na questão da guerra contra o Iraque, o que provocou a “separação” da *Europa* nesta matéria.

A Europa deve ser entendida também como uma *construção política que apresenta uma singularidade que a distingue de todos os projectos de formação de um Estado nacional*. A integração europeia foi, desde o princípio, um projecto dinâmico e aberto quanto aos resultados. A europeização manifesta-se para dentro, através da contínua ampliação das competências da União Europeia e as consequentes adaptações estruturais que ocorrem nos vários Estados membros; e para fora, através da continua ampliação da União e a exportação das suas regras e normas. Nos últimos anos, não foram apenas os limites territoriais e geográficos que se modificaram, mas sim também, os “limites políticos” entre a União e os Estados membros.

*“Europa não pode identificar-se com uma forma institucional determinada: a União Europeia”*⁸³. A *Europa* é muito mais...

Europa deve ser definida como um projecto político, sumamente complexo e extremamente diferenciado, um projecto variável desde o ponto de vista histórico e em permanente transformação. Não é possível definir *Europa* de forma clara, precisa e de uma vez por todas!

Hoje em dia, o conceito de cosmopolitismo está em voga e todos o pronunciam, chegando mesmo a empregá-lo indistintamente como sinónimo de globalização, globalidade, glocalismo, globalismo, universalismo, multiculturalismo, pluralismo, imperialismo. E em todos estes conceitos, é certo que se encontra presente o elemento cosmopolita; contudo, reconhecesse que entre todos eles existem diferenças.

O conceito de cosmopolitismo abarca duas dimensões: indica o passado e, simultaneamente, aponta ao futuro. Este conceito de cosmopolitismo pretende superar a dualidade que existe entre global/local, nacional/internacional, e determinar que não se encontra delimitado espacialmente. Este conceito, e a forma como aqui é utilizado, não

⁸³ BECK, U., GRANDE, E. (2006) *La Europa Cosmopolita —sociedad y política en la segunda modernidad*, Ediciones Paidós Ibérica, pág. 29.

se encontra ligado nem ao “cosmos”, nem ao “globo”, pode bem ser aplicado ao nível regional, e deste modo aplicar-se à Europa.

Uma das ideias centrais do cosmopolitismo, é o facto de no que se refere às diferenças culturais, raciais e sociais, não existir necessariamente (contrariamente ao que defende Huntington) uma subordinação hierárquica, mas sim *uma superação das diferenças*, ou seja, o reconhecimento ao nível institucional de normas universais que permitam fundamentar e defender a igualdade de tratamento entre todos.

O nacionalismo tende a unificar as diferenças, sendo assim propenso a negar a igualdade a outras culturas. Na primeira modernidade o nacionalismo era a forma típica de relacionamento com tudo o que representasse a diferença.

O cosmopolitismo distingue-se, na medida em que aceita a diferença e a compreende, na máxima do pensamento, convivência e acção, tanto dentro como fora. As diferenças não são, nem eliminadas, nem hierarquizadas, apenas aceites como elas próprias são e valoradas de forma positiva. O cosmopolitismo afirma o que as posições das desigualdades hierárquicas (nacionalismo) e da igualdade universal (universalismo) excluem —*perceber e aceitar os outros como diferentes e, nessa medida, como iguais*.

Contrariamente aos princípios do universalismo e do nacionalismo, que se baseiam em princípios de “*ou isto ou aquilo*”, o cosmopolitismo aponta no sentido do “*não só isto, mas também aquilo*”. O estrangeiro não é visto como uma ameaça, como uma afronta, mas sim como uma mais-valia, como algo que pode gerar riqueza. O princípio cosmopolita aceita e compreende os outros como diferentes e ao mesmo tempo como iguais. O cosmopolitismo aceita a diferença, mas não a converte em algo absoluto, apenas tenta encontrar formas de a tornar universalmente aceite. Para tanto, aponta como possível solução a formação de um conjunto de normas que vinculem a todos.

Uma Europa cosmopolita seria assim, uma *Europa da diferença, da diferença reconhecida e aceite*.

Desde esta perspectiva, a diversidade, seja de línguas, de estilos de vida, de ordens económicas, ou de formas de Estado e democracias, surgiria como uma fonte inesgotável e talvez como a fonte da auto-consciência de Europa, e não como um obstáculo à integração.

Mas o cosmopolitismo também significa limitação e regulação da diferença. *Uma Europa cosmopolita significa diferença e integração*. Deste modo oferece alternativa às concepções da integração europeia existentes até ao momento, que, ou situam a Europa por cima dos Estados nacionais, ou bem que pretendem subordinar a Europa aos

Estados nacionais e aos seus interesses nacionais e olham com total desconfiança para avanços no caminho da integração.

Contudo, é de suma importância determinar que a Europa cosmopolita não se opõe à Europa nacionalista. A Europa cosmopolita não pode (nem tem pretensões de tal) esgotar a Europa nacionalista, mas deve sim, “*cosmopolizá-la*” desde dentro. Assim pois, seria totalmente erróneo entender o nacional e o cosmopolita como dois níveis independentes e como dois princípios políticos que se excluem e se opõem um ao outro. Pelo contrário, o cosmopolita deve entender-se, desenvolver-se e investigar-se empiricamente como integral do que é nacional; ou seja, o cosmopolita transforma e conserva, abre a história, o passado e o futuro das distintas sociedades nacionais e as relações que estas mantêm entre si.

Uma pequena conclusão: *Cosmopolitismo* significa fundamentalmente, organização de contradições e ambivalências; estas devem ser suportadas e tratadas de forma política; eliminá-las é impossível!

E que consequências tem tudo isto para a Europa? Em que medida pode o conceito de cosmopolitismo ser útil para a Europa e para a política europeia?

O conceito de *Europa Cosmopolita* pode resumir-se, segundo Beck, em três teses⁸⁴. A primeira tese defendida por Beck é a tese do *Cosmopolitismo Institucionalizado*: “*a Europa nunca seria Europa sem esta diversidade que tão bem a caracteriza*”, já dizia Shuman, o antigo Ministro francês de Assuntos Exteriores. Esta diversidade, que funda uma identidade, abre uma fonte de possibilidades que é necessário aproveitar ao máximo, especialmente no que toca à abertura aos países da Europa Oriental: no seu contacto com as experiências históricas dos países pós-comunistas, a Europa Ocidental também há-de encontrar a sua visão cosmopolita, ou seja, a curiosidade por aqueles que são “diferentes” na Europa central. Desde o primeiro momento a Europa teve sempre interesses cosmopolitas, e a forma de integração europeia não tem precedentes, uma vez que transcende o conceito de nação e transformou a soberania nacional. O que distingue a integração europeia de outras formas de integração regionais é o reconhecimento e a aceitação de instituições comuns, cuja legalidade está por cima das instituições dos Estados-membros. Contudo, cosmopolitismo não pode identificar-se, sem mais, com supranacionalismo, uma vez que os Estados membros sempre conseguiram fazer valer em certa medida os seus interesses nacionais, com fortes contrapesos intergovernamentais. Assim, podemos então referir que o cosmopolitismo se institucionalizou na Europa

⁸⁴ BECK, U., GRANDE, E. (2006) *La Europa Cosmopolita —sociedad y política en la segunda modernidad*, Ediciones Paidós Ibérica, págs. 40 e segs.

através de dois princípios rivais e antagónicos: supranacionalismo e o intergovernamentalismo.

A segunda tese defendida pelo autor refere-se ao *Cosmopolitismo Deformado*. Então, não foi sempre a Europa *cosmopolita*? É certo que a Europa no seu processo de integração conteve sempre elementos cosmopolitas. É verdade que a Europa sempre foi cosmopolita, mas até hoje, apenas conseguiu alcançar aquilo que Beck denomina de *cosmopolitismo deformado*. Estas deformações derivam do egoísmo por parte dos Estados membros, dos interesses económicos, das desiguais decisões nas políticas europeias, da concepção tecnocrática da política que impera nas instituições supranacionais e da debilidade da sociedade civil. Tudo isto tem feito com que o cosmopolitismo seja construído a partir de cima, e não desde baixo para cima. Assim pois, *cosmopolizar* a Europa não significa *reinventar* a Europa, tornar a construí-la; *cosmopolizar* Europa significa atribuir destaque às próprias deformações que foram sendo criadas ao longo destes 50 anos, e deste modo reformar a Europa; *cosmopolizar* significa concluir um projecto, que se chama *Europa* e que se encontra inacabado.

Por último, refere Beck a tese do *Realismo Cosmopolita*⁸⁵. Mas, não será este, um projecto puramente idealista?

O que leva os Estados nacionais a aceitar o cosmopolitismo europeu, que em última instância implica uma renúncia a parte importante do seu poder e da sua soberania?

Beck responde a estas perguntas com a tese do *realismo cosmopolita*. No passado os Estados-membros da União Europeia não renunciaram ao seu poder por motivos idealistas, mas sim, pelos seus próprios interesses nacionais. Deste modo, actuaram de forma absolutamente realista. Os Estados estavam perfeitamente conscientes que apenas poderiam levar avante os seus interesses nacionais de forma concreta, reconhecendo os interesses legítimos dos outros Estados-membros e tendo em conta os seus próprios interesses. E desta forma, torna-se possível alcançar dois tipos de objectivos —os nacionais e os europeus.

Contudo, tal não significa que sejam sempre seguidos os interesses nacionais ou os europeus, ou que, por vezes estes não choquem. Pretende-se assim, esclarecer que a Europa não foi um projecto idealista, e que teve sempre por detrás interesses de índole nacional. O conceito de *Europa cosmopolita* aspira, assim, ao salto de paradigma no futuro.

⁸⁵ Neste ponto cfr. BECK, U. (2005) *La Mirada Cosmopolita o la guerra es la paz*, Primera Parte -El Realismo Cosmopolita, Ediciones Paidós Ibérica, págs. 29-135.

O *realismo cosmopolita* acenta essencialmente, numa sociedade mundial do risco que introduz uma nova lógica. Nenhuma nação consegue solucionar os seus problemas sozinha. Unidades transnacionais, criadas para a resolução de problemas mundiais, perseguem interesses puramente nacionais e egoístas. Apenas conseguirá sobreviver quem entende e pratica a política nacional num sentido cosmopolita. As organizações e instituições internacionais devem transformar os interesses nacionais; sempre que os Estados —entre os quais existem grandes diferenças— cooperam e respeitam os princípios democráticos e valores do direito internacional enfrentando riscos e perigos globais, surge algo de novo, algo distinto. Esta é a razão pela qual instituições como a União Europeia e a ONU são de tal forma importantes para garantir a efectividade e a legitimidade de uma política global do risco. O conceito de unilateralidade deve ser abandonado, na medida em que se torna antieconómico. O realismo cosmopolita pelo contrário é também um realismo económico. Poupa nos custos para posteriormente os distribuir. Poupa, no sentido de que não gasta desmedidamente com os gastos militares, e reparte porque responsabilidade compartilhada, soberania compartilhada, significa custos compartilhados. Assim, a unilateralidade nacional destrói as possibilidades que oferece uma política transnacional, ou seja, a colaboração entre Estados e a prossecução do realismo cosmopolita será uma possível escolha acertada.

Realismo Cosmopolita não significa abdicar ou renunciar à prossecução de interesses nacionais; significa sim, harmonizá-los, moderá-los e adaptá-los à realidade.

Assim, refere o autor que é necessária uma mudança. Tendo como ponto de partida o cosmopolitismo deformado, avança com uma nova *Teoria Crítica da política e das sociedades europeias*. Beck não defende que o processo de integração europeia tenha ido longe de mais. Pelo contrário, “*Europa não é suficientemente europeia, assim os objectivos de «mais Europa», devem ser entendidos em termos cosmopolitas. A teoria crítica da Europa também é uma teoria autocrítica: a Europa cosmopolita não é uma nova máquina de felicidade, mas sim um guia para lidar com as ambivalências; e estas ambivalências são impossíveis de eliminar, constituem um rasgo científico da segunda modernidade*”.⁸⁶

⁸⁶ BECK, U., GRANDE, E., (2006) *La Europa Cosmopolita – Sociedad y Política en la segunda modernidad*, Ediciones Paidós Ibérica, pág. 51.

2. A MODERNIZAÇÃO REFLEXIVA DA EUROPA

A teoria da modernização reflexiva é apontada pelo autor como a teoria através da qual a Europa poderá conseguir alcançar o cosmopolitismo⁸⁷. Esta teoria permite captar o conceito de ambivalência da Europa —passado, presente e futuro— conjugando-o, e dando-lhe uma *outra* realidade. Permite uma visão autocrítica. Esta teoria assenta em três componentes bases: o *teorema da sociedade do risco*, o *teorema da individualização forçada*, e o *teorema da globalização multidimensional*.

Estes três teoremas completam uma mesma linha de pensamento e reforçam-se mutuamente: *sociedade do risco*, *individualização*, e *globalização* são entendidas como formas da modernização, que na transição para o século XXI, no momento em que a própria modernização “se olha a si mesma”, se dissolve a fórmula da primeira modernidade.

Na primeira modernidade, assistimos a uma lógica que distinguia claramente entre “pessoas”, “coisas” e “acções” e diferencia esferas de acção e formas de vida que por sua vez, tornaram possíveis atribuições institucionais de faculdades, competências e responsabilidades. Esta *lógica da unicidade* característica da primeira modernidade foi, posteriormente, substituída pela *lógica da dualidade* nesta segunda modernidade. As ideias e fundamentos clássicos da sociedade fundem-se, mudam de significado, tornam-se permeáveis, e alheios à ciência social clássica. No âmbito da lei da europeização, as dualidades e coordenadas de dentro e fora, interior e exterior, sociedade e política, nós e os outros, rompem-se e transformam-se. A lógica da unicidade, do “*ou isto ou aquilo*” em sociedade e em política, deve ser substituída pela lógica da dualidade, da dúvida, pelo princípio do “*não só, mas também*”. Estamos perante uma dualidade de conceitos que excluem; uns que se excluem mutuamente (como nacional/internacional: hoje em dia fala-se em global) e outros que se excluem um ao outro (como homem/cidadão, europeu/francês, europeu/cristão, europeu/muçulmano).

A análise à Europa, a partir de uma perspectiva teórica da modernização reflexiva encontra-se ligada ao *teorema da ruptura estrutural*, na medida em que a evolução das sociedades modernas desde o último quarto do século XX caracteriza-se por uma descontinuidade, por uma ruptura estrutural através da qual as instituições básicas da política, da economia, da ciência, foram substituídas por novas instituições. A europeização deve ser entendida como parte de um amplo processo de modernização social reflexiva.

⁸⁷ Neste ponto cfr. BECK, U., GRANDE, E. (2006) *La Europa Cosmopolita —sociedad y política en la segunda modernidad*, Capítulo II —La Modernización Reflexiva de Europa—, Ediciones Paidós Ibérica, págs. 53-80.

Pressupõe a máxima do *não só, mas também Europa*. A relação entre a primeira e a segunda modernidade não é uma relação de exclusão.

O processo de modernização reflexiva da Europa subentende também o *teorema das consequências indirectas*. Como se produz a transição da primeira para a segunda modernidade? A dinâmica ilimitada da modernização supera as distinções básicas, as instituições básicas da primeira modernidade; mas isto não sucede através de crises nem de revoluções, mas sim de forma não intencional. Muitas das consequências que esta transição gerou são indirectas, paralelas.

Subjacente se encontra, igualmente, o *teorema da dinâmica própria*. A transição da primeira para a segunda modernidade não se produz através do afundamento da primeira modernidade; produz-se de forma furtiva e deve atribuir-se à radicalização da sua dinâmica própria, ou seja, ao desenvolvimento da ciência, da técnica, dos direitos fundamentais, ao aumento da mobilidade, dos grandes fluxos de capital, etc.

Por fim, Beck faz referência ao *teorema da auto-transformação*. A transição para a segunda modernidade não deve ser entendida como uma simples mudança, mas sim como uma *meta transformação*, ou seja, como uma transformação do marco de referência da mudança.

Perceber toda esta dinâmica e transformação da primeira para a segunda modernidade, é a forma de abrir uma nova perspectiva política para a Europa, de modo a ser possível e real a intervenção de novos actores, outras estratégias, outras instituições, ou seja, noutras palavras, uma nova arquitectura política.

Danilo Zolo (1997) questiona: *é possível a existência de um projecto cosmopolita que seja distinto de uma empresa inumana e brutal?* Sim. Contudo, apesar de vivermos essa realidade, e de a Europa ser a sua encarnação, é-o ainda, de forma insuficiente.⁸⁸

Qual será, realmente a novidade desta *Europa*? Desta *Europa Cosmopolita*?

Porque merece a pena ocuparmo-nos dela desde esta perspectiva da teoria da modernização reflexiva? E, em que medida pode contribuir esta perspectiva para a compreensão da europeização e para a realização de uma Europa cosmopolita?

À primeira vista, *Europa* parece um objecto de reflexão inapropriado para o pensamento científico-social. A ideia de Europa é muito antiga e remonta ao século XIV. E a Europa não é algo assim tão singular. Muito pelo contrário. O processo de europeização pode, e deve, ser entendido como parte de uma “ruptura fundamental” na

⁸⁸ BECK, U., GRANDE, E., (2006) *La Europa Cosmopolita – Sociedad y Política en la segunda modernidad*, Ediciones Paidós Ibérica, pág. 56.

evolução das sociedades modernas. Este projecto é muito mais que o simples abolir de fronteiras, um mercado comum ou uma moeda única. A teoria da modernização reflexiva da *Europa* defende a formação de novas estruturas numa sociedade nova, transnacional que se subtraia ao marco do Estado nacional e ao mesmo tempo transforme as suas próprias instituições básicas —esta é a tese da ruptura estrutural. Esta ruptura, que se inicia com o surgimento da segunda modernidade, de uma *modernidade modernizada* deve ser entendida —como vimos anteriormente— como uma dialéctica de continuidade e de descontinuidade. O que é velho não é substituído sem mais, mas é ampliado, transformado, completado. E é justamente este modelo de transformação, de mudança, que caracteriza o modelo de mudança social. Contudo, tal não significa que tudo mude, ou que tenha necessariamente que mudar. O centro da teoria da modernização reflexiva é ocupado pela relevância que é dado a um tipo de transformação muito concreto: a transformação das instituições básicas das sociedades modernas.

De entre as várias formas de organização política, o Estado Nacional é, sem sombras para dúvidas, a instituição básica, por excelência, da primeira modernidade. Esta instituição caracteriza-se pela *soberania absoluta; racionalidade burocrática da organização e das formas de procedimento; principio de fundamentação normativa que pressupõe e tem como consequência um elevado grau de homogeneidade cultural* —o nacionalismo; *procedimentos específicos de participação política e de legitimação democrática da política baseados no principio de representação*; e por último, *um número de problemas cada vez maior, que se refere essencialmente à protecção contra os riscos individuais e colectivos*⁸⁹.

A soma de todos estes factores, resulta naquilo que podemos apelidar, juntamente com Habermas (1998) de “*constelação nacional*” —configuração historicamente determinada por regras, instituições, técnicas e formas de exercício do poder através das quais se consegue alcançar a coesão política das sociedades modernas e tomar decisões colectivamente vinculantes.

A dinâmica da modernização reflexiva desafia de distintas formas o Estado nacional: aumento de riscos da civilização que se traduzem num aumento do número de problemas para o Estado, ao mesmo tempo que atinge as bases epistemológicas do reconhecimento dos problemas; a individualização dos estilos de vida acarreta maiores pretensões de participação política, novas formas de participação política e uma revalorização das esferas de acção no campo da *subpolítica*; a globalização de mercados, tecnologias, riscos, problemas ecológicos e culturais, finalmente mina os fundamentos

⁸⁹ BECK, U., GRANDE, E. (2006) *La Europa Cosmopolita —sociedad y política en la segunda modernidad*, Ediciones Paidós Ibérica, pág. 58.

do Estado moderno nacional, sobretudo a demarcação territorial e a possibilidade de delimitar problemas colectivos.

O processo de modernização reflexiva transforma, por completo o Estado nacional, nomeadamente, através do surgimento de uma multiplicidade de novas formas transnacionais de governar, para além do Estado nacional, novas formas de instituições supranacionais, regionalismo, riscos globais, etc. Assiste-se a uma crescente relevância dos actores sociais na resolução de problemas colectivos e na produção de bens públicos.

Segundo Beck, são estes regimes políticos transnacionais que relevam as novas instituições básicas da segunda modernidade. Os novos sistemas transnacionais de repartição do poder conservam os princípios básicos do exercício do poder político, especialmente na exigência de resolver colectivamente os problemas colectivos. Contudo, o certo é que, nesta era da globalização, esta exigência de resolver colectivamente os problemas já não pode satisfazer-se com a velha forma de governação do Estado nacional, mas sim com novas formas, transnacionais, de governar. Conceitos, objectivos e formas de os alcançar devem ser entendidos e compreendidos de forma *reflexiva* —auto confrontação com instituições, caminhos, ideias e objectivos que hoje em dia já não fazem sentido, mas criados pela noção da velha Europa de há cinquenta anos atrás.

A Europa permite estudar de forma exemplar este processo de modernização reflexiva das sociedades modernas. Europa é, ao mesmo tempo, motor e resultado, deste processo. Europa é ao mesmo tempo, modelo para processos de integração regional noutros continentes e o motor para o estabelecimento de novas possibilidades de regulação global.

Europa é uma *sociedade* de sociedades; um império composto por Estados nacionais.

O processo de europeização deve ser encaminhado pela máxima *não só, mas também*, que pressupõe e ao mesmo tempo supera, a máxima nacional do *isto ou aquilo*.

A fórmula *não só, mas também Europa* descreve a Europa como um produto da modernização secundária, não da primária. A realidade da Europa não responde ao dualismo de tradição e modernidade, mas sim ao dualismo entre a primeira e segunda modernidade.

A Europa não é um Estado nem uma sociedade nacional, não é soberana nem autónoma, carece de uma política fiscal, não tem uma política exterior própria, nem uma política militar, nem uma polícia, na verdadeira acepção dos termos. Contudo, sem os

Estados nacionais da primeira modernidade, a Europa é irreal, inconcebível. A União Europeia dispõe de um amplo instrumental jurídico, mas carece de mecanismos legais próprios para o fazer valer e executar. Sem Estados-membros a lei carece de aplicação, a legislação europeia fica sem legitimação e a política europeia resulta impossível. O processo de europeização apenas é possível através da máxima *não só, mas também*.

Podemos assim dizer que a Europa é um processo *imprevistamente previsto, não intencionado de forma intencional*. Pois, apenas deste modo é possível realizar a “ideia de Europa”: a ideia de uma Europa reconciliada que rompa com o seu passado bélico, que precisamente em virtude da intencionada ruptura histórica, obtenha e impulse uma identidade e uma dinâmica cosmopolitas.

A Europa cosmopolita é, deste modo, o entrelaçar, a fusão, e a abertura interna do *também uma Europa nacional*, e já não *apenas uma Europa nacional*.

Como será possível a transição de uma Europa nacional para uma Europa cosmopolita?

É a modernização reflexiva das sociedades europeias nacionais que produz a realidade social ainda inominada, desconhecida, assim como as resistências contra ela, compõem a “sociedade europeia”. A sociedade europeia não surge de forma espontânea, através de um acto político heróico, mas sim por força das *consequências indirectas*.

Esta Europa das consequências indirectas apresenta, por um lado, a astúcia da razão que permitiu à Europa livrar-se da alargada sombra do seu passado bélico e atenuar o seu egocentrismo nacional; por outro lado, a Europa das consequências indirectas é algo que ninguém projectou, autorizou ou controla, e que simultaneamente modifica profundamente as condições de vida dos homens, e assim, provoca uma nova resistência nacional e étnica contra a Europa —é a modernização reflexiva da Europa.

Europa sempre esteve longe de aspirações políticas, da criação de uma verdadeira Europa política, apenas uma Europa de curso económico, uma Europa de mercado, uma integração económica convertida em lei, que, actuando como *política de consequências indirectas*, introduziu uma transformação social na Europa...mas apenas e tão só desta forma.

As transformações operadas nos Estados membros levam a um processo de *globalização interna*. Cada vez mais os indivíduos trabalham internacionalmente, contactam internacionalmente, casam internacionalmente, os seus filhos crescem de forma internacional, consomem e cozinham de forma internacional. Esta cosmopolitização parcial das sociedades —que continuam a conceber-se como

nacionais— deve-se a estas consequências indirectas, e não à implementação por parte da Europa de políticas de carácter social. Esta mudança conserva uma dinâmica independente de qualquer agenda política.

Quem é que actua verdadeiramente quando actua a Europa? Quem, ou o que constrói o centro da política europeia, de uma política cuja consequência indirecta é a integração política? Que significa europeização como consequência indirecta?

O argumento das consequências indirectas não nega que a europeização seja produto de *decisões políticas* —o que não significa que as instâncias que tomaram essas medidas estivessem legitimadas democraticamente para isso. O argumento das consequências indirectas afirma em primeiro lugar que, na Europa foram tomadas decisões que em certas situações se impuseram contra os Estados nacionais, mas que na maioria dos casos não foram previstas as consequências a longo prazo, das mesmas.

As consequências indirectas, em segundo lugar significam —no processo de europeização— o processo criador de uma união cada vez mais estreita entre os povos da Europa. O desenvolvimento de Europa foi possível graças à cooperação transnacional, que gozando de uma ampla autonomia com respeito à opinião pública, com respeito aos interesses dos Estados nacionais, levaram avante os seus próprios critérios de racionalidade.

Em terceiro lugar, a política das consequências indirectas pode ser considerada como a inversão da política mas na sua função criadora de opinião pública: a controvérsia política não surge das decisões colectivamente vinculadoras, surge sim, ligada aos diversos tipos de contextos em que as consequências de tais decisões surgem como problemáticas. A controvérsia entre a decisão e o debate é suscitada quando for alcançado o consenso, e ambas —a decisão não controvertida e a discussão que transcende fronteiras— originam e reforçam o poder da Europa.

Em quarto lugar, a Europa das consequências indirectas deve ser apresentada como um *meta jogo* de poder que, em virtude do seu carácter absolutamente selectivo e criador de conflitos, transforma substancialmente todos os actores e amplia reciprocamente os espaços de acção dos actores mais poderosos.

Em quinto lugar, e finalmente, refere Beck que o regime das consequências indirectas choca com os limites da ampliação de poder na União. A repartição interna das consequências indirectas torna-se problemática. E o neoliberalismo europeu é disso um bom exemplo. Por um lado os governos e os Estados-membros aceitam que as suas políticas possam ser corrigidas ao nível europeu; mas por outro lado, os governos e os

Estados-membros devem corrigir as suas próprias consequências das políticas europeias ao nível social e político.

Apesar de Beck referir que o processo de europeização, até à presente data, não ter seguido um plano determinado, mas avançando ao sabor das consequências indirectas, não quer dizer que o mesmo tenha avançado por motivos de inércia. Certamente, a Europa é o resultado de um avançar de pequenos passos. Assim, certamente para compreender a europeização, devemos compreendê-la como política de transformação.

O que significa esta *política de transformação*?

Beck, refere como exemplo de política de transformação, a evolução da própria União Europeia, desde 1951, com a criação da CECA (Comunidade Europeia do Carvão e do Aço) pelo Tratado de Paris, até aos dias de hoje. A CECA transformou-se em União Europeia. Quadruplicou o número de Estados membros, e a população atinge, hoje cerca de 500 milhões de cidadãos, para além de ser um dos maiores blocos comerciais mundiais. O termo *transformação* significa a institucionalização da transformação permanente (evolução), e por outro lado, a revolução no âmbito do paradigma do Estado nacional, que ultrapassou e completou. A evolução da Europa tem sido um processo de transformação permanente. E o motor desta evolução foi, em diversos momentos, a crise. É disso exemplo a guerra do Iraque, que colocou em manifesto os antagonismos e divisões na Europa. Mas por outro lado despertou um novo sentimento europeísta necessário para o fortalecimento da Europa e para a evolução da transformação. Numa época em que a ordem mundial impõe uma união dos países europeus, os últimos a aceitarem tal realidade foram os britânicos, ao aliarem-se aos Estados Unidos da América. Não resultou, e agora é necessário recuar, dar passos atrás, começar do início, de forma a voltar a definir a sua posição na Europa.

À política imperialista dos Estados Unidos da América, a Europa deve contrapor a sua própria visão cosmopolita, cujo elemento fundamental é o compromisso com a solução dos problemas da *sociedade do risco global*. Isto implica entre outras coisas que, a União Europeia adquira novas competências em matéria de política exterior e de segurança. O papel do Tribunal Europeu de Justiça é idóneo para ilustrar este carácter transformador, não intencional, da europeização, através da sua jurisprudência. Um exemplo disso é o famoso e numerosamente citado caso “cassis de Dijon”. O tribunal europeu pronunciou-se no ano de 1979, sobre uma sentença de um tribunal alemão que proibia a distribuição de licor de groselha francês na Alemanha, uma vez que a legislação alemã sobre bebidas alcoólicas determinava um teor de álcool diferente daquele que

continha a bebida francesa. O tribunal classificou esta norma como sendo um obstáculo comercial intolerável e suprimiu-a. Os Estados-membros estavam obrigados a reconhecer mutuamente os seus ordenamentos jurídicos. Deste modo, o Tribunal Europeu criou as bases para que se estabelecesse um novo princípio (o do *reconhecimento mútuo*), e as bases para a criação do mercado único.

Assim, o direito da União Europeia substituiu as antagónicas leis e jurisprudência nacionais —esta é uma verdadeira revolução cosmopolita do marco jurídico.

No âmbito da teoria da modernização reflexiva, isto significa que um Estado nacional já não pode ocupar o centro de análise do processo de europeização, e que o princípio da soberania estatal que, no contexto da primeira modernidade se identificava com a autonomia do Estado nacional, se deve desligar conceptualmente e politicamente do estreito marco nacional e abrir-se às interdependências e espaços de poder desta época de globalização. Por outro lado, numa perspectiva nacional, temos uma soberania jurídica europeia incompleta, sem mecanismos coercivos, incapaz de se impor em caso de conflito.

Assim, e resumindo, o processo de europeização é um processo baseado na transformação, é um processo político baseado num cosmopolitismo institucionalizado ainda que parcialmente, sobretudo nos casos do Tribunal Europeu, Comissão Europeia e Parlamento Europeu.

A União pode fracassar devido aos seus próprios êxitos, mas não pelas suas crises! É para esta situação que adverte a teoria da modernização reflexiva. A dinâmica própria e não intencional da integração europeia chegou ao seu limite, os seus êxitos podem pô-la em perigo...a não ser que a Europa se converta pragmaticamente naquilo que foi desde o início: *o projecto de uma Europa cosmopolita*.

3. AS ALTERNATIVAS PROPOSTAS POR ULRICH BECK⁹⁰

Quem concebe a Europa em termos apenas nacionalistas desconhece a sua realidade presente e futura. O ponto de vista nacional bloqueia a descrição que a Europa oferece de si mesma, a sua investigação, e a sua acção política.

⁹⁰ Neste ponto cfr, BECK, U., GRANDE, E. (2006) *La Europa Cosmopolita —sociedad y política en la segunda modernidad*, Capítulo III — Império Cosmopolita: Estado y poder en el proceso de europeización, Ediciones Paidós Ibérica, págs. 81-139.

A perspectiva nacional apenas conhece duas formas de interpretar o projecto europeu de integração regional: *Federação de Estados* (intergovernamentalismo) e o *Estado Federal* (federalismo).

Ambos os modelos, não só são falsos desde o ponto de vista empírico (na actualidade, Europa não é nem uma, nem outra coisa), como do ponto de vista normativo e político, uma vez que negam justamente aquilo que está em jogo no presente e no futuro: A Europa da diferença.

O nacionalismo reduz o campo de visão e dirige a atenção face a falsas alternativas: Europa é concebida como um *superestado*, ou mais exactamente como um *superestado federal* que teria como consequência a transformação das nações europeias em peças de museu; ou então como *Federação de Estados*, ou seja, como agrupamento de Estados nacionais, na qual estes defenderiam os seus interesses e a sua soberania nacional contra a ampliação de um poder supranacional.

A União Europeia não é um *Estado*, nem um *superestado* que se arroga de direitos soberanos sobre os Estados-membros, mas também não é um *Estado Federal* com uma verdadeira, total e absoluta repartição de competências.

A União Europeia também não é uma *Federação de Estados*, uma organização internacional ou um “regime internacional”, pelo que, não coincide com nenhuma das formas conhecidas de cooperação interestatal que deixa intacta a soberania dos Estados nacionais.

Vários foram então, os esforços para definir a União:

—Como “Rede”, “set of networks”, “networks of organisation” (Castells, 1998; Kohler-Koch, 1999; Ansell, 2000), que se distingue fundamentalmente do Estado nacional pelo carácter de um verdadeiro centro de decisão;

—Como uma forma particular de “interdependência política” vertical, dotada das estruturas e procedimentos de decisões típicos destas uniões (Scharpf, 1985; Grande, 1995). Desde esta perspectiva, a União Europeia é entendida como um “sistema de múltiplos níveis” ou como “Estado de múltiplos níveis” (Marks/ Scharpf/ Schmitter/ Streeck, 1996; Grande 2000*; Hooghe, 2001 e 2003; Benz, 1998, 200, 2001);

—Como “sistema de concordância” (Puchala, 1971) ou “Estado consociativo” (Schmidt, 2000) caracterizado pela cooperação e o consenso de elites.⁹¹

⁹¹ BECK, U., GRANDE, E., (2006) *La Europa Cosmopolita – Sociedad y Política en la segunda modernidad*, Ediciones Paidós Ibérica, pág. 84.

Mas, se a União Europeia não é um Estado, não é uma organização internacional, então...*como poderemos definir a União Europeia?*

O primeiro passo consubstancia o abandono dos velhos conceitos fixados no Estado e o desenvolver uma concepção alternativa de Estado, sociedade e estrutura social que, deixe para trás o nacionalismo existente. Neste sentido, para Beck, na Europa a cosmopolitização do Estado fez surgir uma estrutura política —*Império pós-hegemónico*. Este império europeu não se baseia apenas na delimitação nacional e na conquista, mas sim na *deslimitação nacional*, na livre vontade, no consenso, na interdependência transnacional e no valor político adquirido.

Afastarmo-nos da realidade seria algo completamente irreal. É necessário reconhecer que o Estado nacional continua vivo na Europa e que o seu conceito não é irrelevante. É certo que podemos admitir que a Europa não é um Estado, mas sim uma nova forma de organização política, e assim sendo, o conceito de Estado resulta inadequado para compreender a nova forma de poder político que surge presentemente na Europa.

Então, quais são as alternativas?

Beck defende o conceito de império⁹².

Para Beck, o conceito de Império permite vislumbrar novas formas de integração política para além da dos Estados nacionais e liberta a análise política da sua fixação ao conceito de Estado nacional. Por outro lado, permite por termo à ficção de uma igualdade dos Estados na soberania, e dinamiza historicamente a separação nacional/internacional, colocando em cima da mesa, para discussão, os postulados que continuam a reger o pensamento e a acção da política e das ciências políticas.

Estado e Império representam formas distintas de exercício do poder.

Segundo Max Weber, o Estado é uma unidade política estável que se baseia directamente no exercício formal do poder sobre os seus súbditos. Império, por outro lado, é uma forma de exercício do poder caracterizada pela constante aspiração a dominar o que não está ainda dominado. Um império não é simplesmente um Estado-maior desde o ponto de vista territorial, e diferencia-se dele por obedecer a uma lógica e a técnicas de poder essencialmente distintas.

Quanto à função, ambas as formas de poder aspiram à conquista da segurança externa e interna e ao bem-estar público.

⁹² BECK, U., GRANDE, E., (2006) *La Europa Cosmopolita – Sociedad y Política en la segunda modernidad*, Ediciones Paidós Ibérica, págs. 86 e segs.

Quanto à lógica de poder, o Estado compreende fronteiras estáveis, invariáveis e fechadas, prevalece uma lógica da inclusão e da exclusão. Em contrapartida, no Império existem fronteiras flexíveis e abertas e prevalece a lógica da expansão ilimitada.

Quanto às técnicas de poder, no Estado existe uma igualdade formal dos seus membros, idênticos direitos, deveres e soberania moderna. No Império os direitos e deveres são assimétricos, a integração é diferenciada, e a soberania imperial.

Mas o conceito de império não deve apenas distinguir-se do conceito de Estado, mas sim também do conceito de “ordem internacional”. Os impérios, como formas de organização política plurinacionais, supranacionais, em que é que se distinguem das formas conhecidas de “organização internacional” e “integração supranacional”?

Os impérios são territórios integrados (independentemente da forma e grau de integração), e essa integração pode produzir-se de distintas formas: jurídica, administrativa, militar ou económica —mas em qualquer dos casos revestem um carácter de domínio.

As grandes potências não são impérios, mas sim Estados. A forma de ordem internacional é um sistema assimétrico de política internacional que deixa intactos os princípios, fundamentos e direitos do Estado nacional, independentes e dotados de autonomia.

A outra alternativa ao império é a “integração supranacional”, ou seja, a integração formal de uma ordem superior de Estados nacionais soberanos e dotados dos mesmos direitos.

Nesta classificação, que lugar poderá a Europa ocupar?

A Europa deverá ser entendida como um *Império*.

A cosmopolitização europeia só pode prosperar se a Europa abandonar a actual forma estatal, e as limitações intergovernamentais, convertendo-se assim, num *império europeu cosmopolita*.

Que lugar ocupa então, esta nova forma de Império que começa a surgir no contexto da globalização?

Esta nova forma de Império que surge na segunda modernidade representa um novo tipo de poder político. Esta forma continua a ter como elementos constitutivos, os Estados e o conceito de soberania estatal. Contudo, introduz uma ruptura estrutural no desenvolvimento das sociedades modernas, na medida em que um poder político transcende o Estado nacional e ao mesmo tempo transforma a sua soberania.

No Império Europeu, prevalece um *sistema de poder assimétrico*, no qual nem todos os seus membros têm as mesmas funções, as mesmas obrigações, os mesmos direitos e deveres. Pelo contrário, a sua organização interna depende da desigualdade formal, a qual se revela fundamental.

O império europeu pode dividir-se em 4 zonas de poder, que se distinguem entre si, tendo em conta o grau de cooperação e o número de membros: *Zona de plena integração* —formada por um reduzido número de Estados-membros da União Europeia cuja disposição para cooperar é cada vez maior, como por exemplo, a zona euro—; *Zona de cooperação intensa* —nesta zona existe uma cooperação no âmbito político que constitui o primeiro pilar da União. Trata-se do âmbito político no qual a União dispõe de competências próprias e instituições supranacionais que detêm tais competências (política agrícola, política industrial, política de investigação, política tecnológica, regional e ambiental)—; *Zona de cooperação limitada* —a cooperação existente nesta zona é limitada, por falta de uniformização de políticas, ou uniformização escassa. Constituem o segundo e o terceiro pilar da União (justiça, política interior, política exterior e segurança). Neste âmbito a União trabalha através do princípio do intergovernamentalismo—; *Zona de ampliação de poder* —nesta zona encontramos países que fazem suas, as regras da União, mas sem pertencerem aos conjuntos dos seus membros (países que requereram a adesão). A esta zona também pertencem organizações regionais de cooperação interestatal que estão fora do Tratado da União. Também nesta zona a União se rege pelos princípios do intergovernamentalismo.

Assim, e devido às referidas especificidades, podemos então referir que não são meras propostas de um modelo que, à primeira vista, possa parecer utópico. O certo é que ele existe na realidade: é a Europa do presente, da qual fazem parte vinte e sete Estados-membros. A União Europeia não é uma organização homogénea, muito pelo contrário.

Outra das características do Império Europeu centra-se na sua *estrutura espacial aberta e variável*. Este conceito de império europeu não é um conceito que estabelece fronteiras, pelo contrário; é um conceito que supera e ultrapassa essas mesmas fronteiras, tornando-as variáveis.

Não é um conceito estático, mas sim dinâmico. A sua unidade é um processo, a sua integração é o resultado de uma transformação permanente. Esta integração deriva, em primeiro lugar, do entrelaçar horizontal (entre as sociedades nacionais), vertical (entre os vários sistemas estatais) e diagonal (entre Estados, sociedades, e organizações internacionais e transnacionais); deriva da mudança (as próprias unidades nacionais

mudam, os Estados e as sociedades nacionais tornam-se cosmopolitas); deriva da mobilização das fronteiras, uma vez que no interior de Europa as velhas fronteiras interestatais são suprimidas e estabelecem-se *novas* fronteiras europeias que se deslocam constantemente, para sul e para leste, o que origina espaços de competências, identidades e lealdades transnacionais sobrepostas; por último, através da pluralização, quanto mais difuso for o “*nosso europeu*”, mais claro se torna compreender o “*multiculturalmente diferente da Europa*”.

Este império europeu é dotado de uma *estrutura nacional plurinacional*, caracterizada pelo multiculturalismo, no qual se torna necessário enfrentar a questão da diversidade, ao nível político, económico e cultural. O império europeu não se diferencia dos impérios anteriores pela homogeneidade, mas sim pelo facto de adoptar um ponto de vista cosmopolita em relação à diversidade.

Como a paz de Vestefália colocou fim às guerras de religião dos séculos XVI e XVII através do reconhecimento do poder soberano dos Estados e a separação entre Estado e religião, as guerras mundiais do século XX deverão ser entendidas como a forma de separação entre Estado e Nação —esta é a principal hipótese colocada pelo império cosmopolita.

A Europa cosmopolita deverá permitir a coexistência da diversidade cultural, política, económica, religiosa através da concretização do princípio da tolerância.

Se olharmos com atenção, podemos constatar que esta *cosmopolitização* já se faz sentir, não só no interior de cada Estado, mas também na imagem da Europa face ao exterior. A questão turca assume assim uma extrema importância, na medida em que, após o 11 de Setembro, se tornou necessário o estender de pontes com o oriente e principalmente com o povo muçulmano. Uma Turquia europeia e ao mesmo tempo também muçulmana e democrática, pode ser a chave para a Europa cosmopolita.

Outra das características deste Império cosmopolita é a *integração pela via do Direito, o consenso e a cooperação*. Antigamente os impérios mantinham-se por via da força, especialmente, militar. O império europeu é a grande excepção: não se forma a “sangue e força”, mas sim a “caneta e papel”. E este império não se baseia na força militar, mas sim no consenso e na cooperação entre os Estados. A integração do império europeu baseia-se fundamentalmente em princípios de Direito, da associação voluntária, da criação, aceitação e aplicação de um Direito Europeu.

Quanto às questões do *bem-estar e da segurança*, estas devem ser resolvidas ampliando as fronteiras imperiais e exercendo um controlo imediato sobre as zonas de insegurança; os problemas da riqueza devem ser resolvidos através de uma correcta

administração dos escassos recursos, de forma a chegar aos mercados de consumo. Se numa primeira fase, no pós-guerra, a intenção era o evitar novas guerras, posteriormente damos conta que assistimos a uma lógica puramente económica seguida pelo império europeu. Certo é que, até à presente data, o império europeu não necessitou de recorrer à “economia da força”.

No plano europeu constatamos que os Estados nacionais não estão, sem mais, subordinados às leis europeias e às suas instituições. Existem diversos planos de interdependência institucionais e materiais — *integração institucional horizontal e vertical*.

Nesta estrutura de diferenciação vertical e de interdependências que é o império europeu, o exercício do poder manifesta-se de duas formas: uma forma não hierárquica de tomada de decisões e de participação dos actores estatais no processo de decisão europeu; e a participação de um grande número de actores sociais (grupos de interesses, empresas, actores da sociedade civil) nas decisões políticas.

Esta característica torna o império europeu numa *estrutura reticular*, ou seja, uma estrutura de governo, na qual o Estado e a sociedade civil estão vertical e horizontalmente desagregados, mas unidos por uma relação de cooperação.

O império europeu é composto por Estados nacionais soberanos. A soberania dos Estados tem vindo a sofrer alterações, e converteu-se numa *soberania complexa e cosmopolita*. A complexidade da soberania aumenta em consequência da repartição da soberania interna, e ao mesmo tempo, à crescente soberania externa. Desta forma, a soberania “absoluta” de Jean Bodin, transforma-se numa soberania complexa.

O conceito de cosmopolitismo europeu transparece a ideia, apenas aparentemente paradoxal, de converter a perda de soberania num aumento dessa mesma soberania. Todo e qualquer império aspira, por natureza própria, a expandir-se. No caso do império europeu, esta aspiração não pode ser universal, uma vez que deve, e tem, os seus próprios limites. Estes limites podem variar temporalmente e serem contingentes desde o ponto de vista político, mas o certo é que existem — *são as ambivalências de deslimitação e limitação territorial*.

O império cosmopolita europeu não pretende dar resposta a questões como as que se prendem com a delimitação da Europa em termos geopolíticos, pois, retrocederia assim, à forma de Estado tradicional e ver-se-ia embrenhado noutra contradição, que seria a existência de soberania nacional e supranacional. Este Império deve sim, adoptar uma política da auto limitação reflexiva.

Em termos gerais, “*cosmopolitismo*” significa, então, o reconhecimento do outro, da diferença. Este reconhecimento pode obedecer a um de dois interesses completamente distintos: *repressivos* ou *emancipadores*, dos quais resultam duas formas de cosmopolitismo imperial: A *Forma Repressiva*, na qual o cosmopolitismo é integrado num aparato de poder efectivo. O cosmopolitismo representa uma técnica de poder especialmente “subtil”. Beck refere como exemplo os trabalhadores das fábricas de Nova Inglaterra no início do século XX, os quais pertenciam a diversas etnias e em que os próprios responsáveis por essas fábricas faziam questão em que não houvesse mistura de culturas, mantendo-os separados quando ao mesmo tempo trabalhavam juntos; e a *Forma Emancipadora*, na qual o cosmopolitismo aspira a criar novos espaços de liberdade e a ampliar os que já existem. Aqui, o reconhecimento e a importância concedida à diferença estão ao serviço do fortalecimento da autonomia individual e colectiva.

“O império não cria, por si só as diferenças. Pega nas que já existem e trabalha com elas.”⁹³.

Qual será, então a melhor forma de agir perante as diferenças? Depende do caminho a seguir pelo cosmopolitismo: repressiva, ou emancipadora. E aqui, a grande tarefa do Império cosmopolita europeu é, revelar todo o seu potencial emancipador.

Quando se fala em Império cosmopolita europeu, nesta segunda modernidade, torna-se impossível não abordar a questão do seu carácter reflexivo. Beck refere três aspectos, como sendo aqueles que melhor definem o carácter reflexivo do Império Europeu.

O primeiro desses aspectos é o *papel dos Estados nacionais num império europeu*. Ou seja, o papel que os Estados desempenham neste *novo* Império Europeu.

O império europeu não dissolve os Estados nacionais, muito pelo contrário, supera-os. O Estados nacionais perduram, mas a sua integração numa organização política maior, converte-os em Estados cosmopolitas, cuja função e funcionamento se alteram, assim como a forma e a força dos seus vínculos para com os cidadãos. Cada vez mais, os Estados perdem competências legislativas para a Europa. Numa Europa cosmopolita cada vez mais as questões de legislação se situam no plano europeu e são da competência das instituições europeias supranacionais. Poderá interpretar-se como uma perda da soberania dos Estados nacionais? Ou, poderá argumentar-se que as competências nacionais e supranacionais se podem separar claramente e atribuir-se a elas diversos níveis de decisão? Segundo Beck, ambas as posições são falsas. Apesar de a União adquirir novas competências, o certo é que nunca, em detrimento dos Estados

⁹³HARDT, M., NEGRI, A. (2003) apud. BECK, U., GRANDE, E., (2006) *La Europa Cosmopolita – Sociedad y Política en la segunda modernidad*, Ediciones Paidós Ibérica, pág. 111.

nacionais, que continuam com as suas próprias competências. A União Europeia não pretende substituir-se aos Estados nacionais, mas sim, superá-los. Não é possível separar as competências de uns e de outro, uma vez que elas entrelaçam-se e completam-se. E é nesta complementaridade que reside uma das grandes características deste Império.

Quanto ao funcionamento do império europeu, podemos afirmar que este império tem a particularidade de não ter imperador. Não tem imperador, nem presidente. Não tem uma única instituição que possua o poder total. O império europeu continua mantendo uma postura e carácter impessoais. Este complexo sistema de multiplicidade de instituições constituiu o núcleo do cosmopolitismo político. Esta especificidade afasta o império europeu dos Estados nacionais e também dos impérios do passado: pelas formas e diversidade das suas instituições, pelas funções que desempenham, pelos procedimentos e forma de tomada de decisões das mesmas e resolução de conflitos.

Os Estados deverão definir os seus interesses nacionais e europeus, e conjugá-los. Os seus interesses, mesmo que num princípio pareçam contraditórios com os interesses europeus, devem coincidir. Este processo é conflituoso e contraditório, e por vezes não é fácil de alcançar. O produto desta transformação dos Estados nacionais autónomos, em membros disciplinados do império europeu, é o surgimento dos Estados cosmopolitas.

O segundo aspecto ao qual Beck se refere é a *transformação da soberania*. Neste conceito de Império Europeu, os Estados não têm necessariamente que renunciar à sua própria soberania e aos seus próprios interesses; devem sim, adaptá-los a um ideal mais altruísta. Num mundo ameaçado torna-se necessário redefinir os interesses e tentar alcançá-los de forma *reflexiva*. E que condições devem existir para que seja possível esta transformação de interesses?

Torna-se imprescindível a adopção de uma *política de interdependências*. Uma política que contenha em si mesma a percepção e a criação de interdependências. Sem essa percepção de interdependências supranacionais reais (quer no âmbito de ameaças militares, de mútuas dependências económicas ou de riscos de civilização) não existe nenhuma razão para redefinir os interesses nacionais. A percepção e a discussão pública de interdependências são a condição necessária para a *transnacionalização da política*.

Por outro lado, a política de interdependência significa a criação de interdependências de forma consciente. Neste caso, as dependências mútuas criam-se de forma intencional para dificultar ou mesmo impedir que os Estados nacionais avancem sozinhos.

Outra das condições propostas por Beck é a adopção do que define como *política das algemas de ouro*.

O aparente paradoxo de, perante a crise dos riscos globais que definem esta nossa época, e principalmente perante uma economia em constante mutação, a única política possível é uma *política reflexiva de “algemas de ouro”*, entendida como auto limitação racional orientada para a recuperação da *independência nacional*. Como é possível transformar numa “bênção” a “maldição” associada à perda que supostamente comporta a europeização?

Para poder responder a esta pergunta, Beck defende ser necessária a distinção entre *cooperação simples*, na qual os Estados cooperam mas, intactos; e *cooperação transformadora*, através da qual os Estados que cooperam são transformados — presentemente esta é a realidade europeia. Os Estados deixam de ser totalmente independentes, apesar de alguns, especialmente os maiores e mais poderosos, ainda pensarem que tal seja possível.

Assim, *cosmopolitismo* não significa altruísmo nem idealismo, mas sim realismo, ou mais exactamente, um interesse particular reflexivo dos Estados transnacionais.

Esta cosmopolitização interna pode ser considerada como produto da acção conjunta de três mecanismos: *expectativa de ganhar poder* —a interiorização das “regras do jogo europeias” oferece aos Estados membros a possibilidade de aumentarem o seu poder, pois passam a ter voz na Europa. E podem influir na política europeia—; *o controlo e a necessidade de interacção* —os Estados são incluídos numa rede de controlo e interacção entre os vários Estados. Os Estados controlam e interagem ao mesmo tempo—; e, por fim, *mudanças de preferências através do policy-learning* —neste sistema de forte interdependência e cooperação entre vários Estados, estes têm a possibilidade de apreender uns com os outros e assim alterar as suas preferências e os seus interesses.

Estes três factores permitem substituir a concepção nacional da europeização por uma concepção transnacional. A transição do Estado nacional autónomo para o Estado transnacional produz-se na medida em que se compreende e institucionaliza o interesse nacional-transnacional próprio.

Beck refere que é necessário existir *capital de confiança: contar com os outros*. A “política de interdependências” deve direccionar-se, não só e apenas para a sua própria perspectiva, mas essencialmente para a compreensão dos outros.

A interdependência apenas pode considerar-se como algo positivo se se cumprirem as condições da política de interdependência, os seus procedimentos e os

seus resultados forem reconhecidos e aceites por todos os Estados-membros. Deve existir equilíbrio de dependências e quando não seja possível terminar com as dependências desequilibradas, que se consiga corrigir a sua percepção através de uma *política de reconciliação*. A criação de uma tal “quantidade” de interdependências que se altere constantemente a actuação política dos Estados. E por fim, a existência de garantias institucionais de que, não se irá tentar tirar partido das dependências unilaterais quando elas existam.

A percepção dos riscos da civilização, dos riscos globais da sociedade mundial do risco (ameaça de guerras atómicas, riscos terroristas, crises ambientais, acidentes nucleares, crises económicas e financeira, etc.) resulta especialmente útil para a criação de interdependências ao nível global. Esta percepção dos riscos globais também pode servir para levantar uma “casa” comum europeia. E para tal fim, pouco importa que estes problemas existam em si mesmos ou se limitem a determinar a percepção dos actores políticos mais importantes.

Apesar de, por vezes parecer ridículo que certos políticos defendam e chamem a atenção publicamente para as crise do meio ambiente e a destruição da fauna e da flora, isto demonstra a importância da relação que existe entre a percepção dos riscos globais e a criação de interdependências transnacionais para a ampliação da esfera de acção ao nível nacional. De facto, os riscos da civilização continuam a permitir a criação de interdependências para além das fronteiras nacionais e de diferenças culturais.

O momento, a partir do qual, um Estado passa de nacional a transnacional, verifica-se quando os Estados deixam de encarar a política de interdependência com desconfiança, e passam a encará-la como uma questão de desejo, de liberdade, de resolução e solução.

O terceiro aspecto utilizado por Beck para definir o carácter reflexivo do Império Europeu, é a *organização cosmopolita da diversidade*.

O conceito de império europeu cosmopolita contém em si mesmo um duplo sentido que chega a ser contraditório. Por um lado, inclui o princípio da diversidade como ilimitado e incondicional, ou seja, implica a validade universal dos direitos humanos, e tal não implica ser português ou francês, cristão, ou muçulmano, homem ou mulher, de cor negra ou branco; todas as posições que negam as diferenças entre indivíduos, castas, classes, religiões, sexos, são superadas na legislação cosmopolita, que inclui todos os seres humanos.

Por outro lado, a ideia de uma Europa como império cosmopolita apenas tem sentido limitando esse mesmo cosmopolitismo, que por definição é ilimitado, e ligando-

o a determinadas condições. Devido ao seu carácter cosmopolita o império europeu não pode negar a entrada a nenhum país. A Europa cosmopolita estende-se por todo o mundo, é ilimitada. Contudo, tal não se verifica na realidade, uma vez que são levantadas grandes impossibilidades quando se fala nas suas fronteiras.

Se este Império Europeu Cosmopolita assenta a sua pedra basilar na diversidade e no reconhecimento dessa mesma diversidade, como organizar tal diversidade? Ou seja, como organizar este Império do “*não só, mas também*”?

Seis, são as formas de organizar a diversidade do império cosmopolita europeu propostas por Beck. Necessariamente há que apostar no reconhecimento de particularidades nacionais e inclui-las, como fazendo parte das europeias —*Tolerância Constitucional*.

Ao adoptar-se este princípio da tolerância, aceita-se de forma intrínseca uma *diversidade transnacional, e um incrementalismo transnacional*, através do qual são colocadas de parte certas regras comuns, colocando-se a tónica em práticas incrementalistas, que reconhecem a validade e a autoridade das instâncias nacionais e europeias e criam uma ordem de facto europeia, através de um pragmatismo da coesão, da união, do estar de acordo e da contínua experimentação. É disso exemplo, a relação entre o Direito Europeu e os órgãos constitucionais e políticos dos Estados nacionais.

Outras das formas de organização da diversidade é a adopção do *pluralismo ordenado*. “Pluralismo ordenado” significa o manter-se abertas, tanto opções europeias, como nacionais. Não obstante, a europeia deve ter prioridade.

A *tomada de decisões* deve ser feita *de forma reflexiva*, para que as decisões estabeleçam os seus próprios critérios de fundamentação.

Por fim, Beck refere a necessidade de *afiliações múltiplas*, que regule as relações externas dos Estados-membros. Um exemplo dessas afiliações é a relação que existe entre a União Europeia e a NATO.

Assim, e em jeito de conclusão, podemos então referir que se torna agora possível compreender e relacionar os conceitos de *Estado* e *Poder* em relação à Europa, nesta segunda modernidade, através da actualização do conceito de *Império*, devendo este desprender-se das suas conotações nacionais e abrir-se a concepções cosmopolitas, articulando-se em redor do consenso e do Direito.

4. AS ESTRATÉGIAS DE COSMOPOLITIZAÇÃO DA EUROPA⁹⁴

De forma a conseguir alcançar os objectivos de tornar esta nossa Europa num Império Cosmopolita, é necessário adoptar determinadas estratégias.

Beck aponta duas estratégias essenciais. Por um lado, que os Estados, o capital e as instituições supranacionais se imponham, de forma a avançar com um projecto da Europa cosmopolita; e, por outro, que se incentive o surgimento de novos actores, como por exemplo, movimentos de cidadãos que impulsionem a cosmopolitização.

Para Beck, neste conceito, as políticas neoliberais não devem ser utilizadas como instrumento, nem como estratégia a utilizar para se alcançar a Europa cosmopolita, na medida em que, o neoliberalismo nivela as situações e aspira a suprimir incondicionalmente as regras nacionais. Aplicado à Europa o neoliberalismo leva à dissolução da própria Europa. O neoliberalismo não é cosmopolita; pelo contrário, é egoísta e individualista. Por outro lado, o neoliberalismo aspira à supressão das fronteiras. Para os ideais neoliberais as fronteiras europeias são tão desnecessárias como as nacionais.

Assim, e uma vez que o neoliberalismo não é, de todo eficaz e capaz de construir uma Europa cosmopolita, que política seguir então?

Beck propõe uma aliança entre Estados, actores supranacionais e sociedade civil. No início, é certo que esta ideia parece algo utópica, uma vez que a sociedade civil é um actor extremamente débil na política europeia...mas na realidade, não é. Uma política de cooperação ao nível transnacional.

Todos os movimentos europeus que surgiram após a Segunda Guerra Mundial demonstraram a importância e a força dos movimentos civis. Se hoje em dia assistimos a um desinteresse por parte dos cidadãos das questões de política europeia, tal deve-se ao facto de cada vez mais essa política seguir caminhos vinculados por interesses puramente nacionais e cada vez mais estatais, o que não deveria acontecer. Há que intervir nesse sentido, e a política europeia deverá socializar-se, na medida em que os cidadãos europeus deverão deixar de ser o objecto para tornar a converter-se no sujeito de uma europeização cosmopolita.

⁹⁴ Neste ponto cfr. BECK, U. (2004) *Poder y Contrapoder en la era global*, Capítulo V –Estratégias del Estado: entre la renacionalización y la transnacionalización– e Capítulo VI –Estratégias de los movimientos civiles de la sociedad civil–, Ediciones Paidós Ibérica, págs. 231-327; BECK, U., GRANDE, E. (2006) *La Europa Cosmopolita – Sociedad y Política en la segunda modernidad*, Capítulo V –Estratégias de cosmopolitización de Europa–, Ediciones Paidós Ibérica, págs. 196-239 e 316-329.

De que forma e quem poderá fortalecer este movimento da sociedade civil na Europa?

Os actores da sociedade civil devem aproveitar as contradições e os défices de legitimação do projecto tecnocrático neoliberal para fortalecer a Europa “*desde baixo*”. Os actores da sociedade civil europeia devem procurar apoio no exterior. Os pontos de partida devem ser as contradições globais do neoliberalismo e os novos perigos da sociedade do risco global. A Europa cosmopolita deverá fortalecer-se também “*desde cima*”, “construir um telhado”, uma construção forte e sólida, através das instituições supranacionais. Aqui os pontos de partida são os défices de legitimação das estratégias estatais e tecnocratas.

Fortalecer a sociedade civil, é palavra de ordem. Contudo, dada a sua fragilidade política é necessário o recurso a apoios exteriores, interiores e por parte das instituições.

A integração da Europa dependeu sempre das condições externas, quer fossem favoráveis, quer fossem desfavoráveis. E hoje em dia, torna-se necessário definir a Europa face à hegemonia dos Estados Unidos da América: a hegemonia americana pode dividir a Europa, mas também poderá unir os europeus de forma a poder obrigá-los a redefinir juntos o seu papel na política mundial. Por outro lado, é extremamente importante a cooperação dos movimentos da sociedade civil com entidades exteriores.

É possível, finalmente, que a cosmopolitização da Europa receba apoios por parte das elites políticas, através da cooperação e formação de alianças entre instituições supranacionais e a sociedade civil.

Assim, “*Europa Cosmopolita*” é o nome que Ulrich Beck atribui à simbiose entre sociedade civil e Europa.

5. AS CONTRADIÇÕES INTERNAS E EXTERNAS DA EUROPA COSMOPOLITA

5.1. AS CONTRADIÇÕES INTERNAS: DESIGUALDADE E RECONHECIMENTO DOS CONFLITOS SOCIAIS EUROPEUS ⁹⁵

A europeização não gere apenas *consequências indirectas*, como um processo que atravessa horizontalmente e transforma as sociedades dos Estados-membros, mas sim um processo que *também* cria um espaço europeu conflituoso.

Que dinâmica europeia da desigualdade desencadeia, então, esta integração política da Europa? E, será a “*Europa do conflito*” o fim, ou o início, da própria Europa?

Que papel desempenham as fronteiras nacionais na problemática das desigualdades sociais?

Que consequências têm as “fronteiras europeias” e a política de fronteiras, para os modelos de desigualdade social na Europa?

A esta panóplia de questões, Beck propõe que as respostas sejam encontradas, por um lado, na europeização que transforma a natureza das fronteiras europeias. No seu interior tornam-se descobertas, tornam-se móveis, flexíveis e imprecisas, mas também mais altas e intransponíveis. Por outro lado, as fronteiras entre sociedades (nacionais) deixam de ter sentido, na medida em que, as sociedades (especialmente as suas economias, os seus sistemas educativos, etc.) perderam essas mesmas fronteiras.

Beck avança com a seguinte teoria: A distorção que até ao momento sofreu a percepção das desigualdades sociais, ou seja, a afirmação e a insistência na impossibilidade de comparar as desigualdades existentes, entre os distintos âmbitos nacionais e para além deles, desaparece como consequência da política transformadora de fronteiras introduzidas pela europeização. Esta questão pode ser ilustrada com o seguinte exemplo: a exigência de “igual trabalho, igual salário” foi, e continua a ser, uma das principais reivindicações dos trabalhadores assalariados. Em todos os países se luta por melhores condições de trabalho, e por melhores salários. Contudo, as diferenças são significativas, e mesmo legítimas quando falamos em diferentes países; chegam a ser *ilegítimas* quando se fala em regiões de um determinado país. Assim, e porque esta luta se deve em muito ao trabalho desenvolvido pelos sindicatos, não deveriam estes reivindicar

⁹⁵ Neste ponto cfr. BECK, U., GRANDE, E. (2006) *La Europa Cosmopolita – Sociedad y Política en la segunda modernidad*, Capítulo VI –Desigualdad e Reconocimiento: los conflictos sociales europeos y su dinámica política–, Ediciones Paidós Ibérica, págs. 241-266.

para todos os trabalhadores europeus essas máximas salariais? Ou não? E se não, como legitimar então, as diferenças? Contudo, o dilema persiste: nivelar? E se sim, por baixo, ou por cima?

Assim, ao mesmo trabalho correspondem salários distintos, consoante o país onde se exerça essa actividade. A supressão de fronteiras não desactiva a carga explosiva das desigualdades europeias, pelo contrário; com a supressão das fronteiras caem também os fundamentos dessas desigualdades, e elas são valoradas de igual forma.

Temos assim uma situação paradoxal: a europeização dos mercados e das sociedades parece exigir uma reacção neonaciona, uma vez que, até à presente data, não se conseguiu desactivar a carga explosiva das desigualdades de outra forma.

As regiões europeias são modelos de conflito das desigualdades europeias.

Quando analisamos as desigualdades europeias é fundamental analisar também as desigualdades definidas geográfica e territorialmente. Estas aludem fundamentalmente às desigualdades que existem entre Estados e entre regiões.

Desde sempre que existiram diferenças entre os Estados e dentro dos Estados nacionais, entre as suas regiões, como por exemplo na Itália, Espanha ou Portugal, entre o Sul pobre e o Norte rico. Mas esta disparidade regional que existe no âmbito do Estado nacional não é de todo comparável com as que se verificam no conjunto dos Estados-membros europeus. Dentro de um Estado, as disparidades são consideradas ilegítimas e tenta-se combatê-las, a todos os níveis.

Na Europa as desigualdades apresentam-se como um *campo de tensão tridimensional*, no qual chocam diferenças individuais, sociais e geográficas.

Assim, e à luz da teoria da modernização reflexiva, Beck advoga três asserções:

—*A europeização continua a não valorar correctamente a importância das classes sociais.* As oportunidades de um trabalhador de uma fábrica da Alemanha, por exemplo, podem ser maiores que as de um trabalhador do sul de Espanha ou da Polónia.

—*A europeização relativiza e reactiva as desigualdades individuais.* As desigualdades sociais que foram niveladas através de políticas sociais dentro de um país podem ter importância em virtude da comparação com outros países.

—*Com a europeização ganham importância as formas de desigualdade definidas geograficamente.* A política regional converte-se em política social europeia. Deste modo, as instituições europeias avivam lutas de distribuição regional que segmentam, retiram importância e deixam para trás os conflitos nacionais e as diferenças internas.

Este processo de europeização rompe com os modelos habituais de desigualdade social. E as desigualdades aumentaram com a ampliação aos países da Europa de leste. Se aplicarmos os mesmos padrões de política regional e estrutural a esta Europa ampliada, produz-se uma importante redefinição das condições de vida: de repente, um agricultor português, deixa de ser considerado pobre e passa a “rico” porque agora em vez de comparado apenas com um agricultor alemão, francês ou espanhol, passa a ser comparado com um camponês polaco, sem que a sua vida se tenha modificado de algum modo. Levanta-se assim, um outro problema: como se podem legitimar estas decisões políticas sobre a dinâmica do conflito e da desigualdade na Europa?

A solução para as questões como a injustiça e as desigualdades, que anteriormente foram expostas, passa pela adopção de uma *política da redistribuição* mais eficaz e assente na realidade. Por outro lado, a solução apresentada para questões de reconhecimento social da diferença exige profundas transformações sociais e reformas dos meios de participação, representação e auto interpretação nas esferas da história, da política e da religião, reformas essas que terminam transformando a auto concepção de cada indivíduo.

A dinâmica conflituosa da Europa cosmopolita é a consequência da importância que adquire a dinâmica social dos conflitos de reconhecimento perante os conflitos da distribuição. Contudo, segundo Beck, esta má notícia chega aliada a uma notícia boa: numa Europa preparada para os conflitos, uma sensibilidade cosmopolita face ao reconhecimento da diferença dos outros poderia contribuir para amainar estes conflitos europeus de distribuição.

Assim, à medida que se suprimem as fronteiras interiores da Europa, e se aumenta a livre circulação de pessoas no âmbito dos países da União, é reforçada energicamente a sua fronteira exterior, aumenta o controlo face ao exterior, aumentam as restrições nas políticas de imigração, e mais portas se fecham a novos sócios. Surge um egoísmo europeu. Este é, sem dúvida, mais um dos paradoxos da União Europeia de fronteiras móveis: enquanto que as fronteiras entre a Europa e o resto do mundo são móveis, o que representa uma grande novidade histórica; simultaneamente, assistimos a uma reorientação política que garanta essas mesmas fronteiras.

Deverá a Europa continuar a ser um *clube cristão*? Marcará os seus limites territoriais exteriores revivendo justamente aquilo que a Europa quer e deve superar, ou seja, a comunidade transcendental de origem, à qual os políticos e historiadores nacionais voltam a apelar para rejeitar a integração da Turquia e, ainda que num plano

mais distante, a Rússia? Será a religião e a raça a estabelecerem os limites entre o “*européu*” e o “*não européu*”?

Se a Turquia fosse aceite como Estado membro da União, passaria a ser o maior país da União Europeia, quer ao nível territorial, quer ao nível populacional; e a religião dominante seria a muçulmana. O certo é que a questão turca encontra-se rodeada de uma forte dose de hipocrisia e não de preocupação com questões dos direitos humanos ou democracia. Contudo, quem defende estas questões como sendo as principais para afastar a Turquia da União, desconhece totalmente a realidade europeia.⁹⁶ Na França e na Alemanha, por exemplo, residem mais de oito milhões de muçulmanos. Existem tentações, nas quais a Europa cosmopolita deve evitar cair: a primeira tem a ver com o *critério das diferenças culturais*. Este critério não deve ser utilizado de forma a definir fronteiras, para marcar os limites entre *nós* e os *outros*. Tanto mais que, o que enriquece e sempre enriqueceu a Europa foi a sua diversidade cultural. A diversidade cultural faz parte da essência da Europa e é uma pura ilusão pensar o contrário, pensar que com a modernidade, a globalização e o processo de europeização, essa diversidade deixou de existir, ficando completamente dissipada, dissolvida.

Uma segunda fonte de diversidade cultural é a questão da imigração. Quanto mais imigrantes com culturas e religiões diferentes afluam a um determinado país, maior será a diversidade cultural e religiosa desse país.

Beck defende ainda, uma terceira fonte de diversidade, e esta deve ser entendida como a verdadeira responsável pela pluralidade interna da União Europeia: a *progressiva integração de países e Estados numa comunidade de Estados*. Neste caso, as pessoas ficam onde estão, e serão as entidades colectivas, como os Estados e as suas políticas, as que migram. Certamente que a política de imigração é uma das políticas cruciais da União Europeia. Neste sentido, os Estados e países são totalmente imóveis, mas ao mesmo tempo, móveis. A inovação política, a “invenção” política da Europa consiste na capacidade de suportar esta constante contradição, e entendê-la como uma solução. Este é precisamente o *milagre europeu*, a reconciliação de velhos inimigos!

Contudo, não nos podemos afastar da ideia que, a União é racista no que toca à sua auto concepção. A luta pelo reconhecimento na Europa dirige-se essencialmente contra o eurocentrismo: contra a implantação autoritária de normas que vão ao encontro do que é “*ser branco e cristão*” como característica essencial do europeu ocidental.

⁹⁶ Na Turquia 99% dos seus cidadãos são muçulmanos. Na União Europeia há 3,12%, representando 14 260 985 cidadãos. Em França, 10% da população é muçulmana, na Alemanha 3,5%, em Espanha 2,3% e no Reino Unido 2,8%. In <http://news.bbc.co.uk>.

Perante este tipo de racismo, há que tomar, segundo Beck, duas posições distintas. Uma delas passa pela adopção de políticas que incluam o *universalismo daltoniano*, segundo o qual a raça ou a etnia não são fundamento moralmente aceitável para discriminar uma pessoa. Certamente que se podem perceber diferenças étnicas, mas estas não podem justificar um acto discriminatório. Contudo, este ideal de humanidade universal sem diferença social, permite aos grupos dominantes ignorar a sua própria particularidade. A incapacidade de ver a diferença perpetua a supremacia cultural.

Outra, passa pelo *racismo autocrítico*, através do qual se reconhece que as diferenças étnicas e religiosas desempenham um papel fundamental tanto no comportamento dos europeus como nas instituições europeias. Esta posição critica as discriminações étnicas das instituições europeias. Defende que os conflitos são, muitas vezes, proporcionados por questões étnicas. Reconhece que algumas decisões e actuações do passado e do presente da Europa conduziram, e conduzem, à discriminação das pessoas pela sua raça.

Neste sentido, questões como, o que pensam *os que são diferentes?* Ou como podemos ou devemos traçar e legitimar os limites entre “europeus” e “não europeus”, sem que a Europa política dos direitos humanos incorra numa flagrante contradição? Estas questões são, sem dúvida uma das fontes dos conflitos na Europa.

Esta Europa enfrenta também o dilema do reconhecimento e da desigualdade, da intersecção de conflitos de desigualdade e de conflitos de reconhecimento da diferença.

As políticas e métodos sociológicos estão apenas direccionados para a desigualdade entre nacionais, desigualdades territoriais e geográficas, uma vez que, apenas se tomam em consideração as desigualdades territoriais ao nível dos Estados nacionais. É completamente absurdo tentar construir uma fortaleza em volta de Europa, pois as verdadeiras ameaças encontram-se dentro dessa mesma fortaleza. As fronteiras culturais não são correspondentes com as fronteiras físicas dos Estados nacionais. A essência cosmopolita passa necessariamente pela capacidade de alguns grandes Estados europeus conseguirem conciliar a variedade de trocas culturais, misturas e movimentos que surgem da coexistência e fusão entre culturas diferentes —entre a chamada *cultura europeia* e a *cultura dos outros da Europa*.

À medida que a Europa se converte numa realidade social, desaparece a mútua exclusão dos espaços de desigualdade dos Estados na Europa, e começa a ser possível comparar desigualdades que até então eram incomparáveis, desde o ponto de vista nacional, o que é pura “dinamite política”, pronta a explodir a qualquer momento. Assim, uma sociologia europeia da desigualdade e do conflito pode desempenhar um

importante papel. Esta sociologia deveria incluir as perspectivas nacionais e europeias na sua própria concepção dos conflitos europeus, desenvolvendo-os teoricamente e investigando-os empiricamente a partir dela.

É essencial que se reivindique o reconhecimento da diferença, o que conduziria à fragmentação da posição nacional, resultando, de certo, uma consciência europeia em estreita relação com o reconhecimento da diferença dos outros.

Esta opção cosmopolita baseia-se em três princípios fundamentais. Os conflitos de redistribuição colocam em perigo a identidade europeia, mas por outro lado, os conflitos de reconhecimento, podem reforçá-la. Uma *política do reconhecimento* pode estimular a Europa política. A construção de uma *sociedade civil europeia* passa necessariamente pela fragmentação das sociedades nacionais, mas para que tal aconteça é necessário também desligar os conflitos de reconhecimento, dos conflitos relacionados com a desigualdade e a redistribuição. Esta Europa cosmopolita deverá caracterizar-se não por aquilo que quer, mas sim, por aquilo que *não quer*, ou seja, não quer uma unificação universal, uma essencialização da diferença, uma vulneração dos direitos humanos e da dignidade humana, nem dentro nem fora da Europa, mas também não quer a vulneração da dignidade humana através da pobreza “absoluta”. A ideia de um Estado social mínimo é inerente à concepção europeia de liberdade e democracia.

Quão solidária pode e deve ser, então, uma Europa cosmopolita?

Até ao momento a Europa carece de uma verdadeira visão positiva social que tome a sério a dimensão europeia. E esta visão é absolutamente, imprescindível.

A ideia de solidariedade social é um dos valores fundamentais e irrenunciáveis da Europa, tal como os valores de igualdade e liberdade.

É necessária uma concepção cosmopolita do próprio conceito de solidariedade. Desta forma, permitirá distinguir solidariedade com iguais e solidariedade com os outros; reconhecesse o reconhecimento cultural da diferença; para a solidariedade cosmopolita o valor máximo não é a igualdade e a unidade, pelo contrário...é a diversidade e o reconhecimento dessa mesma diversidade. Trata-se de uma solidariedade de particularidades que não acredita que o fim último e o seu valor supremo sejam a igualdade entre iguais, mas sim o reconhecimento da igualdade entre os que são diferentes, vendo neles um motivo de orgulho e enriquecimento cultural. A solidariedade cosmopolita luta por alcançar um novo compromisso histórico entre justiça material e justiça cultural.

5.2. AS CONTRADIÇÕES EXTERNAS: DIALÉCTICA DA GLOBALIZAÇÃO E EUROPEIZAÇÃO ⁹⁷

A teoria da segunda modernidade explica e torna compreensível a desintegração, o carácter explosivo, de uma realidade que já não se ajusta à ideia de que as estruturas se reproduzem a si mesmas de forma espontânea. Esta teoria explora conceitos novos e, para tal, necessita de uma gramática política e social distinta. É necessária uma nova adaptação ao conceito de sociedade do risco global.

Que significa definir a sociedade europeia como região da sociedade mundial do risco? Até que ponto pode, a dinâmica conflituosa da sociedade do risco global, obrigar os europeus a adoptar um ponto de vista cosmopolita?

Em que se distinguem os novos riscos e os velhos perigos? Porque razão a dinâmica conflituosa da sociedade do risco global deve ser entendida como segunda fase, como fase reflexiva de uma modernização radicalizada?

Perante o cenário da sociedade do risco global, torna-se imperioso, num primeiro momento, conceber os riscos globais como construção social. Uma vez que, nesta medida, os novos riscos são considerados como transnacionais ou globais, ou seja, apesar das catástrofes ocorrerem sempre num determinado local e apenas atingiram um determinado número de pessoas, o seu risco é percebido de forma ilimitada, podendo afectar qualquer indivíduo.

O facto de uma catástrofe ecológica ou ambiental ser ou não entendida como um risco global, depende não só do número de atingidos, mas também do grau de destruição da natureza, e do resultado e reconhecimento do impacto ao nível social. Veja-se o exemplo dos problemas relacionados com o meio ambiente, veja-se o exemplo do Katrina, do Tsunami asiático de 2004. O risco global deve ainda ser encarado dentro da esfera da globalidade reflexiva. Os riscos globais são uma expressão da interdependência global, a qual reforçam. Uma das características principais destes riscos é a combinação de interdependência global e a consciência da mesma, ou seja, o facto de toda a sua globalidade reflexiva fomentar a opinião pública —atraem a atenção dos meios de comunicação porque afectam a todos, pelo que dividem o mundo em vítimas, por um lado, e aqueles que lucram com as catástrofes, por outro. Aumentam os índices de vendas de jornais e audiências televisivas. Os riscos globais contem em si

⁹⁷ Neste ponto cfr. BECK, U., GRANDE, E. (2006) *La Europa Cosmopolita – Sociedad y Política en la segunda modernidad*, Capítulo VII—Sobre la dialéctica de globalización e europeización: contradicciones externas de la Europa cosmopolita—, Ediciones Paidós Ibérica, págs. 267-308.

mesmos, um potencial de destruição similar ou mesmo superior, ao das guerras. Podemos assim dizer que, são uma espécie de *guerra sem guerra*. E são consequência da paz, do êxito da modernização.

Certo é que não se julgue que com o fim da guerra-fria terminaram os conflitos armados. Os Estados continuam a debater-se por territórios e recursos. Contudo, agora os perigos carecem de um actor claramente reconhecível, de uma intenção hostil ou de um potencial militar. O perigo não é directo, intencional e certo, mas sim indirecto, não intencional e incerto. Não se trata de ameaças, mas sim de riscos.

Podemos então dizer que a grande diferença entre as ameaças da segurança e os perigos dessa mesma segurança, reside na certeza que se perde quando um dos factores dos cálculos clássicos da segurança (actores, intenção, potencial) se torna numa incógnita.

Os riscos globais são —repita-se— *incertezas fabricadas*. Uma das principais diferenças entre a primeira e a segunda modernidades, é o facto de que o antigo sistema era calculável, no qual os Estados se enfrentavam constantemente, de forma certa e segura, enquanto que o novo sistema é, essencialmente, incalculável, na medida em que, não só se torna impossível prever quando um terrorista suicida se fará explodir numa estação de comboios, ou quando um avião irá chocar deliberadamente, ou não, contra uma central nuclear, como também se torna impossível prever quando irá surgir uma mudança, de tal ordem, ao nível do meio ambiente que produzirá inundações e desertificações; e aqui...até as probabilidades falham —*unknown unknowns*.

A própria política internacional já não se encontra marcada pela ameaça, pela intenção e pela capacidade dos actores se atingirem mutuamente, mas sim, e cada vez mais, pelos riscos. Mas esta incerteza fabricada pela modernização não exclui a obrigação de tomada de decisões políticas; pelo contrário, deve ser entendida como uma obrigação que contem responsabilidades acrescidas. A incerteza obriga a tomar decisões. Segundo Beck, quanto maior é a evidência que os riscos globais ultrapassam as formas científicas para calculá-los, maior se torna a percepção desses riscos. E a diferença entre a percepção dos riscos e os riscos reais tende a desaparecer. Torna-se assim, mais importante essa percepção dos riscos do que os cálculos dos cientistas. Ou seja, a investigação científico-social das distintas percepções culturais do risco, adquire uma importância fundamental.

Os riscos globais abrem caminho para o que Beck designa de um *meta jogo* do poder da reconstrução dos limites, regras, responsabilidades, identidades, do “eles e nós”, espaços e prioridades de acção.

Assim, a incerteza coloca em juízo velhas certezas e cria novas, como, e a título de exemplo, a consciência de estar na posse do verdadeiro risco mundial, enquanto que a consciência do risco “dos outros” apresenta-se como uma consciência paranóica, irracional e absolutamente questionável que oculta os verdadeiros interesses.

Os riscos de civilização reconhecidos representam uma extraordinária fonte de legitimação não democrática, e existe a possibilidade de que uma resposta transnacional a esses riscos seja a justificação, apelando à necessidade de conjugar os perigos que ameaçam a humanidade, mesmo quando o seu procedimento atenta contra normas de direito internacional e de princípios democráticos.

Na sociedade do risco global não existem regras, quer ao nível nacional quer ao nível internacional, que determinem a forma de procedimento contra esses riscos. Nesta medida começam agora os diversos ordenamentos jurídicos a dar os primeiros passos e as instituições a reconhecer que, afinal as ameaças são reais. É disso exemplo, a atribuição do Prémio Nobel da Paz (2007) a Al Gore. Contudo, muito há ainda para fazer, e apesar da existência de boas intenções, a consciência pessoal de cada indivíduo, bem como a consciência colectiva dos movimentos cívicos, e a consciência empresarial necessitam de uma metamorfose profunda. Torna-se necessário, por via da criação de regras, dar resposta e apresentar as regras a adoptar no futuro de forma a combater riscos que não se podem determinar nem delimitar de forma geográfica. Os novos riscos globais criam uma nova política de incertezas. E obrigam à distinção entre a radical impossibilidade de controlar os riscos e a efectiva falta de controlo dos mesmos. A fatal impossibilidade de controlar os riscos globais não afasta a obrigação de actuação por parte da política nacional e internacional. A transferência do discurso do risco para a opinião pública mundial obriga a essa actuação, encontrando-se assim a política condenada a dar uma resposta. Cruzar os braços perante os riscos reconhecidos é impossível desde o ponto de vista político, independentemente de se a sua actuação reduz ou aumenta esses riscos. Os riscos globais tendem a ter rosto, e ser eliminado o seu carácter anónimo —por exemplo, o rosto de Bin Laden é o rosto associado ao terrorismo. Na sociedade do risco, é necessário a adopção de *políticas da construção do risco*, com base nas quais se estabelece uma construção social dos riscos, e de *políticas de minimização do risco*, através das quais se estabelece a prevenção, minimização, e correspondentes intervenções transnacionais. Esta segunda forma pressupõe a primeira. A primeira define o marco de acção da segunda.

Os riscos globais apresentam, como anteriormente se referiu, consequências. Contudo, para além dessas consequências, temos ainda as *consequências das consequências*, e os paradoxos desses riscos. É a reflexividade. Estas consequências indirectas exigem

perguntar que tipo de consequências têm, ou podem vir ter, a construção política dos riscos ou as estratégias políticas que pretendem minimizá-los. A partir desta perspectiva cabe distinguir dois tipos de paradoxos do risco. Por um lado, *as consequências das consequências geram opinião pública*. Quanto mais claro e mais nefasto é o fracasso das respostas aos riscos, maior é a probabilidade de que se informe e se discuta publicamente sobre eles. Por outro lado, de acordo com a lógica das consequências indirectas, as actuações e as decisões políticas dirigidas a reduzir ou eliminar os riscos podem aumentar os perigos que pretendem reduzir. Assim, por exemplo, a guerra anti-terrorista no Iraque converteu o país no palco de encontro de redes terroristas transnacionais.

A sociedade do risco global não determina apenas novos desafios para a política e para a vida quotidiana, mas sim também para as ciências sociais. As interações sociais já não estão tão claramente definidas desde os pontos de vista espacial e temporal como se pressupunha no paradigma nacional. A sociedade do risco global baseia-se em conflitos sobre valores negativos (risco, crises, ameaças). Esta sociedade descreve a interdependência dos riscos impossíveis de controlar, desde três pontos de vista. Do ponto de vista *espacial*, na medida em que os riscos globais não conhecem fronteiras, de qualquer tipo. As mudanças climáticas, a contaminação atmosférica, a destruição da camada de ozono afectam a todos (apesar de não afectarem a todos de igual forma). Do ponto de vista *temporal*, uma vez que, o largo período de latência de alguns problemas torna obsoletas as antigas formas de combater e afrontar os riscos industriais (por exemplo, os alimentos geneticamente manipulados). E, por fim, do ponto de vista *social*, pois pressupõe a imputação de potenciais perigos, e com ela a questão da responsabilidade.

Desde o ponto de vista jurídico é difícil determinar quem é o culpado, quem contamina ou quem provoca uma crise financeira, uma vez que resulta da acção de diversos indivíduos.

A *deslimitação* dos novos riscos e a impossibilidade de calculá-los, suscitam numerosas controvérsias no seio da opinião pública. A cultura do “risco residual” enfrenta-se de forma permanente a uma “cultura da insegurança”. Contudo, do ponto de vista sociológico, esta última parece ter um peso cada vez maior. O que é importante nesta nova era do risco global, não é o calcular o risco ao milímetro, mas sim o desenvolvimento da percepção mundial dos novos perigos.

O distanciamento entre os Estados Unidos da América e a Europa pode atribuir-se às distintas percepções dos riscos?

Durante a guerra-fria, os grandes conflitos prenderam-se com questões de carácter político, ligados a questões de segurança nacional e internacional. Nesta sociedade do risco mundial os conflitos geopolíticos estão ligados a distinções culturais, religiosas e de percepção do risco.

Como se sabe, os Estados Unidos da América e a Europa propõem estratégias políticas distintas para fazer frente ao problema dos riscos globais. Assistimos simultaneamente à divergência de posições e convergência de interesses. Os chamados motivos “fortes”, como por exemplo os interesses económicos, desempenham certamente um papel preponderante na percepção dos riscos. Contudo, são fundamentalmente factores de ordem social e cultural os que determinam a distinta percepção do risco de sociedades, culturas, religiões e Estados. Deste modo a percepção dos riscos também traça novas fronteiras. Aqueles grupos, países, culturas e Estados que compartilhem a definição de ameaça formam parte da comunidade transnacional do risco, que se perfila e adquire uma estrutura institucional (actores e instituições nacionais e internacionais) através da luta preventiva contra as fontes de perigo. Um dos exemplos que melhor ilustra esta situação, é a distinta realidade vivida entre os Estados Unidos da América e a Europa no que diz respeito aos riscos das alterações climáticas e do terrorismo transnacional. Os atentados terroristas do 11 de Setembro eliminaram os obstáculos que existiam ao nível burocrático e institucional, entre os dois blocos, e permitiu adoptar uma estratégia proactiva e intervencionista, tentando assim um caminho para uma verdadeira política contra o risco terrorista, mas que infelizmente, se tem manifestado apenas na adopção e aplicação de medidas proteccionistas e aumento do poderio militar. Por outro lado, na Europa esta situação não conseguiu abrir a oportunidades para a criação de uma verdadeira reforma militar. Pelo contrário, o certo é que na Europa o reconhecimento do risco do terrorismo transnacional contradiz a institucionalizada missão de paz dentro e fora das fronteiras da Europa. E essa missão alinha com a prioridade concedida à luta pelos riscos de ameaças ecológicas. A consciência europeia de combate ao risco reside na transformação pacífica do mundo através de reformas globais dirigidas ao combate às agressões ao meio ambiente.

Em contrapartida, nos Estados Unidos da América, surgem cada vez mais grupos antiterroristas, cujo lema radical aponta para a escolha do “estás connosco” ou “contra nós”. O panorama geopolítico alterou-se. Velhos inimigos dos Estados Unidos da América, como a Rússia e a China, podem integrar-se numa “aliança contra o terrorismo”, enquanto que velhos aliados, como a França e a Alemanha, encabeçam a resistência internacional contra a guerra no Iraque, e desta forma excluírem-se a si mesmos dessa aliança.

Americanos e europeus vivem em mundos completamente distintos.

Uma visão militar do mundo tomada pela Europa, tornaria esta supérflua, fazendo dessas, as suas causas. Surgem pois, alternativas e novas linhas de conflitos. Estes conflitos são fundamentalmente o resultado das distintas formas de construir e determinar as possíveis fontes de perigos globais.

Quanto à distinção entre a lógica dos riscos globais ecológicos, económicos e terroristas, refere Beck que, os riscos ecológicos desatam uma dinâmica global. Estes riscos referem-se à destruição do meio ambiente, como consequência do desenvolvimento científico e tecnológico com o propósito de aumento da riqueza, e disso são exemplo a destruição da camada de ozono e as já referidas, alterações climáticas. Estes riscos, podem certamente imputar-se às sociedades industrializadas ocidentais, e as suas consequências são, de certo, globais.

Quanto aos riscos económico afluam as contradições entre a lógica de distribuição de *goods* (bens e rendimentos) e *bads* (catástrofes financeiras) das decisões arriscadas. Ressaltam as suas limitações de cálculo do risco, e apenas é possível delimitá-los espacial ou institucionalmente, pelo que fazem saltar pelos ares as fronteiras da segurança privada. Deste modo apresentam-se como riscos consideravelmente desterritorializados (pelo menos no que refere aos seus efeitos), e nesta medida difícil é imputá-los a responsáveis. Afectam directamente a estrutura social.

Os riscos terroristas representam catástrofes intencionadas. Os efeitos das suas acções são calculados e produzidos de forma intencional. Este conjunto de riscos obriga a repensar a relação entre confiança e risco. Menor confiança, maior percepção do risco. A ameaça terrorista gera uma destruição inflacionária da confiança. Quando a ameaça terrorista é levada a cabo a confiança é substituída pela desconfiança activa. Desconfiança nos vizinhos, nos cidadãos, nos estrangeiros, nos governos, nas instituições. As redes terroristas são definidas por Beck como *organizações não governamentais da violência*.

Pesem embora todas as diferenças que existem entre estes três tipos de riscos, compartilham importantes traços. Todos eles favorecem ou tornam necessária uma política de resposta proactiva, que destrua os fundamentos das formas e os sistemas de alianças de políticas internacionais, obrigando a redefini-los e a reformulá-los, exigindo a adopção de uma filosofia de política nova. Será que a Europa se dá conta de que as acções terroristas, por exemplo, não são anti-américa, mas sim anti-europa, anti-ocidentais, anti-cosmopolitas? Todos estes riscos não podem ser considerados como simples ameaças externas, mas sim como consequências, factos e incertezas fabricadas

pela própria civilização. Nesta medida, estes riscos de civilização podem elevar a consciência global de normas, criar opiniões públicas e, inclusive, uma visão cosmopolita. Na discussão sobre as causas dos responsáveis pelas ameaças da sociedade do risco global, a Europa perfilha-se como um novo espaço público transnacional. A discussão sobre definições e competências pode impulsionar o cosmopolitismo institucionalizado.

Contribuirá a sociedade do risco global para o nascimento de uma opinião europeia mundial?

A opinião pública e a sociedade civil europeia devem entender-se como resposta à sociedade mundial do risco. A opinião pública não reage da mesma forma perante a divulgação das decisões sobre ameaças e riscos, como perante a divulgação das consequências e efeitos problemáticos. Apenas perante a percepção desses efeitos problemáticos a opinião pública reage de forma irritada, assustada, preocupada, e consegue fazer sobressair dos indivíduos a sua indiferença e egoísmo, e criar um espaço público transnacional.

A construção dos riscos não é apenas directa, distinguidos pela sua lógica social ou política. Os riscos criam consequências indirectas e a, já citada opinião pública é uma delas. A força desta opinião pública depende da insistência dada pelos meios de comunicação de massas ao problema.

Os riscos globais criam espaços públicos transnacionais que comportam um momento reflexivo e comunicativo. Organizações e indivíduos vêm-se obrigados a *reflexionar* sobre as consequências das acções praticadas pelos outros.

A consciência pública dos riscos desintegra e reintegra a democracia. Refuta o postulado nacional segundo o qual a democracia apenas é possível dentro desse postulado. Cria um espaço público e um marco de referência que permitem definir os interesses dos afectados por cima das fronteiras, para depois organizar-se e exigir que se tomem as medidas oportunas.

Assim, podemos então referir que, os meios políticos poderosos da sociedade do risco global são os meios de comunicação. O sujeito político é composto pelos movimentos reivindicativos transnacionais que, perante ameaças reais e potenciais, conseguem encenar nos meios de comunicação os símbolos culturais que tornam conscientes as ameaças. Este pensamento ganha um maior relevo na consciência europeia sobre os riscos, do que na consciência norte americana.

Tomando consciência dos riscos, a sociedade do risco global torna-se auto crítica. Os seus fundamentos, coordenadas e rígidas coligações são postas em movimento. O político ganha nova força, através dos partidos políticos, instituições, alianças dentro, e entre, os Estados.

Os perigos globais são a personificação dos erros da primeira modernidade. A tomada de consciência desses perigos, à qual também contribui a reflexão auto crítica da modernidade, poderá permitir superar o fatalismo suscitado pelo processo de globalização.

A sociedade do risco global está em contradição com a concepção territorial de Europa, pois torna possível uma Europa transnacional, cosmopolita, autocrítica, que reflexiona as consequências globais da modernidade europeia. O territorialmente definido, deixa de ter definição prática.

Os interesses da segurança obrigam o império europeu a observar-se a si mesmo desde uma perspectiva externa.

Já não são o poderio militar do inimigo, as suas intenções beligerantes, instituições e indivíduos hostis, que têm nomes conhecidos, que utilizam uniformes, ocupam postos importantes e podem ser sujeitos a investigações com a ajuda de redes de espionagem e contra-espionagem, mas sim, os “Estados de risco”, cuja perigosidade reside no mal funcionamento ou na desintegração das estruturas estatais, o que preocupa o Império europeu, que se vê obrigado a controlar as suas zonas de perigosidade.

A percepção do risco difere, quer estejamos perante a posição dos Estados, quer estejamos perante a posição do Império europeu. O ponto de vista estatal localiza, e vê fundamentalmente os riscos globais no marco do Estado social; a sua visão dirige-se para o interior. Por outro lado, a visão do Império dirige-se para as relações *dentro-fora*. Torna-se necessária, uma política de segurança pré-activa. O seu objectivo é o controlar as zonas de insegurança. Contudo, por um lado, corre-se o perigo do resultado da política transnacional de redução dos riscos ser exactamente o contrário daquilo que se pretende obter, ou seja, que contribua para o aumento da insegurança. Por outro lado, a política de integração por expansão opõe-se a que os seus próprios êxitos se traduzam numa interiorização dos conflitos mundiais. De uma forma ou de outra, tal impõe a necessidade de abandonar este “cosmopolitismo a meias” que é o cosmopolitismo interior e adoptar uma perspectiva externa e transnacional.

Tendo em conta o supra exposto, a política do Império Europeu cai com facilidade naquilo que Beck denomina de *círculo de globalização*, no qual, as *boas intenções*

da globalização têm efeitos contraditórios. Quando actuam conjuntamente aceleram a desintegração dos Estados nacionais e colocam em perigo a segurança da própria Europa. Isto pode gerar guerras e tragédias humanas, como a que assistimos com a desintegração da ex-Jugoslávia. Apesar das medidas de liberalização e de fortalecimento da sociedade civil, não serem a causa determinante destas tragédias, uma vez que as circunstâncias e os problemas internos têm um papel fundamental, abrem um vazio de poder e legitimação do Estado que permanece oculto, mas que se pode insurgir em qualquer momento.

Assim pois, a política de segurança do Império europeu converte-se facilmente num paradoxo negativo do risco —a expressão “apagar o foco de incêndio com gasolina” encaixa aqui na perfeição.

Neste contexto de análise da realidade exterior que envolve o Império europeu, reveste-se de especial importância a questão da Guerra do Iraque e as suas consequências para o realismo cosmopolita. Este “descuido” face à política externa por parte de Europa deve-se, fundamentalmente, a dois factos. Por um lado, à ameaça externa que representou durante muitos anos, para a Europa, a União Soviética; e, por outro, à segurança prestada pelo apoio militar por parte dos Estados Unidos da América. A protecção militar dos Estados Unidos da América criou condições adequadas para que os europeus, massacrados pelas guerras mundiais, recuperassem. Assim, a Europa deu sempre mais atenção às questões da recuperação económica, política, de paz e democrática, descuidando a parte militar. Existindo assim, e desde sempre, como que uma dependência militar face aos Estados Unidos, por parte da Europa.

Com o fim da guerra-fria, esta preocupação face à ameaça da União Soviética desapareceu e com ela, amainou a dependência militar face aos Estados Unidos. Apesar de a própria Europa ainda não se ter dado conta disso (!).

Assim, é essencial que em assuntos tão vitais hoje em dia como a questão da guerra e da paz (guerras essas, que podem surgir de todo o lado e não centradas apenas na questão de leste ou do médio oriente) a Europa adopte uma posição comum. Caso contrário, a necessidade de coesão europeia pode fracassar. Enquanto a guerra-fria uniu os países de Europa ocidental, a nova situação política mundial ameaça destruir a própria União Europeia.

Que significa assim, “*integração*” perante estes “*inimigos abstractos*” que são os perigos da civilização da sociedade do risco global? Que significa propriamente *Europa* neste mundo cuja perigosidade se deve à concorrência da falta de velhos factores de

integração externa, à ampliação das fronteiras espaciais e geoestratégicas e ao surgimento de novos riscos globais?

Europa encontra-se num momento crítico, no qual se torna imprescindível definir estratégias, políticas, opções, e discutir questões bem mais importantes que a Constituição Europeia.

O sonho, para uns, e o pesadelo para outros, de que os Estados Unidos da América possam governar o mundo com o seu poderio militar e as suas políticas neoliberais, transformou-se numa quimera com a guerra do Iraque e o recente colapso das maiores empresas bancárias e financeiras, respectivamente. O exército dos Estados Unidos da América está preparado para entrar à força, derrubar os ditadores, repor a ordem e regressar a casa...não está de todo, preparado para instalar num país a democracia. E a guerra do Iraque desenvolveu e acentuou o paradoxo de risco. Se por um lado se pretende acabar com o terrorismo, com as suas atitudes estão a ser criadas condições para que ele se desenvolva ainda mais. Quanto às políticas neoliberais, comprova-se agora, o que há muito se defende: o neoliberalismo não funciona em tempo de crise.

Outro dos grandes erros desencadeados pelos Estados Unidos da América foi a não adopção de uma política realista. A super potência não pode dizer ao mundo que os seus interesses de governação mundial se baseiam em interesses puramente nacionais. É precisamente o realismo político que obriga a subordinar os interesses nacionais à consequência do fim cosmopolita que é o triunfo da democracia e da liberdade. O poder não resulta apenas do potencial militar mas sim da sua legitimação em sintonia com a opinião pública mundial e com os princípios de direito internacional. A cooperação internacional é fundamental. A radicalização da unilateralidade desemboca na necessidade de uma cooperação multinacional.

Outro dos pilares da unilateralidade norte-americana é o jogo de poder que existe na distinção entre a “velha” e a “nova” Europa. No apoio aos Estados Unidos a Europa também se encontra dividida. E a política europeia de “contra poder” comete o mesmo erro que o governo norte-americano: a unilateralidade. Deste modo, a Europa priva-se a si mesma das fontes cosmopolitas de cooperação e legitimação do poder global.

A relação existente entre a Europa e os Estados Unidos da América caracteriza-se por diferenças fundamentais. Estados Unidos e Europa são hoje radicalmente diferentes. Ambos vêm o mundo desde perspectivas distintas: Estados Unidos da América, desde uma perspectiva forte, Europa desde uma perspectiva débil. Nos Estados Unidos a força

militar reforçou o seu papel de super potência. A debilidade militar de Europa, pelo contrário, conduziu a uma compreensível rejeição do poder militar.

Desde uma perspectiva “realista”, a solução passa pelo aumento da força militar da Europa. Contudo, não é esta a solução a adoptar, por uma Europa que se quer cosmopolita. É necessário revelar e criticar a obsolescência do conceito de poder. E se alguma vez esta concepção esteve correcta, hoje em dia, com a sociedade do risco global, este conceito está completamente obsoleto. Os ataques terroristas de 11 de Setembro de 2001 são equiparados ao Chernóbil da concepção militar do poder. A grande diferença que se verifica, é que, contrariamente do que ocorria na época da guerra-fria, hoje o recurso ao armamento já não é a solução, nem garantia de segurança. A novidade desta nova dimensão da sociedade mundial do risco é que, face aos riscos terroristas, nem os Estados mais poderosos, dotados de uma superioridade militar, são imunes a esses ataques, de agressores desconhecidos, anónimos, imprevisíveis e incontrolláveis. O neoliberalismo e a sua estreita concepção, pressupõe que a força militar é fonte de Direito e de legitimidade, ignorando que, na sociedade do risco global, as fontes de legitimidade e de legalidade do uso da força se deslocam desde o âmbito nacional, para o âmbito global. Contudo, apenas o uso militar nos termos e de acordo com a lei, no espaço global, é fonte de poder político. Por outro lado, as políticas neoliberais desconhecem as novas possibilidades de poder que não resultam do poderio militar ou económico, mas sim da arte de cooperação transnacional.

Para conservar e aumentar o seu poder, os Estados devem cooperar, acordar regras internacionais e criar as correspondentes instituições internacionais, verdadeiramente responsáveis. A sociedade do risco global exige uma concepção mais complexa de poder estatal, uma concepção na qual o factor militar continua a ter um papel importante, mas já não decisivo.

Para se compreender a verdadeira relação de poder entre Estados Unidos da América e Europa na sociedade do risco global, é necessário reconhecer que a ordem mundial não é assim tão simples, como possa parecer, e permitir colocar os *fortes* de um lado e os *fracos* de outro. Na verdade ambos são fortes e ambos têm debilidades. Enquanto os Estados Unidos da América têm força militar, falta-lhes, por outro lado, poder moral e legitimação. Em contrapartida, a Europa é débil desde o ponto de vista militar, mas detém em si mesma, força legitimadora que outorga moral e Direito.

Se é improvável que a Europa se compare a curto prazo, ao nível militar, com os Estados Unidos da América, também é improvável que estes sejam capazes de superar a sua falta de legitimação no mundo, especialmente depois das nefastas consequências

políticas, militares e sociais, ocorridas em diversos momentos como a guerra no Iraque, os desastres ecológicos, como o Katrina, ou mesmo a falência da economia.

Defende Beck que, estas diferenças podem ser aproveitadas para um novo ponto de partida, ou seja, a base de uma nova divisão do trabalho transnacional. Os Estados Unidos da América necessitam urgentemente de aliados que possam ajudar a construir uma nova ordem internacional estável.

Apenas cooperando com os Estados Unidos da América a Europa conseguirá uma resposta para os riscos globais. E para responder de forma positiva a este desafio, a Europa necessita de algo mais que não apenas um poderio militar (à semelhança dos Estados Unidos). Precisa de adoptar um ponto de vista que lhe permita ir ao fundo da questão, às raízes dos problemas e alterar a dinâmica política que originou estes problemas. O verdadeiro calcanhar de Aquiles da Europa é a atitude pacifista que tem vindo a tomar; paralisação política e falta de ideais e visões capazes de reduzir os riscos globais e de tornar viável, uma sociedade muçulmana, cristã, judaica, protestante, budista, mas essencialmente, realista, diferente e democrática.

Neste ponto, uma Europa cosmopolita torna-se essencial e fundamental. A questão da inclusão da Turquia na União já não é debatida no que diz respeito à identidade, mas sim à forma de garantir a segurança interna na Europa. A necessidade de estender pontes com o Oriente, pode ser a alternativa ao poderio militar usado pelos Estados Unidos da América.

6. EUROPA —QUE FUTURO?

A Europa encerra em si mesma, diversas contradições e paradoxos, quer internas quer externas, conforme se explanou anteriormente.

Neste contexto da sociedade mundial do risco e perante o cenário do processo de globalização, torna-se necessário compreender e explicar que Europa desejamos.

Num mundo, no qual os conflitos étnicos explodem e ameaçam explodir em qualquer lado, é necessário reflectir sobre a máxima da Europa cosmopolita: sem uma política orientada para a reconciliação a democracia não é possível, como também a longo prazo a paz e a segurança ameaçam tornar-se quimeras.

A actual amplitude e grau que os riscos de civilização atingiram no seio da opinião pública mundial e na vida quotidiana dos homens, tornam absurdas e perigosas, por um lado a reacção pós-moderna, que abandona as exigências de racionalidade e de controlo da modernidade, e por outro, a postura da primeira modernidade, que defende ser possível fazer frente aos riscos de civilização com os mesmos meios da modernidade que criaram estes riscos.

O caminho a seguir é o da modernização reflexiva, que tendo presente as distintas formas históricas de aceder e entender os princípios da modernidade, reconhece a existência de *modernidades alternativas*, representando assim, ela própria, uma alternativa ao *american way* que globaliza a primeira modernidade e incluiu categoricamente a possibilidade de reconhecer outras modernidades.

Nesta Europa cosmopolita, os riscos de civilização têm duas caras. Escapam ao controlo dos Estados nacionais (contrariamente ao que se assistia na primeira modernidade), criam opiniões públicas e comunidades de risco transnacionais ou globais que se esforçam para encontrar soluções. Neste sentido, uma Europa cosmopolita pode aproveitar o potencial de legitimação pública dos riscos de civilização de forma a criar e reforçar a coligação da sociedade civil europeia e global e os Estados cosmopolitas cooperantes.

Contudo, que caminho seguirá a Europa? Como solucionará os seus problemas internos?

Siga o caminho que seguir, o certo é que a Europa deve mudar. O futuro da Europa não está predeterminado, e as dinâmicas interna e externa referentes à europeização não podem estancar.

São três, os futuros possíveis que a Europa pode vir a seguir.⁹⁸

Um desses caminhos passa pela possibilidade de *desintegração* da União Europeia, em consequência das suas inúmeras contradições internas e externas.

Nesta situação seria impossível a integração económica dos novos Estados-membros da Europa oriental. Cairíamos no nacionalismo e radicalização política, em que os partidos e Estados nacionais mais fortes gerariam com as suas decisões num círculo vicioso de paralisação de decisões das instituições supranacionais. A forte divisão entre os Estados membros e a União no que respeitaria a estratégias e prossecução de objectivos de âmbito exterior, poderá levar à desintegração da União. O certo é que,

⁹⁸ Neste ponto cfr. BECK, U., GRANDE, E. (2006) *La Europa Cosmopolita – Sociedad y Política en la segunda modernidad*, Ediciones Paidós Ibérica, págs. 311-314.

presentemente, existem já três frentes antagónicas: *a frente continental europeia*, composta pela França e Alemanha, que pretende converter a Europa no centro do poder mundial unitário e independente capaz de competir a todos os níveis com os Estados Unidos da América e a China; *a frente transatlântica*, composta pela Inglaterra, pretende uma União como parte de uma comunidade de valores liderada pelos Estados Unidos da América, contrapondo-se à frente anterior; e por fim, *a frente neutral*, composta por alguns países mais pequenos como a Finlândia, Áustria, Suécia, que defende a independência da política exterior da União, com a consciência de não poder alcançar este objectivo de forma isolada, pretendendo, também, evitar o domínio por parte de Estados mais poderosos.

Estes conflitos internos caso se acentuassem, acabariam por desintegrar a União e criar um maior número de alianças estatais e regionais com escassas competências supranacionais.

A segunda possibilidade é o *estancamento europeu*.

Poderá verificar-se, se a Europa conseguir a integração económica dos países da Europa oriental, mantendo o mercado interior único funcional. Contudo, a crescente heterogeneidade entre os Estados-membros não permitiria a adopção de políticas correctoras no mercado no plano europeu. O conflito de interesses entre os Estados-membros impediria o avanço da integração como ampliação de competências comunitárias em matéria de política exterior e de segurança.

A União estancaria, pois não passaria de um simples espaço económico neoliberal, sem objectivos políticos e com duvidosa legitimidade democrática.

A terceira possibilidade passa pela *cosmopolitização* da Europa.

A Europa cosmopolita aspira a integrar economicamente a União através da sua ampliação a leste, e por outro lado a integração e fortalecimento da política exterior e de segurança. É necessário assim, numa ordem mundial cosmopolita, como um segundo centro de poder capaz de fazer frente aos Estados Unidos da América. Uma ordem mundial baseada no reconhecimento da diferença do outro.

Esta Europa cosmopolita não está livre de contradições, mas encontra meios mais eficazes para fazer face aos dilemas e paradoxos que assolam a Europa nos dias de hoje.

Assim, exige-se que os europeus do início do século XXI reinventem e redefinam politicamente a Europa.

De forma a ser alcançada esta Europa cosmopolita, é necessário um fortalecimento da sociedade civil europeia através do estabelecimento de normas constitucionais reconhecidas por todos. É igualmente necessária uma transição para um modelo de democracia posnacional que outorgue um papel activo na tomada de decisões europeias. Pretende-se também a introdução de um novo princípio de integração cosmopolita que já não aspire a harmonizar regras e superar diferenças (nacionais) mas sim a reconhecê-las. Por fim, é também necessária a consolidação de uma Europa impulsionadora de um cosmopolitismo global, como integrante de uma nova comunidade de segurança transnacional.

A Europa cosmopolita necessita de uma Constituição, é certo. Contudo, esta necessidade não é para a criação de um super Estado, nem para por um ponto final no processo de integração. Estes dois objectivos são incompatíveis com a Europa cosmopolita. A Europa cosmopolita necessita uma Constituição, para servir de fundamento normativo a uma sociedade civil europeia, e porque o cosmopolitismo se baseia no reconhecimento da diferença. A Constituição iria institucionalizar o cosmopolitismo na política europeia.

Defende Beck que a Constituição europeia deverá ser submetida a referendo a nível europeu, no qual os cidadãos dessem a sua aprovação a essa sua Constituição. Desta forma livrar-se-ia a Constituição do rótulo de produto da diplomacia secreta pré-democrática, e desta forma, passar a ser entendida como produto da vontade democrática dos cidadãos europeus e devidamente legitimada. Contudo, o fortalecimento da sociedade civil europeia e a criação de uma opinião pública europeia deve ocupar um lugar preponderante na agenda da Europa cosmopolita.

Pretende-se uma Europa democrática, legitimada pelo princípio da intervenção. Através da adopção de referendos, os cidadãos europeus seriam chamados a participar activamente na tomada de decisões políticas. Estes referendos deveriam ser referendos *realmente* europeus, deveriam celebrar-se sobre qualquer tema, podendo ser inclusive, proposto por qualquer cidadão. Os referendos deveriam ser da iniciativa dos cidadãos, e não de instituições supranacionais como a Comissão Europeia ou governos nacionais e os seus resultados deveriam ser vinculativos para as instituições supranacionais, conferindo assim, aos cidadãos europeus um poder de decisão real. As instituições supranacionais deveriam ter a possibilidade de reagir face aos resultados dos referendos e integrá-los nas suas próprias propostas. Os referendos europeus poderiam assim, constituir um instrumento eficaz para que os cidadãos europeus deixassem de ser objectos passivos, transformando-se em sujeitos activos da política europeia. Da sua concreta utilização pode depender o futuro desenvolvimento do Império europeu, a

possibilidade do cosmopolitismo europeu adoptar moldes despóticos ou emancipadores.

Por outro lado, é necessário diligenciar formas de incluir os excluídos e corrigir as desigualdades de oportunidades de participação. Abrir possibilidades de participação e intervenção por parte dos cidadãos, dos grupos da sociedade civil, dos partidos e dos governos dos países situados em zonas de influência externa. Contribuindo assim, para o romper com a lógica do *isto ou aquilo*, do que pertence ou não à União. Pertencer à Europa, ao Império Europeu, não significa propriamente ser membro formal da União Europeia, significa antes do mais, definir-se a si mesmo como tal.

É necessário o reconhecimento da igualdade de direitos, mas só por si, não é suficiente. O princípio da maioria, por exemplo, é uma desvantagem, uma vez que não se toma em conta a diferença —e, a minoria é, muitas vezes, a maioria. Este princípio apenas pode legitimar a sua força, caso exista a possibilidade de incluir e dar voz às minorias. Se assim não for, o princípio da maioria não confere democracia, proporcionando antes, conflitos. E este é exactamente o perigo ao qual se expõe esta Europa que se quer cosmopolita. Este princípio da maioria deveria ser substituído pelo princípio do consenso. Esta é a forma, com que a maioria dos Estados heterogêneos do ponto de vista sócio-cultural, conseguiriam garantir o reconhecimento político da diferença, das posições minoritárias, na tomada de decisões políticas. A aposta deve passar pela adopção de uma *democracia do consenso* ou *democracia de negociação* (por referência às teorias de Arend Lijphart, que defende uma política consensual —*As Democracias Contemporâneas* (1989), e *Modelos de Democracia* (2003)⁹⁹.

Torna-se igualmente necessária a adopção de novas estratégias de controlo, ou seja, um controlo institucional, ampliando e optimizando os controlos institucionais no sistema político da União. Este princípio de controlo deve pautar-se por um princípio da igualdade de poder institucional (mesmo número de competências para as instituições da União), e pelo princípio da interdependência institucional (nenhuma instituição importante do sistema de governo deve ficar fora do sistema de controlo institucional do poder).

Contudo, o fortalecimento da democracia na Europa não basta. O êxito da Europa cosmopolita depende da sua abertura a uma nova filosofia da integração baseada na ideia de integração cosmopolita, e uma abertura tanto dentro como fora.

⁹⁹ BECK, U., GRANDE, E. (2006) *La Europa Cosmopolita – Sociedad y Política en la segunda modernidad*, Ediciones Paidós Ibérica, pág. 327.

No princípio da integração cosmopolita fundem-se os processos de integração interna e externa, pondo claramente de manifesto a ambivalência do cosmopolitismo europeu. Unidade já não se confunde com unificação e, a força da Europa reside justamente no reconhecimento das suas diferenças.

Durante muitos anos, o processo de integração desenvolveu-se seguindo o modelo da *superção da diferença*. O fio condutor utilizado até hoje sempre foi a prossecução da uniformidade. Uniformização uniforme significa que todos os Estados membros aplicam, simultaneamente, um mesmo regulamento comunitário, com um conteúdo único.

Esta política de harmonização confunde unidade com uniformidade, ou, em última análise, admite que esta última seja imprescindível para se alcançar a primeira. O critério utilizado para medir a realidade institucional da nova Europa foi o grau de unificação alcançado, harmonizando os distintos âmbitos políticos (política social, regional, regulação de mercado, política de investigação, política ambiental, etc.).

A integração cosmopolita, pelo contrário, baseia-se numa mudança de paradigma. E a sua máxima preconiza a diversidade como solução e não como problema — não é necessário renunciar à própria identidade nacional, para se poder identificar como europeu. É-se europeu porque se reconhece na sua própria forma de vida como parte das múltiplas identidades que constituem a riqueza da Europa¹⁰⁰.

A tese defendida por Beck é a de que, numa Europa cosmopolita, o *princípio da integração diferenciada*¹⁰¹ deve radicalizar-se e ampliar-se. A política de uniformização deve ser afastada. A diferença não deve ser entendida como um problema a eliminar, mas sim ser aceite e reconhecida, como um potencial que é necessário conservar e aproveitar. Desta forma, a política europeia também superará a sua *fixação* na União Europeia, a sua *obsessão*, pensando e entendendo a Europa no contexto da sociedade do risco global.

O *princípio da integração diferenciada* deve desenvolver-se em duas direcções. Face ao exterior, como instrumento capaz de conseguir alcançar uma melhor integração da Europa nas novas formas da política transnacional. E face ao interior, como requisito imprescindível para por em prática o reconhecimento da diferença numa Europa cosmopolita.

¹⁰⁰ BECK, U., GRANDE, E. (2006) *La Europa Cosmopolita – Sociedad y Política en la segunda modernidad*, Ediciones Paidós Ibérica, pág. 332.

¹⁰¹ BECK, U., GRANDE, E. (2006) *La Europa Cosmopolita – Sociedad y Política en la segunda modernidad*, Ediciones Paidós Ibérica, pág. 331 e segs.

Só assim, se conseguirá garantir exigências aparentemente contraditórias: *o reconhecimento da diferença e a integração do que é diferente.*

Neste princípio podem distinguir-se dois tipos de integração diferenciada. Por um lado, a integração enquanto princípio que respeita a diferença. Como por exemplo, a regra do “reconhecimento mútuo”. A possibilidade de conservar as distintas regulamentações nacionais, exige que estas sejam compatíveis entre si e que cumpram os requisitos funcionais de uma regulação europeia. Por outro lado, a diferenciação enquanto princípio que respeita a integração, como por exemplo, a questão da diferenciação geográfica. Aqui, as regras e as políticas variam territorialmente. As regras e as políticas não valem para todos, mas apenas para aqueles Estados-membros que se comprometeram a tal.

Este princípio da integração diferenciada abarca duas posições, que à primeira vista podem parecer contraditórias. Por um lado pretende alcançar a coesão na Europa cosmopolita através do reconhecimento da diferença e da tolerância constitucional. Por outro lado, divide a própria Europa. Sem lugar para dúvidas, a generalização do princípio da integração diferenciada pode conduzir à desintegração de Europa. Assim, pois é necessário colocar-lhe limites. Como?

Através do *princípio da integração externa*. A integração externa une, torna possível e limita ao mesmo tempo, a integração diferenciada. E isto é válido tanto para a política cultural como para a política de estratégia. A integração deve ser também dirigida para o exterior. Os problemas exteriores há muito que são também problemas da Europa.

A questão turca é um deles. Dada a existência de redes terroristas internacionais que actuam ao nível global e de forma anónima, o seu ingresso na União é necessário para garantir a segurança interna da própria Europa. A solução será transformar o externo em interno, o que no caso do terrorismo significa que há que restabelecer a segurança interna da Europa através da integração de uma Turquia europeia, muçulmana e, essencialmente, democrática. Uma Europa que se afirme contrapondo-se à Turquia, converter-se-ia numa ameaça para si mesma.

Nesta sociedade do risco global, os riscos terroristas já não se podem combater com meios militares ou com as velhas alianças. Estes riscos exigem uma concepção mais ampla de segurança, ou melhor, de insegurança. A questão da integração da Turquia na União deve abordar-se tendo em conta a necessidade de uma concepção mais ampla da segurança no Império europeu. De onde retira a sua força integradora a integração externa?

Esta integração externa também necessita de coligações de pioneiros e formas de integração diferenciada. Habermas e Derrida (2003) defendem a criação do *núcleo europeu: pequenos Estados dispostos a cooperar*¹⁰². E Hofmann (2004) refere mesmo que, é necessário que os vários governos ponham em prática políticas que sejam reflexo do que é ser europeu¹⁰³.

Contudo, serão estes argumentos a favor de uma Europa cosmopolita apenas simples desejos irrealis num mundo em que o que impera, não são normas internacionais de cooperação transnacional, mas sim o poder económico e militar? Qual é o verdadeiro interesse da Europa? Que interesse tem a Europa em enviar tropas para as guerras de guerrilha em África, na Bósnia, Kosovo, Macedónia, Iraque? Quando, e quando não deve, intervir militarmente a Europa cosmopolita? E em que regiões, com que meios, em que circunstâncias, com que aliados, e com que fins? Quem, e de que forma, pode decidir esta intervenção?

A falta de concepção estratégica é a grande carência da Europa.

Assim, o princípio que deve guiar a política mundial da Europa já não pode ser o princípio da autodeterminação nacional, mas sim o *princípio da cosmopolitização regional*, que se inspira no modelo da Europa cosmopolita. Devem ser estabelecidas alianças regionais entre Estados. Cooperação através de redes transnacionais. E só assim, será possível evitar traumas de guerra e conflitos étnicos, aplicado aos explosivos conflitos Israel/Palestina, Afeganistão, Iraque, Irão, entre outros.

Em caso de conflito a Europa pode intervir, não ao nível militar, mas sim, ao nível da cooperação e mediação. A Europa deverá trabalhar na paz com os países do leste da Europa, assegurando assim a sua própria segurança.

A Europa cosmopolita deve lutar pelo reconhecimento da sociedade do risco global nas suas dimensões ecológica, económica, cultural, política e terrorista. Com este reconhecimento a Europa pode criar novos mercados, novas fontes de legitimação, novas interdependências globais, novas formas de actuação. Os riscos não são assim, entendidos apenas como riscos, mas sim também como instrumentos para legitimar e criar as instituições de uma nova ordem cosmopolita.

¹⁰² DERRIDA, J. e HABERMAS, J. (2003) apud. BECK, U., GRANDE, E. (2006) *La Europa Cosmopolita – Sociedad y Política en la segunda modernidad*, Ediciones Paidós Ibérica, pág. 342 e 343.

¹⁰³ HOFMANN, G. (2004) apud. BECK, U., GRANDE, E. (2006) *La Europa Cosmopolita – Sociedad y Política en la segunda modernidad*, Ediciones Paidós Ibérica, pág. 343.

A Europa cosmopolita rejeita a ideia de existir apenas uma só via de modernidade, o *american way*. Defende o reconhecimento e a formação de vias de modernidade alternativas.

Uma Europa que assuma a responsabilidade cosmopolita, não pode obstar ao reconhecimento dos outros. Na Europa, o verdadeiro europeu, não pode ser negro, branco, judeu, muçulmano ou cristão. Mas na realidade, o verdadeiro europeu, o europeu branco e cristão, vê-se a si projectado no outro, no estrangeiro, na medida em que esse outro se reconheça a si mesmo com fazendo parte, de forma uniformizada, da cultura europeia. Ou seja, o outro é *outro*, mas adoptando a cultura europeia. Ora, para se tornar cosmopolita...a Europa deve abandonar esta concepção.

7. OS DILEMAS DA EUROPA COSMOPOLITA

O império cosmopolita não é uma máquina de felicidade global, encontra-se, pelo contrário, cheio de contradições, ambivalências e paradoxos que dão lugar a dilemas¹⁰⁴. Beck não se propõe a resolver esses dilemas, mas sim colocá-los face à necessária discussão.

A segunda modernidade não resolve os problemas da primeira modernidade, mas coloca a descoberto essas contradições, ambivalências e paradoxos, e assinala perspectivas, incluindo os dilemas que estas encerram.

Beck desenvolve a necessidade de uma *teoria crítica e autocrítica dos problemas*. Neste sentido, e por força da referida teoria, expõe e alerta para os dilemas da Europa cosmopolita.

A Europa cosmopolita encerra em si mesma o dilema do *universalismo*.

Com já foi referido, requerem-se normas mínimas de universalismo, de normas de universalismo básicas. Mas que tipo de normas, e quem as emana? Será mesmo necessária a Carta dos Direitos Fundamentais? Ou basta com aplicar essas normas em futuras decisões da União Europeia?

Perante o argumento racista, os diferentes são inferiores, logo não podem ser membros de uma sociedade nacional, e a primeira reacção não é o respeito pela

¹⁰⁴ Neste ponto cfr. BECK, U., GRANDE, E. (2006) *La Europa Cosmopolita – Sociedad y Política en la segunda modernidad*, Ediciones Paidós Ibérica, págs. 351-358.

diferença: a resposta vai mais ao encontro da teoria universalista, através da qual todos os homens são iguais, e têm os mesmos direitos.

Já Kant reprimia a diversidade, ao defender um cosmopolitismo universalista. Kant defendeu e levou a uniformidade ao extremo e excluiu os Estados e os indivíduos que não encaixavam nos modelos predefinidos do cidadão racional¹⁰⁵.

Assim, quantos cosmopolitismos existem, ou devem existir? E, não continua ainda hoje válido o postulado kantiano de que em matéria de direitos humanos apenas pode haver *um* cosmopolitismo? Acaso é possível proclamar direitos humanos para todos os homens e aceitar, ao mesmo tempo, uma declaração dos direitos humanos muçulmana, africana, judaica, cristã, asiática? O certo é que respeitar a diferença do outro é considerá-lo como fazendo parte da mesma humanidade, e ao mesmo tempo respeitar a sua história.

Outro dos dilemas a considerar é o dilema da *integração*.

Esta Europa cosmopolita acentua um problema que persegue a Europa desde sempre —como é possível conciliar e vincular unidade e diversidade na era cosmopolita? Quais são os limites da auto integração controlada de Estados, regiões, etnias e nações na União Europeia? Quais são os limites da integração diferenciada, tendo em conta que a supressão de fronteiras pode acentuar a percepção das desigualdades existentes na Europa? E, como se fará a integração dos chamados perdedores da europeização?

Por outro lado, ao nível exterior, como conseguir que os Estados Unidos da América voltem a ter uma relação transnacional cordial? Não será necessário um reconhecimento por parte dos Estados Unidos da América, da capacidade de influência na sua forma de exercer o poder? Poderá uma NATO renovada voltar a aspirar a alcançar o objectivo de integração externa proposto? E, neste sentido, o que poderá fazer uma ONU reformada?

O terceiro dilema para o qual Beck chama a atenção é, o dilema da *insegurança*.

A sociedade do risco global confronta todos os actores políticos e sociais com um novo tipo de insegurança e incerteza —*insegurança fabricada*. As possíveis respostas institucionais não reduzem a incerteza, mas antes, acentuam-na. Por outro lado, na política internacional ainda não existem regras que indiquem como lidar com os riscos globais.

¹⁰⁵ BECK, U., GRANDE, E. (2006) *La Europa Cosmopolita – Sociedad y Política en la segunda modernidad*, Ediciones Paidós Ibérica, pág. 353.

Talvez tudo isto não seja novo...a novidade histórica deste tipo de inseguranças, reside fundamentalmente no facto de a opinião pública mundial também ser consciente dessas inseguranças, discute e opina sobre elas. Na questão suscitada pelo terrorismo, que actua ao nível internacional, existe uma opinião consciente de que todos podemos ser vítimas dele, em qualquer momento e em qualquer parte do mundo. Deste modo, a consciência da insegurança globaliza-se. E o inquietante destas ameaças terroristas é que a sua radical indefinição e a impossibilidade de lhes fazer frente são totalmente intencionadas. Uma política de segurança destinada a combater esta profunda insegurança já não pode apoiar-se nas instituições existente, mas deve sim experimentar novas formas de cooperação.

Quando se toma em sério o risco terrorista, o dilema segurança ou democracia instala-se dentro dos Estados. Quanto mais eminente a ameaça do inimigo, tanto mais se reclama, inclusive nas democracias consolidadas, segurança a qualquer preço, e tanto mais disposto para restringir, ou inclusive renunciar, direitos fundamentais.

Ao nível exterior, suscita o dilema da intervenção. Dois impulsos antagónicos movem o cosmopolitismo europeu: intervir ou não intervir, e ambos são igualmente criticados na opinião pública mundial.

A Europa cosmopolita enfrenta também o dilema das *fronteiras*.

Nesta matéria uma interpretação pós-moderna do cosmopolitismo europeu —que defende uma lógica de interdependência e de globalidade— dificulta e impede a conservação de fronteiras, ou mesmo o construir de novas. Beck defende que com o cosmopolitismo da segunda modernidade é possível abrir fronteiras, obrigando ao encerramento de outras. O nacional supera-se e conserva-se, simultaneamente. Como é isto possível? Onde termina a Europa cosmopolita? Como é possível incluir e excluir ao mesmo tempo, por exemplo, a Turquia? Se este entrelaçamento entre *dentro e fora, interior e exterior* se converte em norma, quem, e como definir a Europa cosmopolita? Contra quem? E contra o quê? O que pode afirmar a sua identidade? Ou será que, estas perguntas deixam de ter sentido, na medida em que são, precisamente, o conceito e a questão da identidade, os que fazem voltar a cair na armadilha da lógica do *isto ou aquilo*, impedindo-nos assim de ver a realidade da Europa do *não só isto, mas também aquilo*?

Outros dos dilemas levantados pela Europa cosmopolita, é o dilema da *paz*.

Não puseram fim os êxitos da Europa cosmopolita à sua missão de paz? Não se converteu a paz, que desde meio século se considera como algo óbvio, numa posição cómoda, que não se quer perder e que leva à inércia e ao conformismo activo?

Em que consiste propriamente a missão pacificadora da Europa frente a esta nova guerra mundial que representa o terrorismo?

Segundo Beck, a teoria da modernidade reflexiva, não aspira a dar solução a estes dilemas, a sua intenção, pelo contrário, é fornecer um marco teórico, conceptual e empírico que permita compreender as realidades e os dilemas de uma Europa que se quer cosmopolita.

Como reagir perante estes paradoxos e contradições? Serão estes dilemas motivo para invocar a nostalgia perante as velhas certezas da primeira modernidade? Ou deverão ser consideradas como o princípio de uma cultura das incertezas e dilemas partilhados?

O que se pretende é o alcançar de uma Europa consciente dos seus dilemas e paradoxos. Consciente dos riscos ecológicos, económicos e terroristas da sociedade do risco global. Consciente da realidade que enfrentamos nesta segunda modernidade.

É necessário que a Europa evite combinar arrogância e ignorância perante as outras culturas. Evitar idealizar o *estranho*, o *outro* e construí-lo à sua imagem e semelhança.

O poder e a força globais da Europa cosmopolita baseiam-se na responsabilidade perante os dilemas partilhados, e no seu reconhecimento. Por um lado, a Europa deve evitar cair nas armadilhas da arrogância, do egoísmo e da negação de si própria. Por outro lado, é precisamente daqui que deve extrair o seu orgulho e a sua auto consciência, assim como da sua unicidade histórica, que demonstrou ao mundo a possibilidade de convivência com velhos inimigos.

A Europa cosmopolita deve adoptar a consciência e transmiti-la ao mundo, de que existe alternativa ao *american way*, na qual o Direito, a igualdade política, a justiça social, a integração cosmopolita e a solidariedade ocupam um lugar central. Na Europa cosmopolita deverá imperar o reconhecimento e aceitação da diferença, do *outro* enquanto *outro* e a alternativa passa necessariamente pelo *não só isto, mas também aquilo*.

“A Europa está farta de não existir, ainda! Está farta de ser um arrabalde de si própria”.

Fernando Pessoa (1917)

IV

CONSIDERAÇÕES FINAIS

SÓ SEI QUE NADA SEI: UM CAMINHO PARA A (IN) SEGURANÇA

Será então que, globalização e cosmopolitismo seguem caminhos diferentes? São conceitos que se excluem mutuamente? Ou não? E, neste ponto, como conseguir a inclusão dos conceitos na sociedade do risco global?

Ulrich Beck criou o termo sociedade do risco em 1986. Presentemente, no início do século XXI, deparamo-nos com uma *sociedade do risco global*. Em 1986, sociedade do risco encerrava um argumento *cinematográfico*. E hoje em dia tão actual!

Esta sociedade do risco global aponta para uma nova concepção do risco. Pensar de novo os riscos, estes novos riscos. Para Beck, risco significa a antecipação da catástrofe e não se confunde com esta, na medida em que, catástrofe significa o acontecimento efectivo.

Na sociedade do risco global encontra-se patente o antagonismo *conhecimento/desconhecimento*. Saber, ou não saber? Ter, ou não ter, conhecimento acerca dos riscos? Conhecer, ou não, a realidade? Os riscos da sociedade do risco global encontram-se estreitamente ligados ao desconhecimento. É o desconhecimento que faz aumentar o potencial dos riscos; mas, por outro lado, é também a percepção e o conhecimento acerca dos riscos que dá vida e dinâmica à própria sociedade do risco.

O grande desafio das teorias de Ulrich Beck baseia-se na necessidade que existe em construir um novo conceito de sociedade. Pensar de novo a sociedade...

Esta sociedade do risco global, caracterizada pelos riscos ecológicos, económicos e os decorrentes do terrorismo, adoece perante os seus próprios antídotos. O desemprego massivo resulta da luta da humanidade pelo aumento da produtividade e a consequente diminuição do trabalho e força humanos. A ruptura dos serviços de segurança social europeus resulta dos êxitos da ciência e medicina, na medida em que assistimos, a cada dia que passa, a um aumento da esperança média de vida.

É necessário *reflexionar* estas questões. É necessário *reflexionar* os riscos e as incertezas da modernidade.

Nesta era da globalização, nesta era global, era da sociedade do risco global, haverá lugar para o cosmopolitismo?

Para Ulrich Beck este é o momento para o cosmopolitismo. É através do fenómeno da globalização nesta sociedade do risco que se deverá apostar no cosmopolitismo. A sociedade do risco global lança um novo momento: *o momento cosmopolita*. É através dos riscos (globais) da sociedade do risco que se assiste à confrontação com o *outro*. Este *outro*, que se encontrava excluído de inúmeras sociedades, hoje encontra-se espalhado pelos quatro cantos do mundo. São estes riscos globais que esbatem fronteiras e as ultrapassam sem qualquer controlo, barreiras ou passaporte, misturando em cada nação, naturais com estrangeiros. O longínquo *outro* converte-se no *outro* interior. O dia-a-dia cosmopoliza-se. Os indivíduos constroem as suas vidas no intercâmbio com os *outros* e já não apenas no encontro com os *iguais*.

A conclusão que podemos retirar das teorias de Ulrich Beck é a necessidade de perceber e compreender a reflexividade das incertezas e a aposta na necessidade de contribuir para a efectiva criação do momento cosmopolita, como forma de alcançar uma vivência sustentável na sociedade do risco global.

Como?

A própria noção de cosmopolitismo, segundo as teorias de Beck, deriva da própria reflexividade social do sentido e necessidade de uma nova visão, uma nova forma de ver e compreender a sociedade.

As instituições básicas da primeira modernidade continuam a tentar, através de uma hipocrisia do absurdo optimismo, antecipar o que já não é passível de antecipação.

Os acontecimentos do século XX ajudam a entender a necessidade de conhecer o desconhecido. É deste desconhecimento —inclusive acerca do conhecido— que brotam os riscos e perigos que ameaçam a humanidade —o DDT quando foi descoberto ninguém previu as suas consequências desastrosas. Logo, ao negar-se a sociedade do risco global contribui-se para o seu crescimento. Menosprezar os riscos globais reforça-os na sua globalização. Assim, exige-se o reconhecimento e a compreensão dos riscos, da sua existência e controlo na sociedade. É necessário aceitar a sociedade do risco.

Mas, será que a sociedade do risco global poderá ter uma função *libertadora*?

Será que, a dinâmica da sociedade do risco global poderá contribuir para o alcance do que Beck designa de *momento cosmopolita*?¹⁰⁶ E, em que consiste este *momento cosmopolita* e como se poderá manifestar na sociedade do risco global?

A sociedade do risco mundial exige um novo início, uma transformação, uma mão cheia de oportunidades de actuação humana.

Ulrich Beck pretende uma nova teoria crítica para a sociedade do risco global, através do seu reconhecimento. É necessário aceitar que o futuro se encontra ameaçado. É necessário repensar o passado, para melhor compreender o presente e preparar o futuro.

Os riscos da sociedade do risco global são riscos deslocáveis espacial, temporal e socialmente e as suas consequências incalculáveis. Contrariamente ao que se passava na primeira modernidade, os riscos da sociedade do risco mundial não são compensáveis, ou seja, as desastrosas consequências não compensam os proveitos que derivam da tomada de certas decisões. Na primeira modernidade o risco compensava.

Estes riscos globais são uma nova forma de interdependência global.

As instituições básicas da primeira modernidade (Estado, a economia, ciência, a política, etc.) tinham como principal função o garantir racionalidade e segurança; contudo, encontram-se hoje em dia, completamente obsoletas, na medida em que continuam a assentar a sua base de actuação numa sociedade que já não existe. Encontram-se perdidas e são contempladas com desconfiança, porque os seus princípios não são válidos nesta sociedade do risco global, e não resolvem os seus problemas.

Esta falta de crença nas instituições origina um crescente na individualização da humanidade. O indivíduo toma agora as suas próprias decisões. As instituições bases da primeira modernidade não conseguem gerir nem controlar os riscos e as suas consequências. É o próprio indivíduo quem tem de tomar as suas decisões. A responsabilidade de consumir alimentos geneticamente modificados transferida para a decisão dos consumidores revela, uma vez mais, o cinismo a que estão votadas as instituições, tentando assim, esconder o seu próprio fracasso.

Chegados a este ponto, podemos então dizer que, as teorias de Ulrich Beck centram-se nos riscos globais como expoente máximo da sociedade do século XXI. As instituições não conseguem controlar as *incertezas fabricadas* com que se deparam e são

¹⁰⁶ Neste ponto cfr. BECK, U. (2008) *La Sociedad del Riesgo Mundial – En busca de la seguridad perdida*, Capítulo III – El «Momento Cosmopolita» de la sociedad del riesgo o la ilustración forzosa, Ediciones Paidós Ibérica, págs. 77-102.

confrontadas com a sua própria incompetência. As instituições tornam-se parte de um problema que, elas próprias, deveriam solucionar.

A vasta obra de Ulrich Beck traça um diagnóstico com perspectivas de futuro. E será que esse futuro poderá passar pelo *momento cosmopolita*? Como se manifesta, então, a função rejuvenescedora do risco global? Que oportunidades podem esses riscos globais proporcionar?

O que Beck designa de *momento cosmopolita*. E o que significa *momento cosmopolita*?

O momento cosmopolita compreende a obrigação universal de incluir culturalmente o *outro* e uma forma específica de lidar com a diferença cultural. O cosmopolitismo torna a inclusão dos *outros* uma realidade e uma máxima; postula o reconhecimento da diferença cultural tanto interior como exterior. No momento cosmopolita as diferenças aceitam-se e são valoradas como tal.

O momento cosmopolita da sociedade do risco global institui a condição humana da impossibilidade de afastar os culturalmente diferentes —a humanidade encontra-se num espaço global de perigo que é comum a todos.

Os riscos globais abrem, assim, um espaço moral e político através do qual pode brotar uma cultura civil de responsabilidade transnacional.

Os riscos globais devem ser reconhecidos e compreendidos como novos espaços de actuação.

É certo que, este momento cosmopolita revela alguma ambivalência, na medida em que os indivíduos confrontados com a percepção dos riscos demonstram um deslumbramento absurdo, mas por outro lado, quem reconhece os riscos, reconhece simultaneamente que os riscos globais abrem novos espaços de acção.

De forma a colocar em prática o momento cosmopolita urge encarar a realidade e a dinâmica da sociedade do risco global. E os meios de comunicação ajudam a dar a conhecer tal realidade, como se assistiu à América destruída pelo furacão Katrina. Os meios de comunicação dão voz a quem, normalmente, não a teria.

“A audiência do perigo é involuntária, emocional e existencial.”¹⁰⁷

O risco global obriga as culturas, línguas, religiões e sistemas, bem como políticas nacionais e internacionais, a abandonarem a sua auto-suficiência e a inverterem prioridades. E cria contexto para a união e cooperação entre nações em conflito.

¹⁰⁷ BECK, U. (2008) *La Sociedad del Riesgo Mundial – En busca de la seguridad perdida*, Ediciones Paidós Ibérica, pág. 92.

Apesar de Ulrich Beck apresentar a sociedade como de risco global e nela basear toda a sua teoria, o certo é que é possível que os riscos globais sejam compreendidos de forma racional e, talvez, antecipada. É possível, após o reconhecimento da sociedade actual como de risco global, encontrar controlo dos riscos através de uma actuação adequada, mesmo que para tal seja necessário isolar os riscos concretos —algo que, de certa forma, se encontra em contradição com a dinâmica transdisciplinar e transnacional da sociedade do risco global.

A actuação adequada baseia-se nos princípios da cosmopolitização, ou seja, os riscos globais devem ser aproveitados de forma a unir, transnacionalmente, actores que de outra forma seria impossível a sua cooperação.

Na sociedade do risco global o cosmopolitismo alerta para a incontroabilidade da sociedade actual. Não se podendo controlar, impele a criar alternativas. Perante a alternativa “liberdade ou segurança?”, a maioria opta pela segurança, mesmo que tal signifique restringir liberdades e garantias —é a verdadeira sociedade do risco. E na sociedade do risco global liberdade e segurança não caminham lado a lado.

Conforme referido, uma das mazelas da segunda modernidade é a falta de confiança perante as instituições básicas da primeira modernidade. É necessário, através da cosmopolitização, *relegitimar* e responsabilizar estas instituições. É necessário consciencializar os indivíduos que os verdadeiros responsáveis da crise ecológica, dos ataques terroristas, ou mesmo das crises económicas, são aqueles que continuam humilhanamente a olhar para uma sociedade que não existe, a culpar culpados que não existem, lançando mão de fantasmas que há muito se esfumaram. Os verdadeiros culpados são aqueles que utilizam uma política que preconiza a máxima *é lá fora, não é conosco!* A crise ecológica não afecta apenas a região afectada pelo furacão, pelo sismo, pelo tsunami, pelo ataque terrorista. Afecta a todos.

O 11 de Setembro permitiu —da forma mais brutal e injusta para civis inocentes— aos indivíduos o contacto e a consciencialização da sociedade do risco. Esta crença nos riscos e perigos da sociedade do risco é uma forma de impelir a comunicação e a cooperação transfronteiriça perante situações de emergência global.

Esta descrença nas instituições acelera o processo de individualização. E esta necessidade de solucionar (ou tentar) problemas de forma isolada leva à criação de uma política, para além das instituições representativas do Estado nacional. A subpolítica torna-se *na* política global e directa. Os riscos e a falta de actuação institucional proporcionam a criação de novas formas de agir. Esta subpolítica surge através da criação de pactos, acordos e instituições transnacionais, actores transnacionais (como o

Greenpeace ou a Amnistia Internacional), para além do sistema de política institucional. É esta subpolítica —criada também a partir de movimento e acções civis— que pode chegar à criação do conceito de *cidadania global*.

Um Estado que adopte a cosmopolitização como forma de reerger a sua política e instituições básicas deverá, também institucionalmente, interiorizar essa mesma visão cosmopolita, abandonando a visão nacional. Esse Estado deve seguir o caminho da cooperação com outros Estados e movimentos da sociedade civil, num espaço de actuação comum e transnacional, onde a diferença seja valorada e não transformada.

Toda esta dinâmica de conflitos, interacção e oportunidades da sociedade do risco global, mostram um caminho para —na senda da subpolítica— o que Beck designa de *Realpolitik Cosmopolita*¹⁰⁸. Esta nova política assenta essencialmente na —já tão mencionada e apelada— cooperação transnacional. As nações vão tomando consciência da impossibilidade de resolução de conflitos internacionais de forma e através de métodos nacionais, defendendo interesses puramente nacionais. O isolamento nacional encontra-se condenado ao fracasso. Com a sociedade do risco mundial não é a soberania nacional que torna possível a cooperação, mas sim a cooperação transnacional que torna possível a soberania nacional.

Os problemas e riscos globais levam à criação de comunidades de defesa de interesses transnacionais. Os Estados não são a base das decisões internacionais —nem nacionais—, pois existem outros actores. O conflito do Médio Oriente entre israelitas e palestinianos não terá solução apenas com a intervenção destes dois povos. *“É necessário um compromisso regional acordado e moderado globalmente para que cada nação ganhe no final: Israel a sua segurança, os libaneses a sua soberania, os palestinianos um Estado, os sírios os Montes Golán ocupados por Israel. Para tal é necessário que se ultrapassem fronteiras do ódio e se estabeleça comunicação e negociação entre si e o jogo de soma negativa nacional seja substituído pelo jogo de soma positiva baseado na dependência recíproca e pacífica.”*¹⁰⁹

Neste realismo cosmopolita, Beck defende e reforça a importância das organizações internacionais, que não pretendem a defesa de interesses puramente nacionais nem internacionais, mas sim, transnacionais.

¹⁰⁸ BECK, U. (2008) *La Sociedad del Riesgo Mundial – En busca de la seguridad perdida*, Ediciones Paidós Ibérica, pág. 279.

¹⁰⁹ BECK, U. (2008) *La Sociedad del Riesgo Mundial – En busca de la seguridad perdida*, Ediciones Paidós Ibérica, pág. 280.

A actual política não tem presente esta necessidade de cooperação, de *relegitimação*, de percepção do risco, da necessidade de renegociação das estruturas de poder e domínio da era global.

Ulrich Beck começa por apresentar um cenário apocalíptico da sociedade actual, como de risco global. Contudo, no desenrolar não toma o mesmo caminho, e as oportunidades surgem nesta sociedade do risco global. Esta sociedade abre novos cenários, transnacionais, abertos à opinião pública, aos movimentos sociais, às ciências e tecnologia, à subpolítica, ao cosmopolitismo, mas também às redes terroristas, e às guerras.

Mas um longo caminho há ainda por percorrer...

Na sociedade do risco global os princípios básicos encontram-se ainda por determinar. A continuidade dos princípios básicos das instituições leva à descontinuidade dessas instituições. Reclama-se uma segurança que tais instituição não conseguem oferecer.

As teorias de Beck chamam a atenção para os problemas actuais, para os perigos e riscos e a necessidade da sua percepção e do seu conhecimento. É contraproducente ignorar, dissimular os riscos. É necessário agir. O nacionalismo político e o isolamento nacional são os grandes inimigos da sociedade, dos Estados e da sua própria soberania. O isolamento nacional encontra-se, hoje em dia, obsoleto e condenado ao fracasso. É necessário colocar então, a funcionar a nova *Realpolitik Cosmopolita*, cujo núcleo essencial é a cooperação transnacional.

Ulrich Beck, o sociólogo alemão, apelidado de utópico...será?

Beck chama a atenção para esta nova sociedade e para a possibilidade da sustentabilidade da sociedade do risco global. Sem dúvida um desafio...pensar de novo, esta nova sociedade.

Desde sempre a humanidade superou as aventuras e desventuras com que se deparou. Será que conseguirá alcançar a sustentabilidade da sociedade do risco mundial? Acreditemos que sim.

O ser humano tem um dom admirável e misterioso de fazer milagres

Hanna Arendt¹¹⁰

¹¹⁰ ARENDT, H. (1993) apud. BECK, U. (2008) *La Sociedad del Riesgo Mundial – En busca de la seguridad perdida*, Ediciones Paidós Ibérica, pág. 80.

BIBLIOGRAFIA

ANDRIOLI, A. (2003) *Efeitos Culturais da Globalização*, artigo publicado na revista *Espaço Académico*, Ano III, n.º 26, Julho de 2003, in <http://www.espacoacademico.com.br/026/26andrioli.htm>.

BAUMAN, Z. (2007) *Modernidade e Ambivalência*, trad., Lisboa, Relógio d'Água Editores.

BECK, U., GIDDENS, A. e LASH, S. (1994) *Modernización Reflexiva: política, tradición y estética en el orden social moderno*, trad., Barcelona, Ediciones Paidós Ibérica.

BECK, U. e BECK-GERNSHEIM, E. (1998) *El Normal Caos del Amor*, trad., Barcelona, El Roure Editorial.

BECK, U. (1998) *La Sociedad del Riesgo – Hacia una Nueva Modernidad*, trad., Barcelona, Ediciones Paidós Ibérica.

BECK, U. (1998) *Políticas Ecológicas en la Edad del Riesgo*, trad., Barcelona, El Roure Editorial.

BECK, U. (1998) *Qué es la Globalización? – Falacias del globalismo, respuestas a la globalización*, trad., Barcelona, Ediciones Paidós Ibérica.

BECK, U. (2000) *La Democracia y sus Enemigos*, trad., Barcelona, Ediciones Paidós Ibérica.

BECK, U. (2000) *Un Nuevo Mundo Feliz – La precarización del trabajo en la era de la globalización*, trad., Barcelona, Ediciones Paidós Ibérica.

BECK, U. (2002) *Libertad o Capitalismo – Conversaciones con Johannes Willms*, trad., Barcelona, Ediciones Paidós Ibérica.

BECK, U. e BECK-GERNSHEIM, E. (2003) *La Individualización – El individualismo institucionalizado y sus consecuencias sociales y políticas*, trad., Barcelona, Ediciones Paidós Ibérica.

BECK, U. (2003) *Sobre el Terrorismo y la Guerra*, trad., Barcelona, Ediciones Paidós Ibérica.

BECK, U. (2004) *Poder y Contrapoder en la Era Global*, trad., Barcelona, Ediciones Paidós Ibérica.

BECK, U. (2005) *La Mirada Cosmopolita o La Guerra es La Paz*, trad., Barcelona, Ediciones Paidós Ibérica.

BECK, U. (2006) *La Sociedad del Riesgo Global*, trad., 2ª ed., Madrid, Siglo XXI de España Editores.

BECK, U. e GRANDE, E. (2006) *La Europa Cosmopolita – Sociedad y Política en la segunda modernidad*, trad., Barcelona, Ediciones Paidós Ibérica.

BECK, U., GERNISHEIM-BECK, E., (2008) *Generación Global*, trad., Ediciones Paidós Ibérica.

BECK, U. (2008) *La Sociedad del Riesgo Mundial – En busca de la seguridad perdida*, trad., Barcelona, Ediciones Paidós Ibérica.

BECK, U. (2001) *El Fin del Neoliberalismo*, publicado no Diário *El País*, Madrid, 15 de Novembro de 2001, in http://www.infoamerica.org/teoria_articulos/beck01.htm.

BECK, U. (2002) *O Estado Cosmopolita – Para uma utopia realista*, in <http://www.eurozine.com/articles/2002-01-30-beck-pt.html>.

BECK, U. (2002) *Libertad o Capitalismo: el incierto futuro del trabajo*, publicado no Diário *El País*, Madrid, 24/11/2002, in www.infoamerica.org/teoria_articulos/beck02.htm.

BECK, U. (2002) *Haz la Ley, no la Guerra*, publicado no Diário *El País*, Madrid, 16 de Outubro de 2002, in http://www.infoamerica.org/teoria_articulos/beck03.htm.

BECK, U. (2002) *La Paradoja de la Globalización*, publicado no Diário *El País*, Madrid, 5 de Dezembro de 2002, in http://www.infoamerica.org/teoria_articulos/beck04.htm.

BECK, U. (2003) *¡Apártate Estados Unidos...Europa Vuelve!*, publicado no Diário *El País*, Madrid, 10 de Março de 2003, in www.infoamerica.org/teoria_articulos/beck05.htm.

BECK, U. *El Poder de la Impotência*, in www.esi2.us.es/~mbilbao/pdf/ubeck.pdf

BECK, U. e ZOLO, D. (1998) *A Sociedade Global do Risco*, in <http://lgxserver.uniba.it>

BECK, U. (2007) *A New Cosmopolitanism is in the air*, in <http://print.signandsight.com/features/1603.html>, acedido em 11/04/2008.

FARIAS, F. B. de (2001) *A Globalização e o Estado Cosmopolita: As Antinomias de Jürgen Habermas*, São Paulo, Cortez Editora.

GIDDENS, A. (2005) *O Mundo na Era da Globalização*, trad., 5ª ed., Lisboa, Editorial Presença.

GIDDENS, A. (2005) *As Consequências da Modernidade*, trad., 4ª ed., Oeiras, Celta Editora.

GIDDENS, A. (2007) *A Europa na Era Global*, trad., 1ª ed., Lisboa, Editorial Presença.

GIDDENS, A. (2007) *Sociologia*, trad., 5ª ed., Lisboa, Editora Calouste Gulbenkian.

GUIVANT, J. (2001) *A Teoria da Sociedade de Risco de Ulrich Beck: entre o diagnóstico e a profecia*, artigo publicado na revista *Estudos, Sociedade e Agricultura*, n.º 16, Abril de 2001, pág. 95-112.

LONDERO, D. e NETO, D. *Habermas e a Integração Regional sob a óptica pós-nacional: perspectivas para o Mercosul*, Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), in <http://www.cori.unicamp.br/jornadas/completos/UFSM/HABERMAS%20E%20A%20INTEGRACAO%20REGIONAL.doc>.

MIRANDA, N. (2004) *Globalização, Soberania Nacional e Direito Internacional*, in <http://www.cjf.gov.br/revista/numero27/artigo11.pdf>.

NAVARRO, M. e CARDOSO, T. (2005) *Percepção de Risco e cognição: reflexão sobre a sociedade de risco*, artigo publicado na revista *Ciências & Cognição*, Ano 02, Vol.06, Novembro de 2005, in www.cienciasecognicao.org.

PANIKKAR, R. (2007) *O Diálogo Indispensável – A Paz entre as Religiões*, trad., Corroios, Zéfiro Edições e Actividades Culturais.

ROCHA e CUNHA, S. (2006) *O Território por um fio: Dilemas da Política e do Direito na desordem do sistema-mundo*, in NETO, P., coord. *Território e Desenvolvimento Económico*, Lisboa, Instituto Piaget.

SANTOS, B. coord. (2005) *Globalização – Fatalidade ou Utopia?*, 3ª ed., Porto, Edições Afrontamento.

SILVA, F. C. (2001) *Habermas e a esfera pública: reconstruindo a história de uma ideia*, Revista *Sociologia, Problemas e Práticas*. Lisboa. ISSN 0873-6529. Nº 35, págs.117-138, in <https://repositorio.iscte.pt/bitstream/10071/403/1/35.05.pdf>, acedido em 07/10/2008.

Entrevista de Jürgen Habermas –“*Sobre a Guerra, a Paz e o Papel da Europa*”–, in <http://www.unimep.br/phpg/editora/revistaspdf/imp35art11.pdf>.

Entrevista de Jürgen Habermas –“*Terra Instável*”– em 01/04/2007, in http://www.bresserpereira.org.br/ver_file.asp?id=2296.

Entrevista de Ulrich Beck –“*Uma sociedade do risco*”– em 22/05/2006, à IHO Online, n.º 181.

Entrevista de Ulrich Beck à IHU On-line, <http://www.unisinos.br/ihu>. acessado em 15/02/2008.

Entrevista de Ulrich Beck —“*Those who play the national card lose*”—, <http://www.goethe.de/cgi-bin/goethe-print/print-url.pl?url>, acessado em 11/04/2008.

Habermas propõe plebiscito nas eleições europeias de 2009 (23/03/2007), in <http://www.dw-world.de/dw/article/0,2144,2414535,00.html>.

Jürgen Habermas completa 75 anos (18/06/2004), in <http://www.dwworld.de/dw/article/0,2144,1240369,00.html>.

ÍNDICE

RESUMO.....	2
AGRADECIMENTOS	4
INTRODUÇÃO	5
I-SOCIEDADE DO RISCO: Características, Consequências e Perspectivas.....	12
PONTO PRÉVIO	13
1. A SOCIEDADE DO RISCO	15
1.1. OS RISCOS	17
1.2. MODERNIZAÇÃO REFLEXIVA	27
2. ALGUMAS CONSEQUÊNCIAS DA SOCIEDADE DO RISCO.....	31
2.1. INDIVIDUALIZAÇÃO NA SOCIEDADE.....	31
2.2. RISCO DO TRABALHO NA SOCIEDADE DO RISCO	38
3. A SUBPOLÍTICA DE ULRICH BECK	46
4. PERSPECTIVAS: OPORTUNIDADES DA SOCIEDADE DO RISCO.....	49
II-A GLOBALIZAÇÃO NO PENSAMENTO DE ULRICH BECK: Definição, Dimensões e Respostas	54
PONTO PRÉVIO	55
1. GLOBALIZAÇÃO: DEFINIÇÃO E DIMENSÕES	56
2. A FALÁCIA DO GLOBALISMO	84
3. RESPOSTAS À GLOBALIZAÇÃO.....	89
III-A EUROPA COSMOPOLITA: A Resposta?	102
PONTO PRÉVIO	103
1. O QUE SIGNIFICA “EUROPA COSMOPOLITA”?.....	105
2. A MODERNIZAÇÃO REFLEXIVA DA EUROPA.....	112
3. AS ALTERNATIVAS PROPOSTAS POR ULRICH BECK.....	119
4. AS ESTRATÉGIAS DE COSMOPOLITIZAÇÃO DA EUROPA.....	131
5. AS CONTRADIÇÕES INTERNAS E EXTERNAS DA EUROPA COSMOPOLITA	133
5.1. AS CONTRADIÇÕES INTERNAS: DESIGUALDADE E RECONHECIMENTO DOS CONFLITOS SOCIAIS EUROPEUS.....	133

5.2. AS CONTRADIÇÕES EXTERNAS: DIALÉCTICA DA GLOBALIZAÇÃO E EUROPEIZAÇÃO	139
6. EUROPA –QUE FUTURO?	150
7. OS DILEMAS DA EUROPA COSMOPOLITA.....	158
IV-CONSIDERAÇÕES FINAIS: <i>SÓ SEI QUE NADA SEI</i> : UM CAMINHO PARA A (IN) SEGURANÇA.....	162
BIBLIOGRAFIA.....	169
ÍNDICE	173